

# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



Ano VI - Nº 5 - Brasília, 2007



# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



Ano VI - Nº 5 - Brasília, 2007

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO DISTRITO FEDERAL – Nº 5**

**EXPEDIENTE**

*Diretor:* João Carlos Taveira

*Conselho Editorial:* Affonso Heliodoro dos Santos, Cassiano Nunes, José Santiago Naud,  
Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira e Raimundo Nonato da Silva.

*Coordenação e Revisão:* João Carlos Taveira

**DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO DISTRITO FEDERAL**

*Presidente:* Affonso Heliodoro dos Santos - *1ª Vice-Presidente:* Raimundo Nonato da Silva

*2ª Vice-Presidente:* Jarbas Silva Marques - *Secretário Geral:* Lourierdes Fiúza dos Santos

*1º Secretário:* Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira - *2º Secretário:* Napoleão Valadares

*1º Tesoureiro:* Leon Frejda Szklarowsky - *2º Tesoureiro:* Clóvis Sena

*1º Diretor Bibliotecário:* José Santiago Naud - *2º Diretor Bibliotecário:* Afonso Ligório P. de Carvalho

*Diretor de Publicações e Comunicação Social:* João Carlos Taveira

*Orador Oficial e Mestre de Cerimônia:* Fagundes de Oliveira

*Conselho Fiscal:*

Lincoln Magalhães da Rocha, Kurt Pessek e Raul Bernardo Nelson de Senna

*Suplentes do Conselho Fiscal:*

Sérgio Mário Pasquali, William Almeida de Carvalho e Márcio Cotrim

*Conselho Consultivo:*

Alberto Martins da Silva, Anderson Braga Horta, Antônio Temóteo dos A. Sobrinho  
Branca Bakaj, Ernesto Silva, Jairo Valladares, José Carlos Brandi Aleixo  
José Luiz de Moura Pereira, Newton Rossi e Romeu Jobim

*Secretário Executivo:* Oswaldo Sérgio - *Secretária:* Agnês de Lima Leite

*Comissão de Admissão e Ética:*

Jarbas Silva Marques, João Carlos Taveira, Luiz Carlos de O. Cerqueira  
Napoleão Valadares e Raimundo Nonato da Silva

*Comissão de Efemérides:*

Ernesto Silva, Jarbas Silva Marques, José Santiago Naud, Kurt Pessek, Márcio Cotrim,  
Miguel Setembrino E. de Carvalho e William Almeida de Carvalho

*Membros do Combras:*

Affonso Heliodoro dos Santos, Anysio Alves Negrão, Cláudio José P. Villar de Queiroz,  
Danton Nogueira, Heliete Ribeiro, Jarbas Silva Marques, João Carlos Taveira,  
Pe. José Carlos Brandi Aleixo, José Santiago Naud, Kurt Pessek,  
Lourierdes Fiúza dos Santos, Luiz Van Beethoven B. de Abreu, Márcio Cotrim,  
Maria Rosa Abreu, Maristela de Melo Neves, Paulo Mendonça,  
Raimundo Nonato da Silva, Vera Lúcia Ferreira Ramos, William Almeida de Carvalho  
e Wilson Wander Lopes

**Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal**

SEP/Sul - Eqs. 703/903 - Conjunto "C" - Brasília-DF - CEP 70.390-039

Tel. (61) 3224-6544 - 3226-7753 - Tel/Fax. (61) 3224-8467

E-mail: ihgdf@terra.com.br

# SUMÁRIO

<b>Editorial</b>	
- <i>Affonso Heliodoro dos Santos</i> .....	05
<b>O Entorno e a sua Integração com o Distrito Federal</b>	
- <i>Adalberto Lassance</i> .....	07
<b>Reforma Agrária</b>	
- <i>Affonso Heliodoro dos Santos</i> .....	25
<b>O Pioneiro Esquecido</b>	
- <i>Afonso Ligório Pires de Carvalho</i> .....	29
<b>O Farmacêutico da Missão Cruls</b>	
- <i>Alberto Martins da Silva</i> .....	35
<b>JK e os Estudantes</b>	
- <i>Aluísio Pimenta</i> .....	41
<b>Domingos Carvalho da Silva e seus Universos Paralelos</b>	
- <i>Anderson Braga Horta</i> .....	47
<b>Língua e Poder Político</b>	
- <i>Antônio Carlos Elizalde Osório</i> .....	63
<b>JK e a Educação</b>	
- <i>Arnaldo Niskier</i> .....	69
<b>A Primavera em Brasília</b>	
- <i>Arthur Natividade Seabra</i> .....	71
<b>Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea</b>	
- <i>Branca Borges Góes Bakaj</i> .....	73
<b>Nossa Senhora da Esperança a Devoção de Pedro Álvares Cabral</b>	
- <i>Fernando Lourenço Fernandes</i> .....	77
<b>A Origem da Linguagem e da Poesia</b>	
- <i>Henriques do Cerro Azul</i> .....	89
<b>O Centenário de uma Mulher que ajudou a criar Brasília</b>	
- <i>Jarbas Silva Marques</i> .....	93
<b>Luiz Manzollilo Vive</b>	
- <i>João Carlos Taveira</i> .....	99
<b>A Geopolítica e a Geoestratégica dos Descobrimentos Portugueses</b>	
- <i>João Ribeiro da Silva</i> .....	103

<b>As “Invasões” e um Novo Estado</b>	
- <i>José Hélder de Souza</i> .....	111
<b>O Índio</b>	
- <i>Kurt Pessek</i> .....	117
<b>Brasília, Planalto Central e Geopolítica</b>	
- <i>Lucídio Guimarães Albuquerque</i> .....	123
<b>JK: o Exilado, o Amigo, o Brasileiro</b>	
- <i>Luiz Adolfo Pinheiro</i> .....	125
<b>Presença de Tiradentes na Rocinha da Negra</b>	
- <i>Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira</i> .....	141
<b>Fortificações Históricas do Brasil</b>	
- <i>Manoel Soriano Neto</i> .....	149
<b>Rosa na Estrada</b>	
- <i>Napoleão Valadares</i> .....	153
<b>Angola – Reflexões</b>	
- <i>Nina Tubino</i> .....	155
<b>Brasília e sua Vocação para a Arte</b>	
- <i>Oswaldo Sergio (Dinho)</i> .....	161
<b>O Acadêmico de Direito nas Origens de Brasília</b>	
- <i>Paulo de Azevedo Marques</i> .....	167
<b>Cidadão Honorário de Brasília</b>	
- <i>P<sup>c</sup>. José Carlos Brandi Aleixo</i> .....	171
<b>Epítome da Primeira Imprensa no Distrito Federal</b>	
- <i>Nonato Silva</i> .....	191
<b>O Brasil que dava Certo</b>	
- <i>Ronaldo Costa Couto</i> .....	199
<b>Relação Nominal dos Sócios do IHG-DF</b> .....	203

## **EDITORIAL**

*Affonso Heliodoro dos Santos*  
*Presidente do IHG-DF*

É com satisfação que estamos lançando o quinto número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, que reúne estudos, criações intelectuais e artigos diversos de nossos sócios acadêmicos e colaboradores.

Os trabalhos que compõem esta publicação, de caráter educativo e cultural, demonstram a preocupação constante da Instituição com a preservação da Memória, da História e da Geografia de Brasília, do Distrito Federal e do Brasil.

A Diretoria, ciente dessa responsabilidade, promove, com frequência, palestras, debates, encontros, conferências, exposições, lançamentos de livros e ministra cursos para professores e alunos da rede escolar do DF, tanto a oficial como a particular, com a preocupação e responsabilidade próprias de uma entidade voltada para o aprimoramento da educação e da cultura.

Além dessas atividades há também a preocupação constante com as instalações físicas do Instituto. Diversas obras foram realizadas pela atual Diretoria visando a melhor conservação do prédio.

O lançamento deste quinto número da Revista é parte das comemorações dos 43 anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Edição em que se presta homenagem ao acadêmico José Hélder de Souza, Diretor das quatro primeiras edições, falecido em 7 de outubro de 2004. A ele, por ter sido defensor da Instituição, como confrade, amigo e companheiro de todas as horas, nosso respeito e eterna saudade.

Brasília, Junho de 2007.



# 1. O ENTORNO E A SUA INTEGRAÇÃO COM O DISTRITO FEDERAL

*Adalberto Lassance\**

Ao longo dos anos, apesar de cidade planejada, Brasília teve várias de suas funções irremediavelmente distorcidas e hoje, entre projeto e implantação, sonho e realidade, a distância talvez seja demasiadamente grande para se trazer de volta cada um dos elementos perdidos de sua fisionomia original.

Afinal, fatos irreversíveis ocorreram e não há mais como ignorá-los. Não bastassem as cidades do DF, com o seu distanciamento do principal mercado de trabalho que é Brasília, o problema migratório e o mercado fácil da especulação imobiliária, provocaram a disseminação desordenada de loteamentos também na periferia do Distrito Federal.

A conurbação no eixo Brasília/Luziânia, com todas as suas graves conseqüências, tornou-se praticamente incontrolável e, as “cidades-dormitórios”, (como várias das cidades no DF), tornaram-se também dependentes de Brasília, porém em território goiano.

Disso decorre uma violenta pressão sobre os equipamentos urbanos e comunitários do Distrito Federal o que tem se constituído num pesadíssimo ônus para o governo local, como se já não fossem suficientes os problemas com os seus próprios imigrantes oriundos de outras regiões do país.

Brasília, como capital da República e como metrópole, é, e continuará a ser sempre, um chamariz poderoso para os imigrantes, em particular nas camadas mais pobres da população.

Mas, até quando Brasília os continuará recebendo e até quando poderá proporcionar-lhes, mesmo precariamente, alguma condição de moradia, trabalho ou, na sua falta, os induzirá à mendicância?

A cada emprego oferecido, a cada lote, casa ou apartamento entregue, a cada melhoria concedida a UMA única família, MUITAS OUTRAS virão em

busca dos mesmos benefícios, na perspectiva de um ilusório Eldorado, tão diferente da realidade, mas permanecerão por aqui, sem casa, sem trabalho, sem meios dignos de sobrevivência, porém na esperança — e fazendo pressão sobre o governo — para que seus problemas sejam solucionados.

Se este não é um problema restrito a Brasília e ao Distrito Federal, pois o mesmo também ocorre nas principais cidades brasileiras, existem aqui alguns aspectos que devem ser considerados para mudar este quadro e que proporcionariam condições mais favoráveis para resolver este problema até hoje insolúvel.

Brasília foi e ainda é o mais notável e definitivo fator de integração nacional, servindo de polo desenvolvimentista para todo o território brasileiro (particularmente o Centro-Oeste, Norte e Nordeste), mas, de forma curiosa e até mesmo inusitada, não trouxe ao seu Entorno e à Região Geoeconômica o rápido desenvolvimento ambicionado.

Por razões que não competem ser analisadas nesta publicação, o progresso dessas regiões, principalmente dos municípios circunvizinhos ao Distrito Federal, sofreu um atraso inexplicável durante muitos anos.

Por se acharem muito próximos de Brasília e distantes das capitais de seus estados, nem recebem benefícios mais diretos de Brasília, por não pertencerem ao DF, como também não merecem maior atenção, salvo honrosas exceções, dos governos de Goiás e de Minas Gerais.

Durante anos, muito se falou, muito se debateu, muito se escreveu, muito se gastou no tema Região Geoeconômica de Brasília e Entorno. Entretanto, ficou tudo apenas como um “tema” permanentemente em debate.

Para um estudioso deste problema, entretanto, uma explicação para a AUSÊNCIA de AÇÕES EFETIVAS, parece estar contida em UM FATOR PRINCIPAL: a falta de **VONTADE POLÍTICA**, embora isto possa parecer muito simplista. Só que esta **VONTADE POLÍTICA** tem que ser exercida concomitantemente por várias autoridades, entre elas o Presidente da República e os Governadores do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais e os Prefeitos dos Municípios do Entorno e da Região Geoeconômica. Mas, é oportuno lembrar que a vontade política dos governantes quase sempre só se manifesta quando há mobilização da população.

Esta publicação tem a pretensão de oferecer alguns subsídios, de caráter prático e objetivo e de sugerir algumas alternativas de trabalho que, de tão óbvias, já podem até mesmo ter sido propostas anteriormente.

## 2. O CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Evidentemente, nenhum empreendimento pode ser desenvolvido sem PLANEJAMENTO. E como desenvolver qualquer espécie de planejamento sem o conhecimento físico do seu território? E como conhecer o território, sem documentação cartográfica adequada, atualizada e confiável, que possa fornecer informações básicas para o planejamento integrado da região?

Embora a CODEPLAN tenha desenvolvido o “**Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília**”, a partir de 1980 até 1985, quando foram publicados de forma sistemática os primeiros mapas da região em escala média, o caráter preliminar desse Estudo, em função das verbas disponíveis, destinou-se apenas a um reconhecimento genérico dos municípios, objetivando posteriormente um estudo mais profundo e específico dos problemas e alternativas de desenvolvimento regional. Infelizmente esse projeto foi paralisado.

Durante todos estes anos os trabalhos não tiveram continuidade, apesar do processo de ocupação da Região do Entorno ter prosseguido de forma alarmante.

As iniciativas de controle e planejamento dessa região continuaram a ser debatidas, porém nenhuma medida concreta foi tomada. A ocupação do território em volta do Distrito Federal prosseguiu em sua expansão, a área geográfica aumentou e se perdeu cada vez mais o mapeamento dessa realidade. E é essa realidade que justifica com argumentos extremamente fortes, a necessidade inadiável do pleno conhecimento desse território. Se não for assim, como exercer o controle e como planejar as ações para o seu desenvolvimento?

Evidentemente, não existe instrumento mais propício que o mapeamento cartográfico atualizado dessa região. Mas, tem-se consciência do seu custo elevado. Essa a razão para que se proponha a sua execução na escala de 1:25.000, tendo em vista a existência de mapeamento do DF e adjacências nessa mesma escala.

Portanto, é recomendável a elaboração de projeto específico para atualização dos mapeamentos do DF e da Região do Entorno, levando-se em conta que mediante a sua execução, serão obtidos os seguintes dados, fundamentais para a execução dos serviços:

- definição da escala de vôo;
- características do mapeamento;
- termo de referência para o vôo fotogramétrico, apoios básico e

- suplementar e mapeamento cartográfico;
- apoio geodésico básico e suplementar;
- estimativa de custos;
- cronograma físico-financeiro.

Em princípio, devido aos custos de execução e à existência de 43 folhas de mapeamento do DF na escala de 1:25.000, possibilitando uma base cartográfica contínua, aliada a adequação dessa escala aos fins propostos, justifica-se a elaboração desse mapeamento na escala 1:25.000, com a execução de originais monocromáticos, planialtimétricos, em bases dimensionalmente estáveis, com curvas de nível equidistantes de 10,00m, possibilitando a reprodução de cópias xerográficas ou heliográficas. As demais especificações e detalhes técnicos do voo e do mapeamento, constarão do Termo de Referência integrante de Projeto a ser elaborado.

Também serão definidas no Projeto, as finalidades para as quais se destinam o mapeamento, especificando-o adequadamente para o pleno atendimento dos seus objetivos.

## I. OBJETIVOS DO MAPEAMENTO CARTOGRÁFICO NA ESCALA 1:25.000

O objetivo principal é o conhecimento físico da base territorial dos municípios do Entorno, evidenciando-se as seguintes informações:

- sistema viário, compreendendo as ferrovias e rodovias federais, estaduais, municipais e vicinais;
- cidades, vilas, povoados, propriedades rurais;
- redes de eletrificação e telecomunicações;
- tipos de vegetação, culturas e pastagens;
- hidrografia (rios, ribeirões, córregos, riachos e outros cursos d'água), lagos, lagoas, charcos e terrenos alagados, represas);
- relevo, através da representação das curvas de nível equidistantes de 10,00m e curvas mestras a cada 50,00m;
- definição dos limites estaduais, municipais e/ou distritais.

## II. DESTINAÇÃO ESPECÍFICA

- cadastramento de propriedades rurais;
- cadastramento das atividades agropecuárias e extrativistas localizadas

- na região;
- estudos preliminares e de viabilidade para lançamento de diretrizes de rodovias e ferrovias;
  - estudos e projetos de eletrificação rural;
  - localização de jazidas e ocorrências minerais;
  - mapeamentos temáticos: geologia, solos, climatologia, aptidão agrícola, etc
  - localização e delimitação de micros e macrobacias hidrográficas;
  - estudos e projetos de defesa do meio-ambiente, com vistas à preservação e ao equilíbrio ecológico regional;
  - montagem de um Sistema de Informações Geográficas Regionais (SIGRE), mediante a utilização das bases cartográficas digitalizadas, plenamente integradas ao DF, utilizando-se a geocodificação, inclusive para coleta, tratamento e disseminação informatizada dos dados físicos, geográficos, demográficos, econômicos, sociais e outros; disseminação dos mapeamentos às prefeituras, câmaras municipais e
  - demais instituições públicas e privadas da União, Estados e Municípios, bem como ao público em geral.

### **3. REVERSÃO DO POLO BRASÍLIA: DE CENTRALIZADOR A INDUTOR DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO**

Uma vez conhecidos com profundidade os problemas reais e as vocações potenciais ou latentes dos municípios do Entorno, mais fácil se tornará a ação decorrente de um planejamento bem formulado, sem empirismo, porquanto ele será fruto do pleno conhecimento de seus territórios, seja nos seus aspectos físicos, econômicos e sociais.

Em todo esse processo, a necessidade e o objetivo de inverter o fluxo migratório, torna-se, talvez, a meta de maior significado social e econômico, não só para Brasília e para o Distrito Federal, como também para os próprios municípios do Entorno e mesmo da Região Geoeconômica.

Todos os dados disponíveis indicam que a maioria absoluta dos imigrantes são oriundos da zona rural e, portanto, com tradição e vocação nitidamente ruralistas. Na grande cidade não conseguem, em sua quase totalidade, alcançar seus objetivos de melhoria de vida. Por isto tornam-se frustrados e a miséria em que vivem é um elo sutil pronto a se quebrar, lançando-os muitas vezes no

rumo da marginalidade.

Na verdade, essa população acaba se radicando no Distrito Federal e passa a viver das benesses do governo. Trocam emprego e renda (aliás, insuficiente ou até inexistente), pela ajuda assistencialista do Governo.

Da escritura ao lote gratuito, do leite à ajuda do gás, a classe mais pobre vai perdendo o senso daquilo que lhes era tão caro e precioso: a dignidade. Recebem o peixe de graça. Mas, ninguém lhes dá uma vara e nem lhes ensina a pescar.

Na situação em que vivem perdem o ânimo, a vontade, o incentivo para buscar e lutar pelo emprego, pela renda, pelo verdadeiro e nobre orgulho do ser humano que é a dignidade representada pelo seu trabalho.

Evidentemente, tornam-se, em sua maioria, pessoas ociosas. Não mais precisam lutar pela sua sobrevivência, assegurada pelo mínimo que recebem dos governos. Suas ambições — naturais do ser humano — ficam cada vez mais diminutas. Acabam se contentando com aquilo que lhes é dado sem maior esforço de sua parte. Afinal, a sobrevivência lhes bate às portas sem exigência de uma contrapartida de trabalho ou de qualquer outra. Recebem, sim, seus “direitos”, sem que lhes seja exigido nenhum **dever**.

E o mais grave é que o mau exemplo reflete-se nas três gerações de cada uma dessas famílias — no pai ocioso e em seus filhos e netos — que poderão se espelhar nesse exemplo negativo. Não precisam trabalhar e pescar. O peixe vem de graça à sua porta.

Não se entende porque a classe política – legislativo e executivo – nunca acha uma solução para estes problemas. Gastam-se rios de dinheiro para a manutenção desses programas ditos sociais, esvaem-se milhões de reais em publicidade que mais favorece aos governos do que ao povo, em detrimento dos próprios programas que anunciam em propagandas muito ricas e muitas vezes enganosas, mas pouco investem de sua inteligência e vontade política na solução de problemas econômicos que gerem emprego e renda à população, com reflexos evidentemente positivos na área social.

Mas, uma verdade salta aos olhos, pois, a dependência das classes menos favorecidas aos políticos que lhes prestam ajuda governamental, alimenta a cada eleição, um eleitorado fiel, agradecido e cativo a quem lhe proporcionou tantos “benefícios”. É exatamente o que acontece com a seca do Nordeste que alimenta a anos infundáveis, uma oligarquia de maus políticos que sobrevivem a custa da tão conhecida como nefasta “indústria da seca”.

Evidentemente, a tipicidade da estrutura institucional da Capital da República e do Distrito Federal, impede o desenvolvimento de atividades que propiciem a absorção de grandes contingentes dessa mão-de-obra, aumentando ainda mais os problemas de desemprego, moradia e outros. Também é fator impeditivo da disseminação dessas atividades, a pequena dimensão territorial do DF, correspondente a apenas 5.789,16 km<sup>2</sup>, o que representa 26% da área de Sergipe, o menor estado brasileiro e somente 0,006% da área do Brasil.

A política industrial no DF, acertadamente, contribui para a instalação de estabelecimentos de tecnologia sofisticada, mas, por isso mesmo, com pouca absorção de mão-de-obra. As atividades comerciais e de prestação de serviços têm suas limitações e a sua expansão não é suficiente para absorver os desempregados.

A agricultura tornou-se tecnologicamente mais evoluída, absorvendo menos mão-de-obra e a pecuária, com restrições em seu crescimento pela própria limitação da quantidade e tamanho das propriedades rurais, como também, pela pequena extensão territorial do DF, tem o mesmo problema.

Assim, é evidente que a solução não está dentro, **mas fora do território do DF**. Qualquer governo, em nosso regime democrático, obviamente, não pode coibir qualquer cidadão brasileiro do seu direito moral e constitucional de “ir e vir”. Mas, em contrapartida, também **não pode** se omitir na tomada de iniciativas e de decisões que possam solucionar um problema de tamanha envergadura.

Sendo Brasília e o Distrito Federal grandes consumidores, e se possuem toda uma infra-estrutura adequada ao armazenamento, distribuição e exportação de produtos e serviços; se geograficamente estão localizados em ponto estratégico com ligações rodoferroviárias e aéreas equidistantes em relação a todo o Brasil e com um sistema de telecomunicações privilegiado, por que não utilizá-las plenamente?

Mas, por que não deixar para os municípios do Entorno, as tarefas do mais amplo desenvolvimento dos sistemas produtivos (agropecuária, agroindústria e indústrias em geral) em larga escala e passíveis de absorver os grandes contingentes de mão-de-obra, com tradição e vocação para esses misteres? Essa mão-de-obra sem especialização em atividades urbanas, e na sua maioria ociosa dentro do Distrito Federal, terá melhores possibilidades de emprego na região do Entorno, desde que se propiciem **condições favoráveis ao seu desenvolvimento**.

Assim, os municípios do Entorno também funcionarão como **barreiras migratórias naturais** para o Distrito Federal, os benefícios serão múltiplos e irão trafegar em mão dupla com vantagens para ambos os lados.

Torna-se evidente, com o crescimento populacional e o desenvolvimento do Entorno, que as atividades industriais já existentes no DF e aquelas de tecnologia de ponta, bem com as indústrias não poluentes e com absorção de pequeno contingente de mão-de-obra que já existam ou vierem a se instalar no DF, também serão beneficiadas.

Acrescente-se, ainda, que o Distrito Federal tem a maior renda “per-capita” do País, o maior nível de escolaridade da Região Centro-Oeste e também ostenta os maiores indicadores de infra-estrutura urbana e social traduzidos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cabendo em especial à região mais próxima de Brasília, resultados de primeiro mundo.

Para os municípios do Entorno, o Distrito Federal se caracteriza como centro consumidor dos mais ricos do País, aliado à vantagem de sua proximidade geográfica. E o próprio Entorno, com um contingente populacional de quase três milhões de habitantes no ano 2.000, é um horizonte ainda mais promissor para a próxima década, principalmente se também for considerada a Região Geoeconômica de Brasília.

Afinal, o crescimento substancial de um mercado produtor regional tão próximo ao Distrito Federal, com facilidades de transporte e comunicação, somente poderá trazer benefícios para todos.

Além disso, a condição natural do DF como polo de exportação, também representa um grande entreposto comercial de excelentes perspectivas. As características próprias de Brasília e do Distrito Federal, bem estruturadas e funcionais, mormente devido à sua posição geográfica que é estratégica em todos os sentidos, levam a antever a sua participação privilegiada neste contexto.

Pelas mesmas razões, as atividades terciárias no Distrito Federal serão bastante incrementadas nos vários segmentos de prestação de serviços, tais como: promoção de vendas, exportação e importação, publicidade, transportes, armazenamento, embalagens e outros, em decorrência da proximidade geográfica dos municípios do Entorno e facilitadas pela infra-estrutura rodoviária já existente no Distrito Federal.

Obviamente, tudo isto representará para o Distrito Federal menos

desemprego e melhores oportunidades para mão-de-obra mais qualificada e que é oriunda em sua maioria do próprio crescimento vegetativo do DF.

Representará, também, maior circulação de riquezas, propiciando substancial incremento na arrecadação de impostos e conseqüentemente, resultará em maiores benefícios para a população do Distrito Federal.

Aos municípios do Entorno, a perspectiva não é menos alentadora. Até hoje, têm permanecido em estado latente, mas, estão em condições e carentes desse impulso de trabalho e progresso. As suas condições de pobreza, de atraso e de subdesenvolvimento podem ser superadas e acabar dentro de poucos anos, transformando-os em municípios prósperos, perfeitamente integrados em um contexto não só geográfico - como municípios do Entorno do Distrito Federal - mas, principalmente, participativos e pujantes no processo de desenvolvimento de uma Região que tem tudo para ser rica e progressista.

É evidente que essa transformação não é fácil de ser operacionalizada a curto prazo. E, como envolve mais de um estado e vários municípios, com problemas que exigem decisões diferenciadas e com opções políticas muitas vezes antagônicas, as soluções tendem a ser ainda mais complexas.

Entretanto, todas as partes envolvidas têm como ponto comum a consciência de que o enfrentamento do problema não pode continuar a ser protelado.

A formulação e implementação de um mecanismo institucional que possa resolver os problemas a nível regional, acima de interesses casuísticos, meramente ocasionais ou localizados, seria o primeiro passo a ser dado e o mais importante.

Com isto poderiam ser compatibilizadas mais facilmente as propostas setoriais com os objetivos regionais, tendo finalmente ações consensuais mais rápidas e eficazes. Outra vantagem seria a distribuição mais equânime de verbas, independentemente do tamanho ou do “cacife” político dos municípios, pois o fator preponderante seria a prioridade de cada projeto no contexto do interesse regional.

Mas, para que isto aconteça, se torna imperioso um conhecimento mais profundo dos problemas regionais, onde o Entorno destaca-se como primeira prioridade e, uma solução mais eficaz para as suas questões crônicas, será decorrente de diagnóstico imprescindível ao ordenamento eficiente das ações governamentais e privadas a serem planejadas e

executadas com competência e bom senso.

Com essa visão, o Entorno deixa de ser um PROBLEMA para Brasília e o Distrito Federal e passa a ser uma SOLUÇÃO, não só para as questões de migração, como também para o desenvolvimento socioeconômico dessa imensa região.

## **DIMINUIÇÃO DA ÁREA DO DISTRITO FEDERAL**

De tudo que foi relatado nesta publicação, existe também um outro caminho — a diminuição da área do Distrito Federal para 1.034,07 km<sup>2</sup>, correspondente à Bacia do Lago do Paranoá — onde Brasília se situa e continuaria sendo a Capital da República. As demais Regiões Administrativas do DF, seriam agrupadas e transformadas em municípios goianos ou em um novo estado a ser criado. As soluções para os problemas desses novos municípios ou desse novo estado, seriam as mesmas apontadas nesta publicação, porquanto eles passariam a constituir um novo - e mais próximo Entorno - do Distrito Federal e de Brasília.

Porém, nessa nova circunstância, sairiam da proteção paternalista do Governo do Distrito Federal e, com governos próprios, poderiam buscar suas próprias vocações e soluções econômicas e sociais dentro dos seus respectivos limites territoriais.

A organização político-administrativa do atual Distrito Federal simplesmente estaria fracassada, falida. As competências legislativas e executivas que lhe foram concedidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de 1993, não foram suficientes para aplacar uma imensa distonia entre o pequeno e insuficiente tamanho do seu território, incapaz de prover a sua própria subsistência econômica e social, e as suas reais necessidades.

Alguém já disse que “o Distrito Federal é muito pequeno para se auto-sustentar econômica e financeiramente e muito grande para ser sustentado pela União”.<sup>1</sup>

E o pior é que esta situação se agrava a cada dia, pelo aumento incontrolável de sua população e conseqüentemente pelas suas despesas cada vez maiores.

---

<sup>1</sup> Esta frase, atribuída ao arquiteto Carlos Magalhães, já tem mais de dez anos. De lá para cá, o seu prognóstico tem-se confirmado até os dias atuais.

Sustenta-se uma população em todo o Distrito Federal, mais de quatro vezes superior àquela que foi prevista somente para a cidade de Brasília, concebida para ser a Capital da República. É importante ressaltar que a cidade de Brasília, de acordo com o último Censo de 2000, tem uma população de pouco mais de 180 mil habitantes, 43 anos após sua fundação.

Em busca de um arremedo de autonomia política, não conseguem os governantes gerar uma receita própria suficiente que proporcione de fato ao Distrito Federal a sua autonomia econômica e financeira.

Pergunta-se então: pode uma Unidade Federativa como o Distrito Federal gozar de AUTONOMIA POLÍTICA, quando é incapaz de prover sua própria AUTONOMIA ECONÔMICA e FINANCEIRA?

A outorga do Fundo Constitucional do DF, foi uma concessão de cunho político e isso é o resultado de uma falência de longos anos. Como foi dada pelos políticos também pode ser tirada a qualquer instante por eles próprios. Não que o DF a desmerecesse. Afinal, ele abriga e tem o ônus de manter uma Capital Federal em seu território. Mas, nem mesmo setores fundamentais como Educação, Saúde e Saneamento, puderam ser mantidos só com os recursos do governo local.

O quadro sócioeconômico do DF se agrava a cada dia. O desemprego, as invasões nas áreas urbanas e rurais, a grilagem de terras, a pressão imigratória em busca do Eldorado inexistente, a degradação do meio ambiente, o déficit habitacional, a corrupção denunciada cotidianamente pela imprensa, mormente na esfera política, onde o Legislativo estaria causando muitos males e poucos benefícios, tudo isso tem trazido uma desilusão cada vez maior àqueles que acreditaram que a emancipação política do DF seria a solução para todos os seus problemas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do DF, que tanto envaidece principalmente aos governantes e tanto lhes serve na propaganda institucional, não consegue tampar as agruras dos nossos habitantes.

Quando se defende a diminuição do território do Distrito Federal, os políticos principalmente, acusam os defensores dessa idéia, de elitistas. Sob um falso manto de democracia, de igualdade social, apregoam que essa proposta tem o objetivo de separar o rico e o classe média da população mais pobre.

Mas, a verdade é bem outra. A Capital de República, Brasília, não precisaria ter mais de dois milhões de habitantes. Não precisaria de um território de quase 6 mil quilômetros quadrados. Não precisa de indústrias, nem de lavouras, nem de pecuária extensiva ou não. Não precisa de cidades e mais cidades.

Não precisa de loteamentos clandestinos ou não, de invasões ou grilagem de terras. Não suporta mais as sucessivas agressões ao seu tombamento e à sua condição de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Brasília nasceu como cidade administrativa, para tal foi concebida pelo gênio de Lucio Costa. Foi destinada a ser a Capital de um País com um máximo de 500 mil habitantes. Foi projetada “não apenas como *Urbs*, mas como *Civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital”.<sup>2</sup>

Xenofobia à parte, o Distrito Federal quando no Rio de Janeiro, espelhou-se no modelo americano, ou seja, em Washington – DC, nos Estados Unidos da América. Isto é, o perímetro da cidade de Washington é o mesmo perímetro do Distrito de Colúmbia: apenas 179km<sup>2</sup> e uma população aproximada de 610.000 habitantes. Pelo exemplo, os limites do Rio de Janeiro confundiam-se com o perímetro do antigo Distrito Federal.

Entretanto, o Distrito Federal tem hoje uma área de 5.789,16km<sup>2</sup>. Isto é, quase 33 vezes maior do que o Distrito de Colúmbia/Washington. E uma população superior a 2 milhões de habitantes. Ou seja, quase três vezes e meia maior que a população do Distrito de Colúmbia/Washington.

O Distrito **É Federal**, dizem alguns historiadores respeitados. E têm toda a razão. Não é Estado e nem é Município. Mas exerce, em seu território, as mesmas competências legislativas e executivas a eles reservadas. A Constituição de 1988 quis inovar e lhe dar uma roupagem nova, concedendo-lhe uma emancipação política que se mostrou incompatível com o abrigo da nova Capital Federal em seu território e que viria a gerar os conflitos com os quais convivemos em nosso dia-a-dia há tantos anos consecutivos, tempo suficiente para uma amadurecida e consistente correção de rumos.

Pela nova Constituição de 1988 o Distrito Federal deixou de ser a Capital da República. A nova capital passou a ser Brasília, localizada dentro do território do Distrito Federal, que passou a ser uma Unidade Federativa como os Estados e os Municípios.

Mas, não é um estado, pois não tem o Poder Judiciário e nem o Poder Legislativo compreende uma Assembléia Legislativa com seus Deputados Estaduais. Também não tem Municípios, nem Prefeituras Municipais, nem Câmaras Municipais, nem vereadores, nem Poder Judiciário que é inerente

---

<sup>2</sup> *Relatório do Plano Piloto. Lucio Costa.*

somente aos Estados e à União.

Antes da vigência da Constituição de 1988, o Distrito Federal tinha até 1967, uma Prefeitura e um Prefeito. Tinha um Poder Executivo mas não tinha um Poder Legislativo próprio, pois até 1993, ele era exercido pela Comissão do Distrito Federal, integrante do Senado da República. E, como até hoje, o Poder Judiciário é exercido pela União, através do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Todos os Prefeitos e os Governadores do Distrito Federal até a eleição e posse do seu primeiro Governador em 1991, eram nomeados pelo Presidente da República. Os Poderes Judiciário e Legislativo também a ela pertenciam. Brasília e o Distrito Federal eram tutelados pela União. Como ainda hoje acontece, eles não poderiam sobreviver sozinhos com seus próprios recursos.

O momento é propício para uma decisão e um debate democráticos: que se diminuam os gastos do Distrito Federal, diminuindo-se seu território e sua população, criando condições para o surgimento de novos municípios que voltariam à terra-mãe goiana, ou um novo estado que abrigaria como municípios de um novo Entorno, (redesenhado) as atuais regiões administrativas que excedessem aos 1.034,07 km<sup>2</sup> correspondentes à atual Região Administrativa I onde se localiza Brasília.

A criação dos estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins, desmembrados de Mato Grosso e Goiás, respectivamente, são exemplos vitoriosos. Esses exemplos não seriam válidos para também desmembrar o atual Distrito Federal e criar novos municípios ou um novo estado? E deixar Brasília e o Distrito Federal (como Washington/DC) apenas com território e população necessários às suas atividades administrativas e ao cumprimento de suas obrigações constitucionais?

Velhas e tradicionais lideranças políticas do Distrito Federal, habituadas ao envolvente e sedutor exercício do Poder, sentindo o seu futuro se exaurir dentro de poucos anos, já se mobilizam em busca de novos horizontes, para não aparearem do mando político exercido com pertinácia há tantos anos consecutivos.

A questão da redução da área do Distrito Federal, adormecida por longos anos, foi ressuscitada. A polêmica está estabelecida, principalmente no meio político. Ser favorável ou contra a idéia, depende do balanço que cada político faz do seu próprio interesse pessoal ou dos grupos que representa. O interesse do povo e pelo povo, fica condicionado apenas à sua condição de eleitor, pois nessa condição o seu voto será imprescindível para a decisão final.

Mas, é evidente que todo e qualquer caminho passará fatalmente pelo

PLEBISCITO e, como inevitavelmente acontece, ele será conduzido pelos políticos que, em grande parte, terão seus interesses e privilégios contrariados.

Portanto, há, mais do que nunca, a necessidade de uma mobilização das forças vivas do Distrito Federal, para que o verdadeiro interesse do povo, permanecendo ou não — dentro ou fora dos limites do Distrito Federal e de Brasília — seja privilegiado e respeitado.

Ressuscitem-se os “caras-pintadas”, mas que sejam conduzidos com honestidade e bom senso. Que sejam imediatamente mobilizadas as organizações não governamentais, as ONGs que têm sido o esteio na defesa dos interesses da sociedade. Evidentemente, nelas se incluem os Clubes de Serviço como o Rotary, o Lions e tantos outros. O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – IHG/DF, a Associação dos Candangos Pioneiros de Brasília, o Clube dos Pioneiros, as instituições de ensino público e particular nos níveis do ensino fundamental, médio e superior.

Também a mídia em todos os seus segmentos, tem que ser convencida, envolvida, engajada no mais acirrado debate democrático pela causa de uma nova divisão administrativa e territorial para o Distrito Federal.

Do mesmo modo, não é possível prescindir da participação dos demais Poderes Constitucionais como o Executivo e o Judiciário. Enfim, é preciso um esforço inaudito para que a vontade soberana do povo seja respeitada na sua integralidade, subterfúgios à parte.

As entidades mais representativas da sociedade organizada, em especial, terão que fazer uma parceria incondicional nesse processo, sob pena de prevalecer apenas – como sempre acontece nesses casos – o interesse da classe política em antagonismo com o verdadeiro desejo do povo.

Assim, a emancipação política surgiu do arroubo de conceder a autonomia do DF e voz e voto à sua população. Os políticos e os candidatos diziam **falar** em nome do povo, mas, jamais foi vista a **assinatura** desse mesmo povo. Não fosse assim, por que tantos hoje se rebelam contra isso? E por que tantos defendem a diminuição da área, o desmembramento do Distrito Federal, a perda de sua autonomia política e até mesmo o conseqüente desaparecimento de sua representação legislativa local?

Está mais do que provado no nosso dia-a-dia, que não tem sido salutar a defesa dos “interesses do povo” pelo nosso Poder Legislativo, porquanto seus membros são os mais empenhados na manutenção do “status-quo”, onde eles são sempre os primeiros, os maiores ou até mesmo os únicos beneficiários de sua ação legislativa, tantas vezes usada em causa própria.

Portanto, só se pode confiar na mobilização e na discussão democrática das forças realmente representativas dos interesses da sociedade, cada dia mais postergada às mazelas de inúmeros problemas cujas soluções se encontram sempre num “futuro” que nunca chega. Assim acontece, entre outros, com o controle migratório, a grilagem de terras, a segurança pública, o transporte de passageiros, o desemprego, a geração de renda, a moradia, a defesa da integridade do tombamento de Brasília, representada pelo seu título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

O Distrito Federal, do tamanho de Brasília em seus 1.034,07km<sup>2</sup>, com uma população no máximo de 500.000 habitantes, exercendo em sua plenitude os objetivos de seu surgimento como Capital da República Federativa do Brasil, cidade planejada para a sede administrativa da Nação, sem veleidade de indústrias, serviços ou comércio espetaculoso — aliás, para as quais sequer foi planejada — servirá muito melhor ao próprio povo do Distrito Federal, com reflexos positivos ao povo de toda a Nação brasileira.

O novo desenho idealizado para Brasília, onde o limite urbano da cidade se confundirá com os limites territoriais do Distrito Federal, deverá compreender uma superfície total de 1.034,07km<sup>2</sup>, equivalente à Bacia Hidrográfica do Lago do Paranoá e seria integrado pelas seguintes áreas:

- a atual Região Administrativa I, caracterizada pelo perímetro urbano de Brasília, onde se incluem: a Leste:

- **a)** todos os Setores localizados nas asas Norte e Sul, nas adjacências dos Eixos Monumental e Rodoviário, desde a EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento, (DF-003) até o Lago do Paranoá, inclusive todo o seu espelho d’água;

- **b)** todas os demais setores localizados a Oeste da EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento, (DF-003), até o limite compreendido pela EPCT – Estrada Parque Contorno (DF-001).

OBSERVAÇÃO: esta área tem um perímetro de 473,03km<sup>2</sup>.

- **c)** as atuais Regiões Administrativas do Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo I, Guará, Águas Claras, Riacho Fundo II e parte de Taguatinga, onde se acha localizado o Núcleo Habitacional do Vicente Pires, compreendendo uma área de 561,04km<sup>2</sup>.

O total da área de Brasília, a mesma também para o Distrito Federal, seria de 1.034,07km<sup>2</sup>.

## **4. AS AÇÕES PROPOSTAS**

Decorrente dos vários estudos, pesquisas, propostas e projetos desenvolvidos ao longo dos anos, algumas soluções podem ser inferidas, outras já foram realizadas, embora seja necessário um maior e mais atualizado aprofundamento das várias alternativas, entre as quais podem ser destacadas:

**I. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA “REGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL”** Criação da RIDE,<sup>3</sup> mediante a implementação de instrumentos legais que possibilitem a atuação interdisciplinar da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios envolvidos, sem conflitos de autoridade ou jurisdição, de forma a desenvolver de forma integrada, participativa e efetiva a co-gestão da problemática regional.

**II. IMPLEMENTAÇÃO DE UM ORGANISMO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, com integral aproveitamento de recursos humanos da União, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios envolvidos, vedada a contratação de pessoal que seria requisitado de seus órgãos de origem, de acordo com o grau de conhecimento, especialização ou experiência necessárias ao melhor desempenho de suas atividades específicas.

**III. PROJETO E POSTERIOR EXECUÇÃO DO MAPEAMENTO DA “REGIÃO DO ENTORNO DE BRASÍLIA”** na escala de 1:25.000, com recursos próprios do Governo do Distrito Federal. Posteriormente, esses recursos poderão ser divididos equitativamente com os demais governos, seja a nível estadual, municipal, ou com órgãos públicos, através de convênios.

**IV. TRANSPORTE DE MASSA NO EIXO BRASÍLIA - LUZIÂNIA.** Elaboração de **Estudo de Viabilidade do Transporte de Massa** no Eixo Brasília/Luziânia, considerando-se as seguintes premissas:

. ocupação intensiva dos núcleos habitacionais ao longo ou muito próximos da linha férrea tais como: Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Pedregal, Gama, Santa Maria, Núcleo Bandeirante, Guará I e II,

---

<sup>3</sup> Lei Complementar nº 94, de 19/02/1998. (Criação da Ride).

Áreas Octogonais, Cruzeiro Novo, Cruzeiro Velho e o SHCSW (Setor Sudoeste)<sup>4</sup>

- . ociosidade elevada da linha férrea existente e a possibilidade de sua utilização através de trens suburbanos, especialmente dimensionados para esta finalidade;

- . barateamento em relação ao custo das passagens de ônibus cada vez mais onerosas;

- . maior segurança, rapidez e conforto para os usuários, adotando-se composições apropriadas e horários adequados ao atendimento da demanda;

- . diminuição sensível do fluxo de veículos rodoviários (principalmente ônibus, automóveis e outros veículos leves) no trecho da BR-040/050, entre Brasília e Luziânia, o que reduzirá o consumo de combustíveis, o desgaste físico e psicológico dos motoristas e passageiros decorrentes de engarrafamentos e inúmeros acidentes rodoviários e, conseqüentemente, diminuirão as vultosas despesas com hospitalização, pagamento de seguros e indenizações por invalidez, morte e danos materiais, e pela cessação de atividades produtivas do acidentado, bem como na conservação e melhoramento desse trecho da rodovia;

- . utilização de ônibus ou metrô apenas nas linhas curtas, ou circulares, em integração com o transporte ferroviário;

- . disponibilidade de veículos de transporte coletivo (ônibus), em quantidade a ser dimensionada, para sua redistribuição nas frotas urbanas ou intermunicipais, com evidente economia para as empresas que vão reforçar as suas frotas sem novos investimentos;

- . estudos para exploração dos transportes públicos de passageiros através do “trem suburbano”, “VLT” ou qualquer outro tipo de veículo sobre trilhos a ser especificado, mediante regime de concessão a empresas privadas, por concorrência pública, ou mesmo pela terceirização ou privatização do empreendimento.

Na elaboração do **Estudo de Viabilidade** serão considerados:

- . população de cada núcleo habitacional a ser atendido;

- . caracterização dos pontos de origem e destino;

---

<sup>4</sup> Hoje o Setor Sudoeste encontra-se definitivamente implantado. Recentemente, pela Lei nº 3.153, de 6/05/2003, ele foi transformado na RA XXII: Região Administrativa Sudoeste/Octogonal.

- . frequência de utilização do transporte coletivo;
- . dimensionamento da frota de ônibus urbano e interurbano utilizada no trajeto Brasília/Luziânia, a idade, estado de conservação, custo da frota e o custo passageiro/km;
  - . estatística da quantidade de passageiros transportados;
  - . quantidade de linhas, extensão e respectivos tempos gastos nos percursos;
  - . quantidade e identificação das empresas de transporte coletivo que operam as linhas;
  - . problemas jurídicos, administrativos, técnicos e burocráticos para a utilização, melhoramento ou manutenção da via férrea;
  - . indicações referentes aos seguintes tópicos:
    - viabilidade técnica de utilização da via férrea;
    - viabilidade econômica (inclusive custo/benefício) do transporte de massa;
    - indicação de alternativas quanto ao tipo de veículo (ou composição) mais adequada à via, ao percurso, ao tempo de trajeto, ao usuário, à segurança e à economicidade do empreendimento;
    - indicação do sistema complementar de integração com linhas circulares ou de ligação – metrô e/ou ônibus urbano - entre os núcleos urbanos e as paradas (estações) ferroviárias;
    - estudo preliminar dos custos do empreendimento (implantação e operação do sistema);
    - Termo de Referência;
    - cronograma físico-financeiro;
    - indicações para o gerenciamento do projeto e a operacionalização do novo Sistema de Transportes.

*\* Adalberto Lassance  
Cartógrafo e Acadêmico do IHG-DF*

## REFORMA AGRÁRIA

*Affonso Heliodoro dos Santos\**

Vejo nos jornais de agora uma série de opiniões sobre reforma agrária, sobre superlotação das cidades, falta de emprego e a violência decorrente desse fenômeno, que é resultado da migração descontrolada dos homens do campo para os centros urbanos. Tudo é certo, verdadeiro. O problema está explodindo em nossas caras. E o que me entristece e de certa forma até me envergonha, é que a solução para esse grave e diria mesmo único problema brasileiro, foi proposta na década de 60. Já estamos no ano 2007 e a incapacidade de nossos governantes e dos meios de comunicação não conseguem focar e dar ênfase a problema de tão clara e fácil solução.

O que o homem do campo vem buscar nas metrópoles: São Paulo, Rio, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre? Simples a resposta: emprego, escola e saúde. Pergunto: Se esses homens, que enfrentam mil dificuldades aqui, tivessem lá no interior, onde seriam gente, onde teriam vida decente, escola para os filhos, trabalho e saúde, viriam para as cidades que os repele e que os transforma em verdadeiros excluídos, ladrões, bandidos, assassinos? Não, não viriam. Pois bem, o Brasil teve, desde 1963, uma proposta para fazer a reforma do campo, sem se falar em reforma agrária. Quem ousasse àquela época proclamar o desejo de resolver os problemas do campo pela reforma agrária era logo taxado de comunista, querendo subverter a ordem estabelecida. Estabelecida sim, pelos latifundiários. Pelos donatários das modernas capitânicas hereditárias que se criaram neste país “essencialmente agrícola” e que morre de fome por falta do que comer. Um país onde é possível, — o único no mundo —, colher-se quatro vezes num mesmo ano, quatro safras! Todos os climas, terras à vontade, água, mão-de-obra barata, fertilizante, tudo para ser um grande produtor de grãos, e o pobre com as prateleiras vazias, raspando o fundo das panelas. E nós, importando feijão, arroz, milho, algodão.

Se o país tivesse ouvido, antes dos Americanos do Norte, a proposta do candidato à Presidência da República, Juscelino Kubitschek, quando ele propunha um arrojado programa de agricultura para o país, com o slogan: “*5 anos de agricultura para 50 de fartura*”, nada do que temos visto nosso povo sofrer, por falta de tudo, teria acontecido. Seu projeto previa a criação das agrovilas ao longo das estradas abertas por ele no seu período anterior de governo, quando o slogan era: “*50 anos de progresso em 5 anos de governo*”. Foram 24 mil km de rodovias, 3.416 km de ferrovias, a maior quilometragem construída em um período de governo em toda história do Brasil. Rios drenados e dragados; reforma e construção de portos ao longo da costa brasileira; modernização da marinha mercante; campos de aviação; automóveis; caminhões; jipes; tratores; máquinas agrícolas; armazéns; silos; empilhadeiras; colheitadeiras, tudo pronto, já fabricado no Brasil para seu segundo mandato em 1965. O homem que fez Brasília em menos de quatro anos, no deserto, longe dos centros de abastecimento, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, faria os milhares de agrovilas que se propunha fazer nos seus novos 5 anos de mandato. Juscelino, quando deixou o governo, deixou-nos aptos a fabricar 75% das máquinas de fazer máquinas. O que tem faltado ao país, desde a eleição de Jânio Quadros, é vontade, capacidade e competência para continuar o rápido e impressionante desenvolvimento gerado no período de 1956/1960 por Juscelino Kubitschek. Hoje, percebo bem quais foram as “forças ocultas” proclamadas por Jânio. Todos que passam pelo poder, inclusive Juscelino, as tem suportado. Só que Jânio não tinha equilíbrio mental nem emocional e, muito menos, preparo para governar um país que emergia de um subdesenvolvimento que o crucificava e o escravizava há tanto tempo.

O programa de Juscelino era inconveniente. Ele iria interferir, de maneira marcante, na economia mundial. O Brasil deixaria de ser a colônia que sempre foi. Era, portanto, preciso afastar aquele homem que havia redescoberto o Brasil e que se propunha agora a ocupar o vazio amazônico. Mas não seria apenas ocupar. Seria transformar, em apenas 5 anos, aquela vasta região improdutiva e desértica em riqueza competitiva com a economia norte-americana, principalmente.

A subida de Jango ao poder deu azo a que se tramasse o golpe de 1964, que levaria de cambalhada a ordem jurídica do país e, conseqüentemente, a candidatura, já lançada e homologada pelo Partido

Social Democrata, de Juscelino Kubitschek a um novo mandato para realizar a independência econômica e política do Brasil. Desde então fala-se em reforma agrária; em homens do campo; em problemas sociais; no aparecimento do Movimento dos Sem Terra e outros movimentos, mas ninguém quis, nem quer, até hoje, dar solução ao problema. Tão fácil, tão factível e que pode ser realizado em pouco tempo. Mas, por outro lado tão perigoso, pelos interesses inconfessáveis que o envolvem. Mas, queiram ou não os países ricos e desenvolvidos, o Brasil vem ocupando, graças a Brasília, logo graças a Juscelino, os 6 milhões e 500 mil km<sup>2</sup>, ou seja 2/3 do Brasil que em 1960 tinham uma densidade demográfica de apenas ½ habitante por km<sup>2</sup> e hoje é uma realidade econômica e populacional em vias de se realizar, se houver vontade e coragem de nossos governantes.

As agrovilas seriam pequenas cidades de, no máximo 10 mil habitantes, construídas ao longo das estradas de rodagem, de ferro e dos rios ou do mar, dispondo cada uma de infra-estrutura capaz de atender à população no que concerne à saúde, à educação, ao trabalho e ao lazer. Disporiam essas pequenas cidades de hospital, escola e trabalho para seus habitantes. Ainda de armazéns e silos para armazenagem da produção de grão das fazendas da região, armazéns frigoríficos e abatedouros industriais para os pecuaristas e estradas vicinais ligando-as às fazendas da região. No seu projeto Juscelino previa não só a fixação do homem no campo, como a volta dos que vieram buscar, nos grandes centros, o que agora poderiam ter nos seus rincões, lá na sua roça, de onde nunca teriam saído se lá tivessem, pelos menos, condições de sobrevivência honrada e honesta, criando seus filhos na escola e sabendo ter onde levá-los em caso de doença.

*\*Affonso Heliodoro dos Santos  
Acadêmico e Presidente do IHG-DF*



## O PIONEIRO ESQUECIDO

*Afonso Ligório Pires de Carvalho\**

A palavra pioneiro, em Brasília, tem conotação particularmente afetuosas, ao designar os que participaram da construção da cidade ou aqueles que passaram a residir no DF antes e até sua inauguração.

De todos os que trabalharam pela transferência da Capital do Brasil para o Planalto Central, parece que o menos lembrado é aquele que primeiro esteve na região com objetivo de escolher e indicar o local onde foi construída Brasília. Refiro-me ao historiador, engenheiro e diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, patrono da Cadeira 39 da Academia Brasileira de Letras.

Concordam os historiadores que a idéia da mudança da capital do país do litoral para o interior apoiava-se, principalmente, em questões de segurança, embora não só.

Entre os argumentos que levaram a executar o difícil e longo processo mudancista, prevaleceram, pela coerência e objetividade, os de Varnhagen. Estudou o assunto com seriedade e precedeu a todos com demorada visita ao local depois demarcado pela Missão Cruls.

Seus pontos de vista baseavam-se em pesquisas e exames, expostos em relatórios, livros, principalmente na sua *A Questão da Capital*, na História Geral do Brasil, em cartas, artigos e folhetos. Desde jovem compreendeu que a futura capital do Império não devia situar-se no litoral, à beira-mar, mas no interior do país. Não em qualquer parte, mas em lugar especial, apropriado.

Reconheceu e proclamou que a idéia da nova capital do Brasil no sertão não partiu inicialmente dele e sim dos patriotas da conjuração mineira em 1789.

Antes, em 1839, ele já se preocupava com o tema, conforme comunicou em carta, na época, ao Instituto Histórico do Rio de Janeiro.

Varnhagen relacionou ainda como anteriores às suas sugestões, as propostas do governo provisório de São Paulo, do qual fazia parte José Bonifácio. Eram recomendações aos deputados da província que iam ao Congresso de Lisboa, em 1821.

Varnhagen confessa no livro *A Questão da Capital*, publicado em 1877, que não conhecia nenhuma das sugestões mencionadas, quando Deus lhe deu análoga inspiração. Mais adiante explica: “Usei a palavra inspiração análoga e não idêntica, porque, no que todos concordamos foi com a intenção de ser levada para o interior a capital, não indicando uns a localidade ou marcando outros uma diferente”.

Antes de Varnhagen, portanto, embora já se falasse da transferência da capital para o interior, ninguém chegou a expor o assunto de forma tão didática, minuciosa, clara e persuasiva. A tal ponto que o senador pernambucano Holanda Cavalcanti, impressionado com tão firmes argumentos, apresentou um projeto de lei na legislatura de 1852 (matéria que não teve andamento), 39 anos antes de a Constituição de 1891 determinar a mudança.

Essa figura singular de escritor e historiógrafo, cujo pensamento ainda hoje inspira admiração e debates, a quem Oliveira Lima incluiu entre os fundadores do “patrimônio intelectual do país”, e que Adirson Vasconcelos no seu excelente *A Mudança da Capital* chamou de “perseverante”, nasceu em Sorocaba, São Paulo, em 1816. Era filho de militar alemão que viera para o Brasil com D. João VI.

Corajoso, desprendido, quando estudava em Lisboa Varnhagen alistou-se como voluntário no exército formado na Europa pelo nosso imperador Pedro I para reconquistar pelas armas o trono da filha, a infanta D. Maria da Glória, usurpado pelo irmão do monarca, D. Miguel.

Diplomado em matemática, retornando ao Brasil ingressou na carreira diplomática.

Desde moço, até o fim da vida Francisco Adolfo Varnhagen fixara sua preocupação maior de investigador de fatos históricos na questão da mudança da capital. Em qualquer oportunidade discutia e opinava sobre essa empresa que na época a poucos interessava, enquanto para ele era ponto de fundamental importância. Partia de uma conclusão simples: “A capital estaria muito mais resguardada no centro, como está no corpo humano o coração, e não na fronteira marítima.”

À medida que envelhecia, mais se apegava à idéia, como uma daquelas figuras obsessivas da Idade Média que dedicavam a existência a uma causa.

Sempre que podia, lupa em punho, debruçava-se sobre mapas do Brasil e, trancado em seu gabinete, viajava horas seguidas, centímetro a centímetro, a procurar em regiões recônditas do país uma localidade que juntasse clima, altura, cursos d'água perenes e ares salubres, bom para implantar a futura capital do Brasil. O lugar teria que ser distante o mais possível do mar, pensamento comum na época por medida de proteção contra ataques inimigos.

Sua intenção de início era transferir a capital para São João Del Rei, em Minas. Pensou também nos chapadões de Santa Maria e de Urucuia. Depois de exame mais refletido, voltou-se para o Planalto Goiano, como se alguma premonição o guiasse. Admitiu por fim que o lugar conveniente deveria encontrar-se não longe de Vila Formosa em Goiás.

Até então, jamais havia estado no Brasil Central, região de difícil acesso. Orientava-se somente pelo conhecimento de história e geografia, já que era um pesquisador compulsivo.

Chamou-lhe a atenção, ao selecionar no mapa, um sítio no triângulo formado pelas três lagoas: Formosa, Feia e Mestre d'Armas, junto às nascentes de rios que levam águas para as bacias do Amazonas, São Francisco e Prata. Observou que esse lugar, a seu ver, preenchia todas as exigências para fundação da futura sede administrativa do país. Ficava a uma distância igual do Rio, Bahia, Oeiras e Cuiabá, numa chapada de 3 mil pés acima do mar, com todas as condições de salubridade. Até o atual lago Paranoá foi previsto por Varnhagen, quando diz que, "sendo possível, preferir-se-á a localidade em que o rio, torneando uma igual chapada, a deixe como em península, ou, se não, onde o mesmo rio faça uma lagoa..."

Diplomata, já com 61 anos de idade, mesmo no estrangeiro continuava preocupado com a questão da capital do seu país. Em 1877 decidiu licenciarse da função que desempenhava junto à nossa representação diplomática em Viena e viajou ao Brasil Central. Não sossegaria sem antes realizar essa viagem esclarecedora.

O que viu na visita ao Planalto Central superou a expectativa.

Depois de passar por Minas e São Paulo, foi a cavalo até a província de Goiás. Embrenhou-se numa região praticamente virgem, sem estradas.

Ali teve que improvisar picadas para percorrer o sítio onde hoje está Brasília e arredores, 83 anos antes da mudança da capital. A pé ou em lombo de burro, com chuva ou sol, andou meses seguidos, sem descanso, pelo cerrado. Por vezes vencia nove léguas num só dia. Antes dele ninguém fizera aquele percurso em busca de um melhor lugar para a capital do país. Enfrentou o desconforto e o perigo, pensando somente no bem da Pátria.

Atento, observava, fazia levantamentos e anotava o que considerasse relevante. Ao concluir o trabalho, enviou relatório ao então ministro da Agricultura do Império, conselheiro Thomaz José Coelho d'Almeida, resumindo seus apontamentos geofísicos. E o fez antecipadamente, temendo perdê-los, tal a importância que dava ao trabalho. Infelizmente, jamais foram encontradas os cadernos com tão preciosas anotações de campo.

Após esse trabalho, retornou a Viena. Ali escreveu e imprimiu por conta própria o que seria seu último livro (uma monografia): *A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?*

Na Europa, feliz com a missão cumprida, sua alegria duraria pouco. Logo descobriu que o esforço físico aplicado na pesquisa afetara sua saúde. Médicos europeus diagnosticaram tuberculose. A doença se agravou pela negligência em cuidar-se durante a viagem ao Planalto Central. Faleceu oito meses depois em Viena, em 1878, aos 62 anos de idade, sem ver realizado o velho e cobiçado sonho da capital no interior.

A idéia, porém, prosperou. Após 14 anos da morte de Varnhagen, por ordem de Floriano Peixoto, em cumprimento à Constituição de 1891, a Missão Cruls parte para o Planalto Central em busca exatamente do sítio indicado pelo historiador. Era o primeiro passo, na prática, para a interiorização do Distrito Federal, como recomendara Varnhagen.

A maioria dos estudiosos considera que a preocupação efetiva das autoridades com o assunto mudança só veio a ganhar força com o advento da República, quando passou a constar de um dos artigos, o 3º, da primeira Constituição republicana de 1891.

Deodoro da Fonseca, no entusiasmo do novo regime que ajudara a criar e ao ensejo de um Brasil novo, logo abraçou a causa da mudança. Foi ele quem primeiro qualificou o Rio de Janeiro de “capital provisória” do país.

No século XVIII, o eixo da economia da colônia deslocou-se do Nordeste para o Centro-Sul, o que deu oportunidade a Pombal de realizar a transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro.

Nesse ritmo, o Rio chegaria a ser também a capital não só do Brasil, mas do próprio reino português, com a transferência da corte em 1808.

Explica Varnhagen que a Bahia foi escolhida capital, no início, por encontrar-se a meia distância do litoral, desde o rio Amazonas ao rio da Prata. “Dividido o principado do Brasil em dois estados, ficando ao do Grão-Pará a parte Norte e ao restante do Brasil a costa Oriental e capitanias do Sul, tratou-se de escolher no litoral um lugar mais central que a Bahia. Eis a razão da transferência da capital para o Rio, a qual teve lugar em 1763.”

– Conviria porém, agora, a volta da capital para a Bahia, já que não existe mais aquela divisão administrativa? perguntava Varnhagen, na época, como a valorizar sua idéia.

Ele mesmo respondia que não. E justificava seu ponto de vista com 12 razões. Entre essas, a de que “uma capital central pode distribuir com mais igualdade, em diferentes raios, sua solicitude”.

No entanto, sua objeção não se limitava ao Rio. Ele não era contra o Rio, como possa parecer. Para ele, necessariamente nenhuma cidade ou vila das então existentes no país deveria vir a ser a nova capital do Império.

Ele não era um visionário, mas um intelectual ao mesmo tempo sonhador e pragmático. Um dos seus panegiristas observa que Varnhagen emigrou de sua época para tornar-se credor da louvação do futuro.

Para Deodoro, Floriano Peixoto e a maioria dos que assumiram o poder com a queda do regime monárquico, o Rio devia representar, por questões políticas e ideológicas, apenas o passado.

Vulnerável militarmente, com pesada ostentação de poder e regalia, sede da elite dominante, da aristocracia decadente, do comércio, do luxo e também dos prazeres desregrados, no entender dos novos dirigentes, o Rio, como capital, estava definitivamente ultrapassado.

Era tudo o que Varnhagen já havia demonstrado desde 1839, antes do início do Segundo Império e distante ainda 121 anos da inauguração de Brasília.

De fato, o advento da República restaurou a antiga tese mudancista e deu lugar às primeiras iniciativas rumo à construção da nova capital. As tentativas, porém, esbarravam na grandiosidade técnica e política da intenção que, na prática, não era a mesma coisa.

Lauro Müller, ao apresentar sua emenda ao projeto constitucional que deu mais objetividade à questão da mudança, quanto ao local e demarcação

da área, valeu-se do texto de um relatório enviado por Varnhagen ao ministro da Agricultura do Império, datado de 1877, como base da sua justificativa.

Em seguida à aprovação da Constituição de 1891, que tornou obrigatória a transferência, outro feito político importante foi uma lei de autoria do senador piauiense Nogueira Paranaguá determinando a liberação de recursos financeiros para o governo organizar e custear, de imediato, uma Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. A comissão, chefiada pelo engenheiro Luiz Cruls, seria encarregada de estudar e demarcar o sítio de 14.400 Km<sup>2</sup>, de acordo com o que especificava a Constituição. Sem essa providência tudo continuaria apenas no papel.

A Comissão Exploradora partiu do Rio em 1892, rumo ao Planalto Central, já no governo Floriano Peixoto. Coincidentemente, ao retornar a missão Cruls, em 1893, estoura no Rio a Revolta da Armada, o que mais uma vez demonstrou a vulnerabilidade do antigo Distrito Federal.

Não obstante, a idéia mudancista pouco a pouco esvaziou-se, até ser desativada e quase esquecida, a partir do terceiro governo da República, após a posse de Prudente de Moraes, que substituiu Floriano Peixoto.

Só no governo Epitácio Pessoa, 31 anos após a Constituição de 1891 e 29 anos depois da missão Cruls, um obelisco erguido no morro do Centenário, em Planaltina, no dia 7 de setembro de 1922, por decisão do presidente da República, foi a única lembrança da intenção de levar para o Planalto Central a capital do Brasil. Nada mais.

Depois desse evento, novamente o silêncio, até chegar à segunda metade do século XX. A partir daí o movimento mudancista revigorou-se. O triângulo de Varnhagen, transformado por Cruls em quadrilátero, deu lugar a Brasília, pela vontade de Juscelino Kubitschek.

*\*Afonso Ligório Pires de Carvalho  
Acadêmico do IHG-DF*

## O FARMACÊUTICO DA MISSÃO CRULS

*Alberto Martins da Silva\**

Estamos iniciando, a partir deste trabalho, algumas referências aos membros militares da Comissão Exploradora do Planalto Central. Citaremos relatos de suas trajetórias militares e de suas participações na vida brasileiras, visando demonstrar o quilate deste aguerrido e patriótico grupo, que em tão boa hora foi escolhido para a magistral façanha. Iniciaremos, portanto, com o Dr. Alfredo José Abrantes, o farmacêutico da Comissão.

O núcleo técnico que integrava a Comissão Exploradora do Planalto Central, nomeada, em 1892, pelo Presidente da República, Marechal Floriano Vieira Peixoto, grande defensor da idéia mudancista, era formado por especialistas (engenheiros, geólogos, botânicos, astrônomos, médicos e um farmacêutico) preparados para os objetivos da missão e, alguns, já conhecedores da região a ser pesquisada como, por exemplo, o Tenente Henrique Silva, estudioso da região goiana, que compunha o núcleo de segurança e apoio, e o Tenente Coronel da reserva Felicíssimo do Espírito Santos.

A competência e o desempenho de cada um marcaram um notável trabalho de estudo da área explorada, com a demarcação do quadrilátero, chamado de Quadrilátero Cruls, ensejando a formação de uma nova comissão, a Comissão de Estudos da Nova Capital, em 1894, com o objetivo de situar a posição da nova Capital dentro do quadrilátero demarcado anteriormente. Na verdade, a Comissão era uma comissão tipicamente militar, com disciplina e ritos militares, chefiada pelo astrônomo belga, naturalizado brasileiro, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, major honorário do Exército Brasileiro e Lente de astronomia da Escola Militar, nomeado em 1888. Vale ressaltar que doze dos seus vinte e dois integrantes eram oficiais ou eram funcionários do Ministério da Guerra

e ligados ao Observatório Astronômico, então subordinado, pelo Decreto 451-1, de 31 de maio de 1890, ao então Ministro da Guerra, Floriano Peixoto.

Era farmacêutico da Comissão, o Capitão Dr. Alfredo José Abrantes (1857-1938), amigo e homem de confiança de Luis Cruls, nascido em Souza, cidade do interior paraibano e servindo na farmácia da Escola de Tiro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, quando passou à disposição do Ministério da Agricultura, cujo titular era o Ministro Antônio Gonçalves de Faria, nomeado para fazer parte do pessoal técnico da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, em 17 de maio de 1892.

A amizade entre o farmacêutico Dr. Abrantes e o sábio Luis Cruls nascida dos encontros no Observatório Astronômico, quando Dr. Abrantes, estudioso da astronomia, embora não pertencente à Escola Militar, era um assíduo freqüentador do ambiente, desde os tempos que era aluno de Farmácia da Escola de Medicina e, depois, aluno de medicina. *“É necessário, que hoje em dia, diz o físico Luiz Muniz Barreto, ex-Diretor do Observatório e autor do livro sobre os 160 anos do Observatório, se possa entender o relevante papel que o Exército e o seu clube exerciam no País. Não resta dúvida que o ensino e a prática da Ciência eram quase que uma exclusividade do Exército Imperial; a própria Escola Politécnica ainda não se desligara inteiramente da Escola Militar e, no Imperial Observatório, as fardas eram tão comuns como os sobretudos e os coletes.”*

Formado em farmácia, em 1881, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – em seu curso de farmácia – tendo sido interno do Hospital Militar da Guarnição da Corte, localizado no Morro do Castelo, no período de um ano e quatro meses (16 de outubro de 1879 a 8 de janeiro de 1881). Ingressou no Serviço de Saúde do Exército, no ano de 1883, e foi nomeado, como Alferes farmacêutico, coadjuvante da farmácia militar do próprio Hospital do Morro do Castelo, onde permaneceu por dois anos. Neste período, Dr. Abrantes, estudioso e amante da astronomia, passou a freqüentar o Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, vizinho do Hospital Militar do Castelo, fazendo amizade com jovens oficiais da Escola Militar, alunos do Observatório, então dirigido pelo engenheiro belga Dr. Luis Cruls.

Serviu ainda na farmácia do Depósito de Aprendizes de Artilharia, situada na Fortaleza de São João, até fevereiro do ano de 1889, quando foi designado para o Laboratório Químico Farmacêutico Militar, ambos no Rio

de Janeiro, tendo sido elogiado pelo Comandante da Fortaleza nestes termos: *“este oficial durante o tempo que ali serviu tem dado sempre provas de capacidade profissional, inteligência, zelo e dedicação, probidade e caridade, sempre sendo um auxiliar valioso dos serviços médicos e cirúrgicos.”*

No final de 1889 passa a servir no Hospital Militar da Guarnição da Corte e, no ano seguinte, com a reorganização do Exército durante a mudança do regime político, é promovido ao posto de Tenente farmacêutico e, logo, à Capitão, indo servir na Escola de Tiro de Campo Grande, quando foi nomeado para integrar a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, a convite do astrônomo Luis Cruis. Dr. Alfredo José Abrantes integrou a Turma Norte-Oeste juntamente com o mato-grossense Capitão Celestino Alves Bastos, o maranhense Tenente Augusto Tasso Fragoso – seu amigo particular desde os tempos que freqüentavam o Observatório Astronômico, coadjuvado pelo auxiliar João Perez Cuyabá. Esta Turma partiu da cidade de Formosa, percorrendo 305 quilômetros até o vértice demarcado, finalmente, em 15 de janeiro de 1893.

Desta maneira, Dr. Abrantes além de atuar como farmacêutico da Comissão, foi o responsável pela coordenação final dos relatórios, colaborando com os estudos astronômicos e servindo, também, como cooperador junto aos médicos da Comissão – Pedro de Alcântara de Souza Gouveia e Antônio Martins de Azevedo Pimentel – com seus conhecimentos de medicina, já que era um quartanista da Faculdade, curso que não concluiu em virtude dos novos afazeres profissionais: vale ressaltar a sua designação, em plena atividade dos trabalhos da comissão, para compor o grupo que foi investigar o eclipse solar observável no Ceará, em abril de 1893. Um dado muito curioso na composição da Comissão Exploradora do Planalto Central é que diante do tamanho da proeza (longas distâncias, transporte do material, segurança), da rapidez desejada (tivemos pouco mais de mês entre a nomeação dos integrantes e o início da viagem) foram escolhidos e nomeados homens inteirados com os objetivos a alcançar e que, possivelmente, conheciam muito o assunto e tinham uma idéia comum, podendo o grupo, assim, desempenhar várias atividades técnicas ao longo do percurso traçado; a disciplina do trabalho completou a política corretamente perfeita.

O Exército Brasileiro deu a sua enorme contribuição ao projeto de exploração do planalto através dos militares que integraram a Comissão.

Na verdade, a Comissão Exploradora de 1892, formada por dois núcleos – um técnico e um de segurança e apoio (contingente militar) – era, na verdade, uma comissão militar. Convém lembrar que as idéias mudancistas sempre contaram com os estudos dos militares idealistas quer nos bancos das escolas militares, quer nas lides políticas; assunto que, em breve, será motivo de um nosso trabalho. Ao término da missão, o Capitão Abrantes retorna ao Rio de Janeiro, servindo em sua guarnição, por alguns meses quando, em maio de 1894, é novamente convocado, passando à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, para integrar a Comissão de Estudos da Nova Capital, chefiada, também, pelo engenheiro e astrônomo Luis Cruls, com o objetivo de situar a posição da nova Capital dentro do quadrilátero demarcado anteriormente.

Este novo trabalho, que teve seu término em final de 1896, contou com a colaboração do Capitão Abrantes na coordenação dos mapas e relatórios finais, função exercida com a confiança do Dr. Cruls. Este novo grupo de técnicos contava com alguns oficiais que participaram da primeira Comissão (Capitães Hastimphilo Freire de Moura, Celestino Alves Bastos, Alípio Gama, Antônio Cavalcante de Albuquerque, Alfredo José Abrantes) e mais os engenheiros Capitães João José de Campos Curado, Antônio Mariano Alves de Moraes e o médico José de Araújo Bulcão. Ao final dos trabalhos, no ano de 1896, retorna Dr. Abrantes ao Rio de Janeiro passando a servir como ajudante do Diretor do Laboratório Químico Farmacêutico Militar, Tenente-coronel Farmacêutico Augusto Cezar Diogo, até o ano de 1900. É interessante seguir a vida militar do Capitão Alfredo José Abrantes, que chegou a ser um dos expoentes da farmácia militar brasileira.

Em 1900, já está chefiando a farmácia do Hospital Central do Exército, instalado, ainda, no Morro do Castelo, agora com a nova denominação. Quando da transferência do velho Hospital para as novas instalações no bairro de Benfica, em 1902, – modelo arquitetônico imponente na época – Dr. Abrantes fez parte da comissão da complexa transferência com colossal desempenho administrativo e técnico, recebendo do Sr. Presidente da República, Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales, o seguinte elogio:

*“Pelo zelo, inteligência e prontidão com que na melhor ordem possível e observando todas as medidas de precaução, contribuiu para a mudança do Hospital Central do Exército, do Morro do Castelo para São Francisco Xavier.”*

Seu desempenho profissional e seu preparo técnico foram reconhecidamente recompensados quando, em 25 de agosto de 1904, foi nomeado Diretor do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, a mais alta função do farmacêutico militar. Ao longo de quase dezenove anos dirigiu aquele estabelecimento técnico com invulgar profissionalismo, alcançando vitórias sucessivas nas áreas farmacêuticas nacional e internacional, projetando o nome da farmácia militar. Em setembro de 1905, é eleito para a Academia Internacional de Medicina, como profissional competente e figura de projeção da Farmácia Brasileira. No período de junho de 1907 até março de 1908, já no posto de Tenente-coronel, seu nome foi lembrado, novamente, para integrar uma outra comissão, desta vez a Comissão de Limites com a Bolívia, num extenuante trabalho, percorrendo áreas inóspitas em acampamentos temporários sujeitos às chuvas e clima hostil – dificuldades já enfrentadas pelo velho missioneiro – voltando a assumir o Laboratório após o encerramento dos minuciosos estudos.

Em 1908, na Grande Exposição Nacional, comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos, o Laboratório Químico Farmacêutico Militar obtém Medalha de Ouro e Diploma de dois grandes prêmios. Também representou o Brasil no “Congresso do Ópio”, realizado em 1910, em Haia. Quando da exposição Internacional de Higiene Social, realizada em Roma, em 1911, o Laboratório Químico Farmacêutico do Exército comparece com seus excelentes produtos, granjeando os aplausos da imprensa especializada e recebendo Medalha de Prata e Diploma de Honra. A sua atuação na direção daquele estabelecimento mereceu, de todos os seus superiores hierárquicos, o total reconhecimento pela excelência do trabalho técnico-administrativo lá desenvolvido.

Durante a sua vida militar profícua e de um profissionalismo exemplar para a classe farmacêutica, recebeu as seguintes promoções: Major (24 de junho de 1906), Tenente-coronel (04 de junho de 1908) e Coronel (02 de janeiro de 1910). No meio profissional alcançou o ápice de sua carreira sendo eleito, por suas reconhecidas qualidades técnicas e seus trabalhos desenvolvidos em prol da Farmácia Brasileira, para a Academia Nacional de Medicina, como Membro titular, em 14 de setembro de 1906. Desempenhou, no meio civil a função de Químico Auxiliar e Toxicologista da Polícia Civil do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, de Professor de Química Orgânica e Biológica, como Assistente da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e de Diretor da Cruz Vermelha Nacional (quando reformado).

Dr. Alfredo José Abrantes foi casado, com D. Francisca Carolina de Vasconcelos, em primeira núpcias (21 de janeiro de 1892), e falecida a 5 de julho de 1907. Em segundas núpcias, casou-se com D. Olga de Vasconcelos Abrantes (6 de março de 1913). Em 12 de março de 1919, então no posto de Coronel Farmacêutico, foi reformado como General-de-Brigada, atingido pelo limite de idade para permanência no serviço ativo.

Em 20 de outubro de 1938 faleceu no Rio de Janeiro, cercado pela estima e saudades de familiares e inúmeros amigos que cultivou ao longo de sua benemérita vida. Em retribuição aos importantes serviços prestados à Farmácia Brasileira, Dr. Alfredo José Abrantes foi escolhido para Patrono da Cadeira de nº 2, da Academia Nacional de Farmácia, numa homenagem dos que reconheceram o seu papel no desenvolvimento da Farmácia Brasileira.

O Dr. Abrantes, com seu profícuo trabalho ensejou importantes progressos na área farmacológica, nos âmbitos militar e civil. O Exército Brasileiro e o Serviço de Saúde, em particular, orgulham-se de tão ilustre varão, probo e devotado, que soube honrar a farda e a profissão que exerceu, servindo de exemplo a todos os farmacêuticos militares. Assim privilégio de participar de várias comissões exploradoras brasileiras, e que hoje prestamos a nossa homenagem ao seu valor e a sua capacidade profissional. Dr. Alfredo José Abrantes, varão que ajudou a mudança da capital do Brasil; um verdadeiro pioneiro na empolgante e fascinante conquista do Planalto Central Brasileiro.

*\*Alberto Martins da Silva  
Acadêmico do IHG-DF*

### **Bibliografia.**

- MARTINS DA SILVA, Alberto. "Os Militares da Missão Cruis". Revista DF Letras. Número 39/43, maio a setembro de 1997. Brasília, DF.

- MARTINS DA SILVA, Alberto. "Dr. Alfredo José Abrantes, Farmacêutico Militar". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Número 30, agosto de 1998. João Pessoa, PB.

- VASCONCELOS, José Adirson de. A Mudança da Capital. Gráfica e Editora Independência. 1978. Brasília, DF.

## JK E OS ESTUDANTES

*Aluísio Pimenta\**

Escrever ou falar sobre Juscelino Kubitschek é sempre uma grande responsabilidade, no meu caso redobrada. Tive o privilégio de conhecê-lo, em 1940, ano em que ele foi nomeado prefeito de Belo Horizonte. Naquela época, eu cursava o pré-vestibular na Faculdade de Odontologia e Farmácia da UMG (hoje, UFMG) e, juntamente com a maioria dos meus colegas universitários, fazia oposição cerrada ao regime do Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas três anos antes.

Mineiro de Diamantina, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi nomeado para Prefeitura da Capital pelo então interventor Benedito Valadares, a quem nós, os estudantes, nos opúnhamos e sobre quem fazíamos veemente críticas e, inclusive, chacotas. A oposição ao interventor e a Getúlio Vargas também era forte entre professores, intelectuais e diversos políticos e já crescia entre os empresários e os profissionais liberais de Minas Gerais, que sentiam a marginalização política do Estado provocada pelo regime. As pessoas diretamente acusadas por essa situação eram Benedito Valadares e Juscelino Kubitschek, por ser prefeito de Belo Horizonte. Esse movimento de oposição à ditadura em Minas Gerais resultou, em 1943, no célebre “Manifesto dos Mineiros”, um dos documentos decisivos para o fim do Estado Novo.

Na década de 40, nosso Estado contava apenas com a Universidade de Minas Gerais (UMG), federalizada durante o meu reitorado, com a Escola de Farmácia e a Escola de Minas de Ouro Preto e com a Universidade Rural de Viçosa, que tinham pouco ou quase nenhum contato com Belo Horizonte. Apesar do momento histórico e da considerável pressão psicológica que os professores, sobretudo da Faculdade de Direito – que posteriormente se reuniram para criar a União Democrática Nacional –, exerciam sobre nós, estudantes universitários, percebemos em Juscelino

Kubitschek algo diferente. Começamos, então, a vê-lo como uma pessoa capaz de lutar em defesa das liberdades suprimidas pelo Estado Novo.

Durante a construção do Cassino da Pampulha, JK foi classificado por seus opositores como o “dançarino da Pampulha” e acusado de realizar obras para enriquecer-se. A oposição dos universitários ao prefeito Juscelino Kubitschek, no entanto, perdia o fôlego quando os estudantes da Escola de Arquitetura mostravam a sensibilidade do administrador ao convidar jovens arquitetos, como Oscar Niemeyer, e jovens paisagistas, como Lucio Costa, para desenvolver o projeto do Conjunto Arquitetônico da Pampulha. Realmente, apenas um homem de visão como JK poderia, àquela época, permitir a construção de um complexo do nível e da beleza da Pampulha, que contaria com: a lagoa; a Igreja de São Francisco de Assis, de características moderníssimas, admirada pelos turistas de todo o mundo; o prédio do Cassino, naqueles tempos, um dos mais modernos edifícios do Estado; a Casa do Baile; e, mais tarde, o Museu de Artes.

Do mesmo modo que o Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, o Cassino da Pampulha, apesar das críticas, deu novas características ao setor cultural de Belo Horizonte. A então cidade provinciana, ao lado das salas de jogos, passou a contar com um espaço para as apresentações dos grandes cantores e das famosas orquestras, que atraíam centenas de pessoas. Enquanto, o cassino funcionava como reduto da classe mais favorecida, a casa do baile recebia a população em geral. Não posso deixar de acrescentar a parte esportiva da Lagoa da Pampulha, onde os estudantes da UMG e os sócios dos poucos clubes existentes na Capital realizavam regatas.

Nós, os estudantes, liderados pelo colega da Faculdade de Direito Simão Viana da Cunha Pereira – mais tarde um impetuoso “brigadeirista” e adepto da UDN –, mantínhamos nossa oposição ao regime de Getúlio Vargas e a Benedito Valadares. Em nossas reuniões, consideradas “subversivas”, defendíamos a realização de eleições e a luta pelo petróleo. A convite dos estudantes e de alguns “comunistas” da Associação Comercial de Minas Gerais, o grande escritor e nacionalista Monteiro Lobato veio a Belo Horizonte para proferir uma palestra. Ele, contradizendo as idéias de geólogos norte-americanos, afirmava que havia petróleo em terras brasileiras. Suas explicações eram claras: se nossos vizinhos – Argentina, Equador, Bolívia e, principalmente, Venezuela – produziam o “ouro negro” por que o Brasil, com seu enorme território e ampla costa marítima, não poderia

produzir? Monteiro Lobato conclamava o povo brasileiro, sobretudo os estudantes, à luta. Saímos da palestra com o espírito cívico muito elevado. Fizemos uma passeata. Fomos perseguidos pela cavalaria e nosso único refúgio foi a Igreja São José. Apesar do “sabão” do Coronel Dorneles, chefe da polícia, e da ameaça de que daquele momento em diante mandaria os policiais nos reprimir fortemente, não nos apavoramos nem nos intimidamos. Já sentíamos algo no ar, que indicava a desmoralização da ditadura e sua futura queda.

É interessante notar que jamais tivemos qualquer restrição do prefeito JK. Ao contrário, procurávamos o prefeito para solicitar apoio para excursões a Ouro Preto, Diamantina ou mesmo ao Rio e São Paulo. Ele nos atendia com aquele clássico sorriso das pessoas que amavam a vida. Gostava de conversar e tinha, como sentíamos, uma sensibilidade especial pelos jovens. Durante as audiências aproveitava para conversar sobre seus planos para o desenvolvimento da capital. Quando falava da Pampulha, seus olhos brilhavam. Nestas ocasiões, esquecíamos até da ditadura do Estado Novo. Nosso único problema era o secretário de JK, o senhor Miltonilo. Na hora de providenciar a liberação do dinheiro de nossos pedidos, ele nos “empurrava de barriga” e saía pelos fundos do edifício da Prefeitura. Acostumados com o seu procedimento, nosso grupo se dividia em dois. Assim ficávamos de guarda nas duas entradas da Prefeitura, na Avenida Afonso Pena e na rua Goiás. O Sr. Miltonilo não escapava e nós recebíamos a ajuda prometida pelo prefeito Juscelino Kubitschek. Apenas como curiosidade, o grupo raramente contava com elementos do sexo feminino, devido ao pequeno número de estudantes mulheres e pela rigidez e hipocrisia daqueles tempos.

Com a queda da ditadura, Juscelino filiou-se ao PSD, sendo eleito deputado federal em 1946. Nesta época, eu concluía o curso de Farmácia e iniciava minha carreira de professor universitário, como assistente de química terapêutica na mesma faculdade. Apesar da fortíssima oposição exercida pela UDN e pelo “lenço branco” do brigadeiro Eduardo Gomes, os jovens, especialmente aqueles do interior que vinham estudar na capital, tinham profunda admiração por JK. Eu era da UDN, por isso votei no Brigadeiro Eduardo Gomes, mas reconhecia em Juscelino um administrador de grande sensibilidade e dinamismo. Sua presença na Prefeitura de Belo Horizonte fora marcante.

Em 1950, Juscelino Kubitschek foi eleito governador de Minas Gerais, exercendo o mandato até 1955. Combatido pela UDN, que contava com apoio do setor rural, do empresariado e de boa parcela de professores universitários e estudantes, JK norteou sua administração no binômio “Energia e Transporte”. Ao lado dessa meta de governo, impulsionou as artes, as letras e a cultura em geral. Durante seu governo, jovens jornalistas, liderados por José Maria Rabelo e Aldo Arantes, lançaram o jornal “O Binômio”, altamente oposicionista, era apresentado como caricatura ao programa de Juscelino. “O Binômio” marcou época pelo humor ferino e pela inteligência e brilhantismo de seus organizadores. Nós nos deliciávamos com as críticas e as sátiras desse jornal que, posteriormente, desempenhou papel ainda mais importante na defesa do regime democrático. Segundo algumas pessoas que privavam da intimidade de Juscelino Kubitschek, ele fazia questão de ler “O Binômio” e desopilar o fígado com boas gargalhadas. Era o resgate democrático que Minas Gerais necessitava. Foi um governo inteligente e realizador que sacudiu nosso Estado.

Eu, como professor, sentia que a maioria dos estudantes, tanto secundaristas quanto universitários, via JK com respeito e carinho. Tive a oportunidade, como representante dos professores livre-docentes no Conselho Universitário e amigo dos estudantes, de acompanhar um grupo de alunos e, inclusive, a diretoria do DCE da UMG a uma audiência com o governador Juscelino Kubitschek. Eles pleiteavam a doação de uma sede para o diretório, pois a que dispunham na Avenida Afonso Pena não proporcionava condições para a realização das reuniões sociais, entre elas os bailes de fins de semana e o carnaval. O governador nos recebeu prontamente e designou um de seus assessores para atender favoravelmente o pedido. Foi doado ao DCE um prédio, onde suas reuniões sociais e culturais funcionaram por muito tempo. Hoje, no local, existe um conjunto de cinemas e bares, creio que em convênio com o DCE da UFMG. Em outra visita, conversei com o governador JK sobre o futuro das universidades brasileiras e senti seu entusiasmo pela UFMG – federalizada pelo esforço de parlamentares mineiros, entres o deputado federal Bonifácio Andrada.

Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente da República em 1956, em um dos momentos mais tumultuados da vida política do País. Getúlio Vargas havia cometido suicídio e seus substitutos no poder procuravam impedir a eleição de JK e, posteriormente, sua posse. Manter o mandato foi muito

difícil. JK demonstrou ser realmente um estadista. Cabia-lhe bem a célebre frase de Che Guevara “*Ser duro sin, perder la ternura jamas.*” Com o suporte do povo brasileiro e o entusiasmo dos jovens, Juscelino resistiu aos levantes militares. Exerceu a Presidência da República com visão prospectiva e com a decisão de repensar a nação brasileira. Nosso País trazia dentro de si uma visão acanhada que o impedia de conquistar seu interior. Tínhamos os olhos voltados para a orla marítima e as costas para a imensidão do nosso interior. A utopia de Juscelino Kubitschek era interiorizar o Brasil. Resolveu construir a nova capital da nação no coração do País, o que causou ferrenha crítica de seus opositores. A construção de Brasília fazia parte de seu audacioso Plano de Metas, cujo slogan era “50 anos em 5”. Talvez por isso Paulo Pinheiro Chagas tenha dito que JK “foi um contemporâneo do futuro.”

Se olharmos retrospectivamente para os anos de 1956 a 1961, comprovaremos que Juscelino cumpriu sua meta de “50 anos em 5”: desbravou o País rasgando estradas; construiu a moderna Capital em um curtíssimo espaço de tempo; respeitou os direitos dos cidadãos, mesmo os daqueles que o atacavam; lutou pelo respeito e pela dignidade da pessoa humana. Os jovens, sobretudo os estudantes, o adoravam por seus feitos e por seu comportamento democrático. Em 1961, ao passar a faixa presidencial a Jânio Quadros, que o combatia ferozmente, escutou do povo brasileiro de maneira uníssona, o brado JK-65. Mas, tendo seus direitos políticos cassados pelo regime militar, em 1964, Juscelino teve que desistir de disputar um novo mandato. Neste mesmo ano, deixou o Brasil em exílio voluntário.

Não me cabe, nestas reflexões, avaliar o homem Juscelino Kubitschek. Não posso, porém, perder a oportunidade para lamentar profundamente o tratamento injusto e covarde que lhe foi propiciado pelos golpistas de 1º de abril de 1964. As humilhações pelas quais passou somente o exaltaram e fizeram dele uma das maiores personalidades, em âmbito internacional, do século passado. Eu também sofri os rigores da ditadura, inclusive sendo deposto do cargo de reitor da UFMG, em 1964, ao qual retornei após veemente protestos meus, da comunidade e da sociedade. Aposentado compulsoriamente pelo AI-5, permaneci 17 anos no exílio. Lá, bem de longe, com tantas recordações e saudades, passei a ver JK, definitivamente, como um dos maiores estadistas do século XX. Ao lado de tudo que realizou de maneira admirável no Brasil, Juscelino atuou internacionalmente, propondo

a Organização Pan-americana e a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tanto suporte tem dado aos projetos para o desenvolvimento latino-americano. Por esta e por tantas outras razões, comparo nosso querido JK a Simon Bolívar. Ambos foram grandes vultos da história, devido à luta pelo processo de independência econômica, social e cultural da América Latina e do Caribe.

O centenário de Juscelino Kubitschek, que será comemorado em 12 de setembro próximo, deve representar para todos os brasileiros uma data de grandes festividades acadêmicas e populares. Ao meu ver, mais populares do que acadêmicas, pois JK foi um homem do povo, que amava enternecidamente Diamantina, Minas Gerais e o Brasil. Vamos homenagear o estadista, mas vamos lembrar também o Nonô de Diamantina, filho de mestra Júlia e do senhor João César de Oliveira, que se misturava aos seus conterrâneos nas belíssimas serenatas diamantinenses. Vamos homenagear o esposo de dona Sarah Kubitschek, companheira inseparável. Vamos comemorar o centenário de JK de norte a sul, de leste a oeste do País, promovendo uma festa à altura desse grande vulto da história mundial.

*\*Alúcio Pimenta  
Professor, Membro da Academia Mineira de Letras e  
ex-Ministro da Cultura*

## DOMINGOS CARVALHO DA SILVA E SEUS UNIVERSOS PARALELOS

*Anderson Braga Horta\**

Domingos Carvalho da Silva nasceu em Vila Nova de Gaia, Portugal, em 21 de junho de 1915. (Registro a coincidência de, no mesmo dia, nascer, no outro lado do Atlântico, em Conceição do Piancó, na Paraíba, outro futuro escritor do lusitano idioma, Ascendino Leite, que se notabilizaria como crítico, romancista e memorialista.) Aos 9 anos, concluído o primário na cidade do Porto, Domingos transfere-se para o Brasil. Será sua nova pátria a Paulicéia, onde cursa o secundário e se bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Naturalizou-se brasileiro, e o foi, sobretudo, pela vida aqui vivida, pela família aqui constituída, pela dinâmica e constante presença em nosso mundo cultural, como poeta e prosador, fundador de revistas, editor de obras clássicas, membro da Academia Paulista de Letras, co-fundador, estimulador e presidente de diversas entidades culturais em Brasília.

Um dos próceres da Geração de 45, foi quem lhe deu a denominação. De suas muitas órbitas de criação avulta a do poeta, que publicou, depois da estréia com *Imensidade*, *Bem-Amada Ifigênia*, *Rosa Extinta*, *Praia Oculta*, *Espada e Flâmula*, *O Livro de Lourdes*, *Girassol de Outono*, *A Fênix Refratária e Outros Poemas*, *À Margem do Tempo* e *A Viagem de Osíris*, *Vida Prática*, e reuniu o que reputava o melhor desses livros em *Múltipla Escolha*, de 1980. Quatro anos mais tarde publicou o poema dramático *Liberdade Embora Tarde*. Como tradutor de poesia, responde por *20 Poemas de Amor e uma Canção Desesperada*, do chileno Pablo Neruda, *Romance do Rincão de Ramírez*, do uruguaio Carlos Manini Rios, que residiu em Brasília como diplomata e aqui manteve intenso relacionamento

intelectual, e *Poemas Necessários*, do espanhol Ángel Crespo. Traduziu também *As Mil e uma Noites*, parte em verso, além de poemas avulsos, incluídos em obras alheias. Foi, por sua vez, traduzido para o italiano, o inglês, o castelhano, o alemão e o francês.

Grande estudioso de poesia, notabilizou-se na crítica e no ensaio, com *Rodrigues de Abreu, Introdução ao Estudo do Ritmo na Poesia Modernista, Vozes Femininas na Poesia Brasileira, Gonzaga e Outros Poetas, Eros e Orfeu, A Presença do Condor, Uma Teoria do Poema*. Foi, ainda, contista de mérito, com *A Véspera dos Mortos*. Restam-lhe inéditos *Órbita Solar* (poesia) e um livro de memórias, de que deu notícia aos amigos mas não sabemos se chegou a concluir.

Transitou, como vemos, por universos paralelos que têm de comum o *fiat!* da Poesia.

Sirvam estas breves linhas quase burocráticas de intróito à homenagem que desejamos prestar ao homem de pródigas letras, ao homem de espírito ágil e vívido, ao amigo que nos deixou recentemente, vítima de cruel doença que desde alguns anos o afastara de nosso convívio.

Faleceu aos 87 anos, às 6 horas da manhã de um sábado, 26 de abril, no Hospital Bandeirantes, em São Paulo, após 24 dias de internação, segundo nos informa seu filho mais velho, Eduardo Sérgio Carvalho da Silva. Foi velado na Academia Paulista de Letras e sepultado às 10 horas de domingo no Cemitério São Paulo, em Pinheiros.

Domingos foi casado com Dona Inês, falecida anos antes dele. Seu segundo filho, Wladimir Carlos, morreu prematuramente, fato que deu origem às elegias de *Rosa Extinta*. O terceiro, Gilberto Sérgio, finou-se aos 7 anos, em 1952. O caçula é Antônio Fábio, que vive em Florianópolis. Deixou cinco netos e dois bisnetos.

Não me estenderei sobre os múltiplos aspectos de sua personalidade e de suas realizações literárias, já por de domínio público, já por não caberem nos modestos limites desta oração. Penso que são sobejamente conhecidas e que, neste momento, basta sumariá-las, como o fizemos, para avivar na memória alguns dos traços marcantes de sua figura de intelectual complexa e única. Quero, hoje, tão-somente, exaltar o poeta, a cuja obra farei sucintos comentários, mais a pretexto de lembrá-la; assinalar a importância de sua vivência brasiliense e de sua contribuição cultural a esta cidade; reverenciar a memória do amigo e recordar-lhe facetas menos conhecidas, para muitos, talvez, até insuspeitadas.

A Geração de 45, sob cujo rótulo se reúnem poetas tão diferentes como Dantas Mota, Bueno de Rivera, Lêdo Ivo, Mauro Mota, João Cabral de Melo Neto, Péricles Eugênio da Silva Ramos, tem sido objeto de generalizações às vezes perigosas. Domingos Carvalho da Silva, que foi um de seus nomes principais, está, *ipso facto*, na alça de mira dos generalizadores.

Uma das coisas que lhes imputam, mercê do cuidado com a forma de que faziam bandeira, é um suposto retorno ao parnasianismo *stricto sensu*, com seu distanciamento da realidade, como novos inquilinos da Torre de Marfim. No caso de Domingos, tal afirmação se esboroa desde a leitura de seus primeiros livros. Veja-se, por exemplo, este “Canto em Louvor da Poesia”, que figura em *Rosa Extinta*, de 1945:

Quero a poesia em essência  
abrindo as asas incólumes.  
Boêmia perdida ou tísica,  
quero a poesia liberta,  
viva ou morta. amo a poesia.

Poesia lançada ao vento  
quero em todos os sentidos.  
Despida de forma e cor,  
repudiada, incompreendida,  
quero a poesia sem nome,  
feita de dramas humanos.

Quero ouvir na sua voz  
o canto dos oprimidos:  
usinas estradas campos,  
quero a palavra do povo  
transfigurada em poema.

Que o meu canto sobrenade  
ondas revoltas do mar  
e alcance todos os portos  
e beije todas as praias!

Quero a poesia sem pátria,  
banida pobre extenuada,  
a poesia dos proscritos,  
negra ou branca, amo a poesia!

Quero a palavra fluente,  
viva e inquieta como o sangue.  
Pura ou impura eu reclamo  
a poesia do momento,  
filtrada exata constante.

Veja-se, no mesmo sentido, “Momento com a Poesia”:

Em minha casa há um jardim,  
no jardim nasce uma rosa.  
Na rosa lateja o polem  
de que há de nascer meu filho.

Em meu filho há de luzir  
a mesma chama que brilha  
em meu peito e transfigura  
este momento num poema.

Jardim rosa casa flama  
estrela pássaro flor  
Satanás Cristo alvorada:  
este é o momento do poema.

O sangue percorre os álveos.  
A morte se muda em lírio.  
Velhos mulheres crianças  
este é o momento do poema.

A chama dissolve o polem.  
Emigra a alma dos peixes.  
Camponeses e operários  
este é o momento do poema.

E o mundo marcha com nuvens  
palmeiras gaiotas búzios.  
Soldados e marinheiros  
este é o momento do poema.

Nasce uma estrela-do-mar  
sobre as searas de trigo.  
Todos os homens se abraçam  
neste momento do poema.

Da rosa nasce meu filho:  
seus braços não têm algemas.  
Asas brancas da Igualdade,  
este é o momento do poema!

Para que não se pense em excepcionalidade, vamos a terceiro exemplo, ainda de *Rosa Extinta*, nestes trechos de “Com a Poesia no Cais”:

De macacão operário  
e chave inglesa na mão,  
convocarei a poesia  
para um passeio ao crepúsculo.

.....  
De macacão operário  
trespassarei os portais  
de velhos bairros obscuros.  
E mostrarei à poesia  
cortiços e lupanares.

.....  
Deixai-a ver esses negros  
que puxam café no cais!  
Deixai-a ver os tropeiros,  
aradores, ferroviários!  
Deixai-a entrar numa usina,  
andar num trem de subúrbio  
e ver saltar do andaime  
para a morte, um operário!

Então a poesia pura,  
de pés banhados em sangue,  
sentirá que a luz da aurora  
lhe circunda a fronte loura.  
A brisa lhe afaga os seios  
num sopro de humanidade.  
E ela abrirá seus braços  
de olhos fixos em Gomorra,  
com o seu corpo de sal  
suspenso acima da terra  
que está gerando à distância  
o dia novo que nasce.

*Espada e Flâmula* (de 1950), que tem por subtítulo, entre parênteses, *Poemas de Circunstância*, enfeixa composições de cunho social, o que se pode ver desde alguns dos títulos: “Hino à Liberdade Renascida”, “A Espanha Renascerá”, “Saudação à Itália Antifascista”.

De outra parte, “Lirismo” (*O Livro de Lourdes & Alguns Poemas Avulsos*, 1952), que mereceu tradução de Bertolt Brecht, condensa e mostra, sob um sábio despojamento verbal que o intensifica, um drama embebido de empatia:

Ela subiu à montanha  
com uma rosa na mão.

Contemplou o mundo à distância  
com uma rosa na mão.

Depois se atirou no abismo  
com uma rosa na mão.

E foi sepultada ontem  
com uma rosa na mão.

Em *Praia Oculta*, conforme o disse há tantos anos, em comentário a *Múltipla Escolha*, ganha corpo uma imagística algo surrealista, de que se pode tomar por paradigma a primeira estrofe de “Antecipação”:

As patas da noite esmagam  
os lírios débeis da aurora.  
Por invisíveis estradas  
negros cavalos galopam.  
Ao longe brilham dois lagos  
da cor triste de teus olhos.  
Dunas de angústia se formam  
nas praias frias da morte.

A renovação do soneto, que empreenderam os de 45, é em parte responsável pela etiqueta “neoparnasianos”, outro equívoco, particularmente no tocante ao poeta de *Girassol de Outono*, onde vamos colher este exemplar, que inicia a série “Papoulas e Estenógrafas”:

Procurarei palavras pela rua  
e, de palavras só, farei meu poema.  
Versos não de luzir como um diadema  
de estrelas circundando a frente à lua.

Dos gatunos terei gíria e gazua.  
Das virgens, mãos trançadas no cinema.  
Dos leprosos a praga e o apostema.  
Da prostituta a carne fria e nua.

Entre rodas dentadas, sempre brancas  
vão de as rosas morrer e as açucenas.  
Girassóis vão girar entre alavancas.

Em feiras e oficinas terei lavras  
do poético metal, pois tudo é apenas  
mineração e liga de palavras.

O segundo verso e o terceto final não de ter parecido a alguns confissão de parnasianismo. Os outros versos, todavia, o desmentem, qual o desmente a versificação do autor, rica em hiatos antiparnasianos, eclipses não-canônicas, fortíssimas síncopes, dodecassílabos não-alexandrinos.

Nem sei que haverá, em fundo e forma, de parnasiano neste “Poema Terciário”:

Cavalos já foram pombos  
de asas de nuvem. Um rio  
banhava o rosto da aurora.  
Cavalos já foram pombos  
na madrugada do outrora.

Onde há florestas havia  
golfos oblongos por onde  
tranqüilos peixes corriam.  
Uma lua alvissareira  
passava à noite. E deixava  
reticências de cometa  
vagalumiando na relva  
das margens, até à aurora  
da Idade de Ouro do outrora,  
quando cavalos alados  
tinham estrelas nas crinas  
alvas como asas de pombo.

O Verbo não existia.  
Deus era incriado ainda.  
Só as esponjas dormitavam  
trespassadas por espadas  
de água metálica, impoluta.  
E as gaivotas planejavam  
etapas estratosféricas  
próximo às praias ibéricas.  
E as montanhas desabavam  
em estertores terciários,  
em agonias de estrondo,  
nas manhãs de sol atlântico,  
quando cortavam as nuvens  
— alvos garbosos eqüinos —  
esquadrões marciais de pombos.

Teu cabelo era ainda musgo.  
Teus olhos o corpo frio  
de uma ostra semiviva.  
E tua alma sempre-viva  
sobrenadava o oceano  
qual uma estrela perdida.  
Teu coração era concha  
fechada e sem pulsação.  
E teu gesto — que é teu riso —  
era um mineral estático  
ainda não escavado  
pelo mar duro e fleumático.

Cavalos já foram pombos.  
E a prata que anda na garra  
dos felinos reluzia  
em vibrações uterinas  
no ventre da terra fria  
quando o dia era só aurora  
e Deus sequer existia  
na madrugada do outrora.

Para encerrar este capítulo, vou buscar no citado comentário que fiz a *Múltipla Escolha* ainda estas palavras:

Grande sonetista embora, não é sob a forma soneto que vamos encontrar as suas mais altas realizações. Seu verso nervoso, sarcástico, participante —medido ou não— parece mais à vontade em formas menos fixas. Lúcido, em geral sem grandes arroubos de paixão, mas nunca impassível, é este um poeta oscilante entre o espírito clássico e o romântico, não me parecendo compreensivo imobilizá-lo numa ou noutra tendência.

Domingos Carvalho da Silva tinha a reputação de ser um temperamento difícil. Sarcástico, polêmico, seria, diz-se —como ele mesmo dizia de Oswald de Andrade— que seria capaz de sacrificar uma amizade

por um *bon mot*... Em questões literárias, especialmente as que envolvessem juízo de valor, era inflexível. Nas assembléias de que participasse era rigoroso no exigir o cumprimento das normas. Um retrato severo, o que dele se traça.

Na intimidade, porém, a severidade cedia lugar a uma quase-bonacheirice. (Também não vamos querer pintá-lo como um cordeiro, isso é que nunca! Em meio a amena conversação, olé! eis que mandava uma farpa; brincalhona, mas farpa...) Adorava contar piadas, e as contava com graça. Entre amigos, era capaz de pegar de uma viola e sapear umas canções brejeiras.

Dessa vertente invisível aos “de fora” rolavam, às vezes, versos como estes com que me obsequiou, datados de 8.7.1975:

#### POETA ANDERSON BRAGA HORTA

Filho das Minas que, com ipês altos,  
Deram ao sol resposta de outro sol,  
Abriste com teu nome o claro rol  
Dos poetas que iluminam o Planalto.

Riscados nos sertões mapas de asfalto,  
Por eles vieste em busca do arrebol  
Da cidade que tem, por girassol,  
O sol que a segue em prados de cobalto.

Sendo o signo da rosa o logaritmo  
Com que medes as teias do teu ritmo,  
A chave do soneto de áurea porta,

Teu nome de contista escandinavo  
Faz florescer em cada cravo um cravo,  
Ipês em Braga, girassóis em Horta.

Não ficou nessa brincadeira. Mimoseou-me também com estes outros, de que não guardo a data:

## A MOURA TORTA

*Olegário Mariano (sic)*

Na noite escura o vento corta,  
Empurra para dentro a porta.  
O filho geme, a mãe o exorta  
a não ter medo, e o conforta:  
— “Meu filho, não é a moura torta.”

O vento geme na retorta  
da telha vã. A chuva corta  
Lá fora a treva. Range a porta,  
a mãe se assusta, mal suporta  
O receio da moura torta.

Nisto um empurrão abre a porta.  
Entra uma lufada e corta  
De frio o filho, que a mãe conforta,  
Gritando: “Não é a moura torta,  
Filho; é o Anderson Braga Horta”!

Quem diria, não é? Mas tem ainda um aqui-jaz, datado de 12.6.1981,  
de tom já inteiramente “desbragado”, que passo a ler:

Aqui jaz o poeta Anderson  
nesta capela sem porta:  
à falta de outro jazigo,  
foi enterrado na horta.

Para comer-lhe a carniça,  
que nenhum urubu traga,  
não bastam gaviões de Minas:  
vieram vermes de Braga.

A sua magra ossada  
não a querem nem os cães:

só poderão devorá-la  
os lobos de Guimarães.

Da primeira acometida me “vinguei”, que também eu tenho os meus momentos de sair dos trilhos, com este soneto de 2.10.1976:

DCS

*Bem-Amada Ifigênia. Rosa Extinta.  
Espada e Flâmula. Antes, Praia Oculta.  
Mais tarde, um Girassol de Outono pinta.  
Enfim, a Fênix Refratária avulta.*

Mais — entre ensaios, traduções e contos  
anda o poeta a voar com toda a corda.  
E, se nas letras vai contando pontos,  
fora das letras ainda pinta e borda.

É um carvalho da silva nos domingos,  
mas de segunda a sábado ele afeta  
ser planta do cerrado empireumática.

E —pra pormos de vez nos ii os pingos—  
é exemplo quase único de poeta  
que sói ser bom também na *Vida Prática*.

Feito esse longo parêntese lúdico, voltemos, brincadeiras à parte, à poesia de Domingos. Leio-lhe, para encerrar a homenagem poética, uma das composições de minha predileção, “Ode Maior”, de *Vida Prática*, generoso poema de amor num tempo em que a poesia vai se fazendo sáfara e fria:

Pelas brenhas do cabelo,  
pelas ameias da fronte,  
pelo musgo que se nutre  
das fontes de cada fonte;  
pela elipse do nariz

e a tarja da sobrancelha,  
pelas veredas da nuca,  
pelos relevos da orelha,  
pela voz em que reluz  
a hora pra que nasci,  
já me perdi.

Já me perdi pela cruz  
de sombra sobre teus passos,  
a assimetria dos gestos,  
o grifo no riso escasso,  
a louça clara dos olhos,  
o mosaico das pupilas  
— duas meninas escuras,  
elas e tu, três meninas:  
uma é o meu sul, outra o norte,  
a outra a morte.

São em tudo peregrinas  
monjas de claustro em teu rosto.  
De um céu mais alto romperam  
como a lua no sol-posto  
(posto atrás das labaredas  
que os anjos vibram nos gládios  
com que me proibem a ciência,  
o bem e o mal de teus lábios).  
Por todos os astrolábios  
conheço-te o céu da boca  
com horizonte nos dentes  
de porcelana barroca.  
Por esse céu que percorro,  
também eu morro.

Pela torre do pescoço  
— torre já viram na Bíblia  
os olhos de Salomão

na morena Sulamita —  
pelo terraço dos ombros  
e o frontispício que desce  
até as ogivas do peito  
voltadas para o universo,  
me pluriverso.

Pelos braços que se estendem  
— dois rios longos e ledos —  
da nascente das espáduas  
até o delta dos dedos;  
rios que vêm das axilas  
por agudos cotovelos  
e que se estreitam no pulso  
e na mão se abrem mais belos:  
pelos abraços dos braços  
morro em teus laços.

E pelas mãos que se abrem  
como no arbusto a raiz  
— flautas agrestes de Pã  
e palmas de buritis —  
e pelos dedos oblongos  
com seu bronze pontiagudo  
gravado para imprimir  
teu selo, teu lacre e escudo,  
já perdi tudo.

Pelo cheiro de resina  
que vem do bosque dos peitos  
de escuras rosas da Hungria,  
agudas como conceitos;  
e pelo plateau do torso  
projetado na estrutura  
sobre as dunas dos quadris  
e a ampulheta da cintura;  
pela violeta do umbigo,

poço que em pedra se muda,  
onde, sem vê-lo, cegaram  
meus olhos fixos de Buda:  
pela incisura do umbigo  
morro contigo.

Pelas guitarras de amor,  
harpas num céu que pressinto,  
onde o eterno se revela  
num só momento infinito,  
morro proscrito.

Pela leveza das pernas,  
altas colunas do templo,  
que são aulas para o Egito  
e a Atenas servem de exemplo;  
graciosas como o cedro,  
delicadas como o lis,  
e que ostentam o edifício  
sobre aéreos pilotis,  
durmo infeliz.

Pela engrenagem dos joelhos,  
o encaixe dos tornozelos  
e o curto pé que me foge,  
morro de zelos.

Pelo perfil que recortas,  
pela sombra que projetas,  
pela ausência com que matas,  
pela presença discreta,  
pela voz com que iluminas,  
pelo que escutas e vês,  
pelo *não* com que assassinas,  
pelo *quem sabe?* e o *talvez...*  
pelo *sim* libertador,  
morro de amor.

Domingos veio para Brasília, pela mão de Almeida Fischer, para lecionar Teoria Literária e Literatura Brasileira na UnB, tendo-o feito de 1966 a 1990. Foi co-fundador da Academia Brasiliense de Letras, que presidiu. Fundou e presidiu o Clube de Poesia de Brasília, depois Clube de Poesia e Crítica. Aqui publicou alguns de seus livros. A *Revista de Poesia e Crítica* —vinte números, de 1976 a 1996— teve nele o principal articulador e mantenedor, sem patrocínio oficial, sem matéria paga, sem assinaturas e sem venda avulsa. Fazia-lhe a diagramação ele mesmo, com tesoura e cola, ainda após o advento do computador. Trabalho de infinita paciência, que realizava com infinito amor. Foi presidente da ANE. Enriqueceu a Cidade com suas aulas, conferências, artigos e poemas. Seu nome deve ser reverenciado como o de um dos pilares da cultura da nova Capital.

*\*Anderson Braga Horta  
Acadêmico do IHG-DF*

## LÍNGUA E PODER POLÍTICO

*Antônio Carlos Elizalde Osório\**

A língua é um elemento poderoso de coesão e unidade política de um povo, e um instrumento de conquista e dominação, o mais duradouro de todos. Encontra-se em interação dinâmica com o Estado, influenciando-o e dele recebendo sustentação. Exerceu fundamental papel de aglutinador na formação dos Estados nacionais modernos.

Esta análise pretende ter um caráter de generalidade estudando o fenômeno lingüístico em geral, mas é forçosamente limitada às línguas ocidentais, as únicas a que tenho acesso.

O exemplo mais marcante é o do latim. Com as legiões romanas marchava também a língua latina. A conquista da Europa inteira pelo Império Romano deu-lhe unidade cultural, que veio ainda ser fortalecida após, como o advento do Cristianismo. As línguas das populações autóctones da Gália e da Ibéria foram absorvidas e assimiladas pelo Latim, que resistiu mesmo às posteriores invasões nórdicas.

Isso se deveu, não só à imposição do poder político como à superioridade da cultura literária e artística que o latim conduzia, face a culturas em estágios menos avançados. Isso aliás, é o que vem acontecendo na história humana inteira, na qual face a um povo culturalmente superior, as populações aborígenes são dominadas e até absorvidas totalmente num processo às vezes cruel, mas inelutável.

Daí proveio, na miscigenação com às línguas das populações dominadas, essa gloriosa família das chamadas línguas neolatinas, italiano, português, francês, espanhol, romeno. Este foi formado e se manteve fiel à sua origem, apesar da proximidade e da força dos povos eslavos vizinhos, com língua totalmente diversa, e que permaneceram fora da dominação romana, salvo a bela Dácia, que é a Romênia de hoje, e o litoral do Adriático.

Peculiar é o caso das ilhas britânicas. As primitivas línguas da atual França e da península ibérica, desapareceram nos séculos posteriores à conquista. Mas

as tribos saxônicas, mesmo após a nova romanização conduzida pelos normandos no século XI, mantiveram suas bases lingüísticas. No entanto, o que é pouco divulgado, o inglês contém numerosas palavras de origem latina, principalmente aquelas designativas de conceitos e abstrações, em contraste com as palavras correspondentes a objetos concretos. Por isso, o inglês a rigor contém dois léxicos paralelos: um de origem saxônica ou bretã, e outro de origem latina, prevalecente nas camadas mais cultas. Por isso é a língua com vocabulário mais extenso.

A única exceção ao domínio do latim foi a Grécia, também conquistada militarmente pelos romanos. Porque, como possuía uma arte e uma literatura superiores, não só sobreviveu, como influenciou fortemente o latim e toda a cultura romana. Foi um caso em que o vencido passa a dominar o vencedor. O grego foi e ainda é, a mais importante língua de todo o Ocidente.

Aliás, a influência da Grécia expandiu-se ainda mais, através de sua filosofia, arte e ciência, que são a base de todo o pensamento ocidental. A língua grega, diretamente ou através do latim, está ainda hoje presente em numerosas línguas, e em todas as de origem européia. O vocabulário médico ainda é constituído, substancialmente, de palavras hauridas diretamente do grego, assim como no vocabulário jurídico é constante a presença do latim.

Todo o Ocidente, e também a América, através de Portugal e Espanha, está ainda embebido fundamente da influência grega. Gilberto Amado, o culto e simpático ensaísta e poeta pernambucano do início do Século, disse uma vez, numa sábia “boutade” que cada rua de Paris é um rio da Grécia.

A língua é o componente mais forte da cultura, sendo o amálgama, por assim dizer, que interliga os demais, como a arte, os costumes, o direito, e até mesmo a religião.

Sendo o elemento básico da identidade cultural de um povo, que mais o distingue e extrema dos demais, é um dos elementos criadores mais substanciais dos modernos Estados-Nações.

São formadoras deles, e ao mesmo tempo por eles influenciadas e às vezes impostas. Paralelamente, haurem sua força da literatura a que dão nascimento, e em especial da poesia.

Contudo a unidade lingüística não é um dado natural ou de nascimento espontâneo. Talvez pelo contrário, a tendência é que cada grupo ou região se incline a criar uma maneira peculiar de falar, dando origem aos dialetos e depois as próprias línguas.

É preciso notar que hoje no fim do século XX ocorre um movimento em sentido contrário, devido a rapidez e globalização das comunicações. Dentro de uma língua, as pronúncias ou sotaques tendem a desaparecer, e as línguas dos povos mais poderosos e numerosos tendem a prevalecer, invadindo as demais. É o caso dos anglicismos, melhor americanismos, que sobrepujam e substituem as palavras locais. Como nos séculos XVIII e XIX foi o caso dos galicismos, muitos incorporados definitivamente a várias línguas.

Parece provável que dentro de um ou dois séculos, haverá apenas no mundo algumas poucas línguas, unidas por suas raízes comuns, o poder político e econômico das populações que as falam e a extensão dos territórios.

Uma língua neolatina, absorvendo as atuais, uma língua anglo-germânica, uma língua eslava, outra árabe, outra hindu, e outra chinesa, com base no atual mandarim.

A língua é o elemento fundamental da união de um povo, e condição e pressuposto para a unidade voluntária do poder político.

A Idade Média, vinda depois do esfacelamento e queda do Império Romano, foi na Europa um período de pulverização do poder, em feudos, ducados, burgos.

Foi a existência de uma maneira de falar comum, de base latina na Europa continental, de base saxã nas Ilhas Britânicas, que propiciou a formação dos Estados Nações a partir do século XV. Sendo de notar que o nosso Portugal chegou antes a esse estágio, já no século XIV, pois havia uma língua única, e já um início de literatura e poesia, a canção galaico-portuguesa.

A Ibéria era dividida em numerosos reinos, Castela, Navarra, Leão, Aragão. A Andaluzia ainda era árabe. A língua de Castela, o castelhano, atualmente somente chamado espanhol, prevaleceu sobre os falares locais, creio que principalmente devido à força militar e política dos castelhanos, mas também devido à bela literatura que veio a culminar no “Siglo de Oro”.

A França, durante e ao fim do Medievo, era também uma colcha de retalhos, política e lingüística. A língua dos atos oficiais e da Universidade era ainda o Latim, e no interior havia vários “*patois*” com um substrato comum galo-romano. E duas línguas já quase formadas a “*langue d’oil*” no norte, e a “*langue d’oc*” no sul e região do mediterrâneo. A primeira, o atual francês, da *Ile de France*, cujo centro é Paris, acabou por prevalecer

pela centralização levada a cabo, em muitas guerras, pela gloriosa monarquia francesa. Mas ocorria resistências, e houve leis para obrigar ao uso do francês ao invés do latim, nos atos notariais e oficiais, com rigorosas sanções no caso de desobediência. Contribuiu também para a predominância, e a final completo domínio, do francês, o início de sua bela literatura desde as canções de gesta, cujo momento maior é a Chanson de Roland.

A “*langue d’oc*” que é o atual provençal, teve seu momento de glória no século XII com a poesia trovadoresca, de notável beleza, um dos alicerces da poética ocidental. Está hoje confinada na França do litoral mediterrâneo, e apesar de esforços entusiastas, é pouco falado, e escrito, com a predominância do francês.

A Itália era mais dividida ainda, em pequenos Estados independentes. A República de Veneza, de Florença, o Reino de Nápoles, os domínios do Papa etc. Somente veio a se unificar em meados do Século XIX. Mas essa unificação só foi possível pela força da língua da Toscana, o atual italiano, predominando sobre os dialetos originais, inclusive o veneziano e o napolitano, hoje pouco falados.

Porque a unificação já estava preparada, e solidamente pela unidade lingüística. Em grande parte definida pela força da poesia de Dante, no início do século XIV. Foi o vigor de sua genial obra que fixou definitivamente a língua italiana, e preparou a unificação, com séculos de antecedência.

Mas o exemplo mais próximo a nós, da importância da língua, em especial na sua forma mais alta que é a poesia, como fator de sobrevivência e unidade de um povo, é o da nossa gloriosa língua portuguesa, que o extraordinário Fernando Pessoa chamou de sua pátria, e nós também podemos chamar de nossa. Essa frase poderia servir de síntese a estas reflexões.

Foi Camões, com sua obra de gênio, em particular *Os Lusíadas*, que não só fixou a língua em sua forma definitiva, como justificou e legitimou o orgulho da nacionalidade. Talvez sem a obra de Camões, que, em curiosa coincidência, morreu em 1580, o mesmo ano em que Portugal passou ao domínio da coroa filipina, não teria ocorrido a restauração da independência lusa, em 1640.

Esse papel importantíssimo, de fermento do sentimento cívico, prolongou-se no Brasil, com essa admirável e quase milagrosa unidade lingüística, base da nossa unidade nacional. Falo significativo e pouco

conhecido, e que nas bagagens dos bandeirantes foram encontrados exemplares dos *Lusíadas*, o que é afirmado por Antônio de Alcântara Machado, no seu *Vida e morte do bandeirante*. É um belo exemplo de como a força poética da epopéia camoniana participou mesmo da conquista e do desbravamento do território brasileiro.

*\*Antônio Carlos Elizalde Osório*  
*Acadêmico do IHG-DF*



## JK E A EDUCAÇÃO

*Arnaldo Niskier\**

Era natural que JK tivesse uma enorme e visível admiração pela educação. Sua mãe, Dona Júlia, que hoje dá nome a uma das principais escolas públicas do Rio de Janeiro, sempre foi educadora – e disso tinha muito orgulho. Trabalhava em escola pública. Como poderia o filho ilustre, em qualquer circunstância, se desprender dessa sublime influência? O mesmo ocorreria com a sua irmã Naná.

Sua equipe formulou o Plano de Metas. Antes da posse, num almoço histórico na sede gráfica de Bloch Editores, em Parada de Lucas, JK recebeu o folheto colorido com as suas 40 prioridades (entre as quais, a educação). Com a caneta dos autógrafos, acrescentou mais uma: democracia. Acabou sendo a sua principal marca.

Como líder estudantil, compareci a uma palestra do grande estadista na Faculdade Nacional de Direito. Foi recebido com uma estrondosa vaia. Um jovem correu ao microfone e berrou:

— O senhor fez a indústria automobilística para os ricos.

Ele não se abateu e, serenamente, como era o seu estilo, respondeu:

— Acredito que o progresso se faça por intermédio de carros com quatro rodas e não com as rodas de um carro de boi.

Foi aplaudido de pé. A partir de Juscelino, segundo Nelson Rodrigues, surgiu um novo brasileiro.

Na Mensagem ao Congresso, em 1956, traçou os objetivos da educação, apelando por novos processos educativos para o progressivo e acelerado desenvolvimento. Propunha reestruturar as escolas em todos os níveis.

Sugeri a pesquisa como base do planejamento, reclamou da baixa qualidade do ensino superior, preocupou-se com o acesso ao ensino médio e a valorização do ensino técnico-profissional e citou o seu carinho especial

pelos quase 5 milhões de alunos do então ensino primário. Outras referências: bolsas de estudos, livros escolares e material de ensino, Colégio Pedro II, merenda escolar, restaurantes estudantis, amparo à cultura (existia o Ministério da Educação e da Cultura), etc. Prometeu “estímulos e recursos para a melhor eficiência do ensino.”

O que também foi notável em JK, como ficou provado ao receber o título de *doutor honoris causa* da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1960, era a sua intensa preocupação com os problemas da educação. Discorreu longamente sobre isso, como fez também na inauguração da Universidade de Brasília. Concluiu o governo com a sensação de que pôde fazer, na Meta 30, tudo o que projetara para o aperfeiçoamento da educação no Brasil.

Num país de memória fraca, o respeito aos seus mitos é sempre aconselhável. No caso de JK, tentou-se pela força calar a importância do seu histórico mandato na presidência da República, mas o resultado foi oposto ao pretendido. Faz-se justiça ao formidável homem público, na lembrança do que representou a sua ação em favor do nosso desenvolvimento econômico e social.

*\*Arnaldo Niskier  
Membro da Academia Brasileira de Letras*

## A PRIMAVERA EM BRASÍLIA

*Arthur Natividade Seabra\**

Em Brasília a primavera chega com a sua imensa gênese, a fecundar os campos, a renovar paisagens e a multiplicar as suas graciosas formas, insuperáveis na beleza augusta das praças e dos jardins, onde luzes difusas e cores delicadas tecem o mundo fantástico e deslumbrante desta cidade harmoniosa, moderna, elegante, cheia de fascínios e ainda sem as fadigas e as inquietudes de outros grandes centros urbanos.

Cidade sereníssima, amável e divina, de tons violetas no crepúsculo e de alvorecer maestroso, Brasília é toda beleza, com o tráfego fluindo pelas suas vias e eixos monumentais, numa aura de eterna primavera. Na grandiosidade sublime deste Planalto, de céu límpido e profundo, a intensidade da pureza primaveril ganha maior amplitude com a floração dos ipês, dos *flamboyants*, das *bougainvillea*, da *Euphorbia splendens* e da *Pulméria rubra*, que se transforma numa gama de cores intensamente douradas, purpúreas e violáceas, magnificamente vistosa e deslumbrante.

A esse painel de imagens e de sutilezas, junta-se a imensa orquestração das cigarras, que solenes e maestrais, a natureza envolve em festa, numa sinfonia quente e luminosa de abertura à chegada da Estação das Flores cujo apogeu revela-nos uma grande manifestação telúrica. Este canto constitui um momento exuberante de amor, pois enche de vida e de alegria os delicados ecossistemas da Natureza. Observando toda a infinita grandiosidade do Universo. A magnitude desse fenomenal espetáculo, iluminado por um sol de alvorada, sol brasílico, ardente e de intenso fulgor, torna mais solene o *facies* espacial de Brasília – com os seus palácios, monumentos e todo o universo de pessoas e de coisas que envolvem a terra e o céu, com o verde ouro das searas e a auréola das estrelas no infinito. Onde a paisagem arquitetônica funde-se as belezas da terra e se difundem no compacto e luminoso horizonte cósmico. Azimute no qual a obra humana envaidece a obra do criador.

Cidade síntese: “é uma visão esplêndida da história”, onde vive imperecível, no altar da Pátria, a epopéia das bandeiras, a saga dos inconfidentes e a chama olímpica dos nossos ideais de liberdade. Os quais alimentam e dignificam a vida, com essa força transcendental – que é a primavera cívica da imortalidade.

Evoé Brasília! Na tua primavera de infinita grandeza, cheia de magnetismo, onde as sementes astronautas flutuam nas asas dos ventos como satélites perpassam o espaço sideral em busca do ocaso do infinito, numa explosão de energia e vida. Onde há combinações de talentos e de instintos geniais, na maravilhosa transfiguração para a tua imortalidade monumental e gloriosa.

*\*Arthur Natividade Seabra  
Engenheiro Agrônomo*

# **LEI DO VENTRE LIVRE, LEI DOS SEXAGENÁRIOS E LÉI ÁUREA.**

A grande trilogia abolicionista

*Branca Borges Góes Bakaj\**

## **1 – Introdução**

A escravidão é algo que remonta ao início da história de nosso País, pois o ano de 1532 é tido como a data provável da introdução dos primeiros escravos africanos no Brasil. Em 1548 teria havido a chegada da primeira grande leva de escravos e em 1568 há um Ato do Governador-Geral Salvador Correa de Sá sistematizando o tráfico de escravos para o Brasil.

O trabalho que ora apresentamos é parte de um outro maior editado pelo Senado Federal, em homenagem ao Centenário da Abolição da Escravatura em nosso País. *A Abolição no Parlamento: 65 anos de luta.* (2 volumes. 1174 páginas). Nesta obra foi feita uma cronologia – a mais ampla possível – da luta pela Abolição. Aqui, restringi-me às chamadas grandes leis, a do Ventre Livre, a dos Sexagenários e a Lei Áurea, à tramitação que tiveram nas duas Casas do Congresso e à atuação dos parlamentares daquela época a luta pela conquista da libertação dos escravos.

Liberdade foi sempre um grande tema filosófico, além de uma expectativa social. Dizia Esopo, na fábula “O lobo e o cão”, que “não há ouro bastante para pagar a liberdade” (non bene per toto libertas venditur auro). Já os gregos entendiam o termo em várias acepções. Haveria, para eles, uma liberdade dita “natural” vista como “a possibilidade de se subtrair, pelo menos parcialmente, a uma ordem cósmica predeterminada e invariável que aparece como inelutável”.

A liberdade perante o destino não seria, para muitos gregos, prova de valor, grandeza ou dignidade do ser humano, porque pouco contaria.

Há homens que o destino escolhe para realizarem-no e que não podem fazer tudo o que quiserem. Sua liberdade se dá, assim, num sentido superior. Estamos, pois, frente à idéia da liberdade como realização de uma necessidade superior.

Segundo alguns pensadores, o “homem só é livre enquanto ser racional e disposto a atuar como ser racional”.

Se é possível que tudo no cosmos esteja determinado – aí inclusive a vida humana –, só a capacidade de ser racional pode dar ao homem consciência de que tudo está determinado e permiti-lo gozar da liberdade.

Podemos falar, também, em liberdade “social” ou política, que seria a “autonomia ou independência que, numa determinada comunidade humana, consiste na possibilidade de reger os próprios destinos sem interferência de outras comunidades”.

Este tipo de liberdade implica agir de acordo com as leis e não em fugir a elas. MONTESQUIEU mesmo afirmava, em *Do Espírito das Leis* (XI – 3), que “La liberté est le droit de faire tout ce que les lois permettent”.

Há que se considerar, ademais, a liberdade dita “pessoal”, uma forma de autonomia ou independência de agir frente a pressões da sociedade ou do Estado. Dentre as escolas socráticas que acolhiam este pensamento, ressalte-se a dos estóicos que viam a sociedade, assim como a natureza e as paixões, de certa forma, como princípio de opressão. Para eles, a liberdade consistiria “em dispor de si mesmo”. Destarte, seria livre o homem que se atém apenas “às coisas que estão em nós”.

MONTAIGNE (*Ensaio*, “Da Fisionomia”) ensinava que “La vraie liberté c’est pouvoir toute sur soi”.

Para os filósofos cristãos a liberdade, como simples ausência de coação, é insuficiente, não sendo também suficiente, em geral, o livre arbítrio.

No Brasil, em busca da liberdade, os negros escravos fugiam para o mato, daí resultando os quilombos. Digno de nota é que todos os quilombos possuíam uma organização social e econômica, além de ser o lugar onde podiam usar a sua língua, ter sua religião e seu próprio estilo de vida, para a manutenção, enfim, de sua cultura.

O Quilombo dos Palmares – entre Alagoas e Pernambuco – já existia, em começos do século XVII, como um verdadeiro Estado negro. Zumbi

era o chefe do mocambo, o verdadeiro general do quilombo, desde antes de 1675.

A luta de Zumbi, sobrinho do rei Ganga-Zumba, é a busca da liberdade dita natural, através de sua consciência e racionalidade a respeito do tema.

Os abolicionistas – paternalisticamente (como querem algumas pessoas) ou não – buscaram a liberdade sob o enfoque sócio-político, numa luta que vai, legislativamente, de 1823 a 1888.

Acho que nos restaria a realização plena da liberdade pessoal para o negro, liberto então de qualquer tipo de pressão social, de preconceitos, num clima de igualdade de oportunidade, como quer a Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 (Lei Afonso Arinos), um verdadeiro “*Libertas quae sera tamen*”.

*\*Branca Borges Góes Bakaj  
Acadêmica do IHG-DF e Ex-Diretora da Subsecretaria  
de Arquivo do Senado Federal*



# NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA A DEVOÇÃO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

*Fernando Lourenço Fernandes\**

## 1 – Apresentação

Ao zarpar de Lisboa, com a brisa do quadrante norte, a esquadra de Pedro Álvares Cabral largava do Tejo, em 9 de março de 1500, para a longa travessia no caminho da Índia. Singrando pelo Atlântico na rota do cabo da Boa Esperança, a pesada frota de 13 velas, a maioria naus, em breve iria alargar as fronteiras do mundo oficialmente conhecido, com o Descobrimento do Brasil.

Membro da corte do rei de Portugal e escolhido por D. Manuel I para comandar a esquadra e um efetivo de aproximadamente 1500 homens, Cabral era um cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>1</sup>, fervoroso na devoção à Virgem Maria.



---

<sup>1</sup> Ordem militar e religiosa. Na prática herdeira e sucessora da Ordem do Templo ou dos templários. Criada a partir da bula papal. *Ad Ea Ex Quibus Cultus Angestur Divinus*, de 14 de março de 1319, tem o seu governo, a partir de 1420, gerido por membros da casa real portuguesa, constituindo-se no infante D. Henrique (D. Henrique, *o Navegador*) o primeiro destes mestres ou comandantes. Coube à Ordem (*da Milícia de N.S. Jesus Cristo*) a vanguarda da expansão portuguesa e dos Descobrimientos.

No interior de sua cabina no navio capitânia, trazia uma imagem em pedra mármore de Nossa Senhora da Esperança, companhia protetora durante toda a viagem.

Não obstante a invocação sob a qual deu o Descobrimento e surgiu a Nação, o conhecimento desse tema religioso é muito pequeno no Brasil e, mesmo em Portugal, fragmentárias as informações disponíveis. Faltam estudos a respeito e a historiografia quase inexistente, dificulta não apenas o conhecimento, mas a difusão do culto à N. S. da Esperança.

O presente ensaio procura, justamente, diminuir essa brecha e facultar uma visão mais concatenada da invocação particular, representada na imagem de Senhora da Esperança conduzida por Cabral através dos oceanos.

## 2 – Efemérides Marianas

O Concílio de Êfeso, em 431, após longas discussões, declarou a Virgem Maria *Theotokos*, Mãe de Deus.<sup>2</sup> Em Constantinopla o culto já vinha de longa data. Reverenciada nas antigas homenagens à Santa Maria, difundira-se entre a cristandade greco-bizantina, daí se projetando para o Ocidente.

Esse impulso à devoção marial recebe grande apoio com a ascensão de numerosos papas de origem grega que assumem o trono de São Pedro a partir do século VI ao VIII. O sul da Espanha, como a Itália meridional, era território ao alcance diocesano da Igreja Bizantina, presença e influência religiosas que se estendiam pela Península Ibérica.

Progressivamente, a expansão do culto se desenvolve em todo o mundo cristão. No século X, São Bernardo é o grande impulsionador da devoção e o piedoso chamamento à Virgem, como **Nossa Senhora**, é nessa época que se impõe. As grandes catedrais francesas do século XII e XIII são, exatamente, a esse título erigidas e consagradas: *Notre Dame*.

O culto à Nossa Senhora é um dos mais antigos em Portugal. No século XII a devoção à Imaculada Conceição da Virgem Maria era bem conhecida e propagada entre o povo luso, invariavelmente presente nos breviários de oração.<sup>3</sup> Entre as invocações marianas de maior apelo e

---

<sup>2</sup> *Theotokos* em grego; *Deipara* em latim.

<sup>3</sup> Fortunato de Almeida. *História da Igreja em Portugal*. Portucalense Editora. Porto. 1967. p. 252.

significado votivo, sem dúvida, Nossa Senhora da Assunção ou N.S. da Glória, comemorada a 15 de agosto foi, desde sempre, a das que mais inflamava a piedade popular, além, do próprio caráter de importância eclesiástica com que se revestiu o culto.

Além das invocações referidas, o fervor à Mãe do Senhor tinha como estuário das manifestações de regozijo, as festas da Anunciação do Arcanjo Gabriel à Virgem Maria, em 25 de março, e da Expectação em 18 de dezembro, esta última já em vésperas da celebração do nascimento de Jesus, o Natal. Estas duas devoções, a Anunciação e a Expectação, eram já comemoradas ao tempo dos visigodos na Península Ibérica, porém, em uma só festividade religiosa.<sup>4</sup>

O Concílio de Toledo, em 656, transferiu a Expectação da Virgem Maria para 18 de dezembro, distinguindo-a das solenidades comemorativas à Anunciação, em 25 de março.<sup>5</sup>

Ao que é dado depreender da historiografia e da crônica sobre a reverenciação Mariana, a Anunciação do Arcanjo Gabriel à Virgem Maria ou a Encarnação do Filho de Deus, constituem um mesmo Mistério mariológico juntamente com a Expectação do Parto, esta última reverenciação, com suas variantes, isto é, as celebrações à N. Senhora do “O” e à N. Senhora da Esperança.<sup>6</sup> Originam-se as efemérides nas primeiras eras cristãs, ao tempo das catacumbas, até desembocar, mais tarde, nas denominadas *Sanctae Virginis festum*.

Antiquíssima é também, no cenário votivo da Igreja, a devoção tão assinalada à Ascensão de Maria, ou seja, a aludida festividade que homenageia à N. Senhora da Glória. É preciso ressaltar que, se o dogma da Assunção só foi proclamado em 1950 por Pio XII, a manifestação piedosa

---

<sup>4</sup> Santo Atanásio, patriarca de Alexandria, em 328 dizia – *É uma das maiores festas do Senhor e a primeira na ordem dos mistérios, por isso devemos celebrá-la com grande devoção* (in Nilza Botelho Megale. *Invocações da Virgem Maria no Brasil*. Vozes. Petrópolis. 1997. p. 197. 3ª edição)

<sup>5</sup> *Esperanza Macarena en el XXV aniversario de su coronación canónica*. Hilario Arenas Gonzalez et alii. Ediciones Guadalquivir. Sevilha. 1989 (capítulo *História I*). Apresentação do Dr. Fr. Carlos Amigo Vallejo. E. RR. Arcebispo de Sevilha.

<sup>6</sup> Idem.

corresponde à *Dormição*, ou Adormecimento de Nossa Senhora, já era cultuada em Constantinopla no século VI. No século VII, com a difusão dos Evangelhos apócrifos, Roma acolhe as quatro festas mariais (incluindo a Apresentação de Nossa Senhora ao templo, comemorada em 21 de novembro), entre elas a da *Dormição*, celebrada pela primeira vez em 15 de agosto de 650.<sup>7</sup>

Entretanto, evocações festivas à Esperança, pelas implicações datadas na tradição pagã, encontraram certa resistência em determinadas correntes eclesiásticas.

Assim é que a mitologia contemplava, entre os gregos, a figura de Pandora, beneficiada pelos deuses com atributos de beleza e bondade, entre outros dons. Ao lhe outorgar os dotes, fizeram-lhe presente de uma caixa, mas com o aviso de que nunca a abraze. Enviada à Terra, diz a lenda, a curiosidade da Pandora foi maior e ela a abriu, libertando incontáveis pragas e maldades e, quando assustada fechou-a, reteve a única coisa boa que ainda se quedara ao fundo, a *Esperança* a qual, a partir de então, haveria de servir para confortar a humanidade quanto aos seus temores, ameaças e reveses.<sup>8</sup>

Da Grécia, a alegórica conotação difundiu-se à Roma onde foi a *Esperança* cultuada como divindade, irmã do *Sonho* e da *Morte*.

Ao florescimento do cristianismo na Europa, a tradição da esperança como virtude se fixara bem mais, naturalmente, do que ligações evocativas ao Mistério da Expectação do Parto.<sup>9</sup> Não se pode esquecer que a doutrina da Igreja contempla, entre as virtudes teológicas, a Fé, a Esperança e a Caridade.

A esses tempos, a velha tradição ajudava a compor a imagem da Esperança na figura de uma bela senhora vestida de verde – a cor da natureza, do campo, presságio de boas colheitas – apoiada em uma âncora, com um ramo de flores na mão e o arco-íris aos pés, simbologia de bonança para os navegantes. Marinheiros e homens do campo conferiram à devoção de Nossa

---

<sup>7</sup> Laurence Forgeard. *L'Age d'or de la Vierge et l'Enfant*. Éditions du Chêne. 1995. pp. 13 e 14.

<sup>8</sup> A lenda de Pandora é contada de diversas maneiras ou versões. Basicamente, a síntese do mito está aqui assinalada, no que interessa ao episódio da *Esperança*

<sup>9</sup> Ver a citada obra *Esperanza Macarena....* no capítulo mencionado.

Senhora seus anseios de proteção, reconhecendo simbolicamente a representação figurada pela imagem aludida.

De conseqüência, as comemorações à N.S. da Esperança ganharam implicações traduzidas nesta vertente da devoção popular, distanciando-se da festividade de N. Senhora do “O”, mantida com o fulcro em suas origens a Expectação do Parto. Em Sevilha, por exemplo, onde a festa é celebrada desde, pelo menos, o século XVI, foram estabelecidas duas irmandades distintas, uma de N. S. da Esperança (1565) e outra a de N. S. do “O” (1566), a primeira, ao que se sabe, vinculada aos mareantes e a toda a gente do mar.<sup>10</sup>

Ocorre ainda a possibilidade das devoções, pela invocação da Esperança, dispor também de uma rama vinculada à Igreja do Oriente, cabendo aos chamados monges basilianos<sup>11</sup> a progressiva introdução do culto através do estabelecimento de seus mosteiros na Europa ocidental. A crônica religiosa sevilhana<sup>12</sup> aponta para esse fator adjutório de propagação, entre as correntes de possível influência na constituição, em 1595, da Confraria ou Irmandade de Esperança Macarena naquela cidade da Andaluzia, trinta anos após ter sido fundada a de Nossa Senhora da Esperança no bairro de Triana, ligada, como se viu, ao pessoal do mar.<sup>13</sup>

Por outro lado, é sabido que uma antiga imagem de N. S. da Esperança, mesmo por essa época, era venerada na igreja de Santiago em Madrid, posta no altar-mor do templo e era a ela que recorria Felipe II, o rei de Espanha, em sua particular devoção.

Como se nota, as manifestações votivas poderiam se originar em épocas e circunstâncias distintas, sejam com fulcro em raízes populares, sejam em tradições muito antigas, lastreadas nos primeiros tempos do cristianismo em Roma e, ainda, através de outros caminhos de propagação piedosa, estendidos a partir da Igreja no Oriente. Isto, portanto, deve ter contribuído para esgarçar a memória de muitas dessas dedicatórias votivas à Santa Maria sob o título da

---

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Monges da regra de São Basílio

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> Um certo número de monges basilianos, procedentes do Convento de N. S. da Esperança em Posadas, havia se estabelecido aquela época na cidade andaluz.

Esperança, implicando o risco de se mesclar origens ou confundir o fundamento religioso desta ou daquela manifestação, e alterar a própria simbologia com que se impregnaram as representações iconográficas arcaicas, originadas nas proto-devoções.

Talvez resida aqui a explicação para a variedade de concepções a representação às invocações à Esperança em Nossa Senhora, com características tão distintas quanto, de certa maneira, surpreendentes.<sup>14</sup>

Qual seria a origem da invocação cultuada por Pedro Álvares Cabral? Em que raízes votivas se reportaria a estética religiosa e a linguagem simbólica, daquela imagem que o capitão-mor trouxe consigo no Descobrimento do Brasil e na longa viagem à Índia?

### **3 – A Imagem Venerada em Brasília**

Uma réplica da imagem que acompanhou Pedro Álvares Cabral na viagem do Descobrimento do Brasil e da expedição à Índia<sup>15</sup>, foi doada pela comunidade de Belmonte (Portugal) – onde se encontra a original – ao Brasil e, hoje, é venerada em Brasília na igreja paroquial a ela dedicada.<sup>16</sup>

Essa imagem de pedra revela singelas peculiaridades de estilo que permitem diferenciá-la, facilmente, não apenas de outras representações da Virgem Maria em suas invocações particulares, como distingui-la entre as composições adotadas na própria estatuária dedicada à N. S. da Esperança.

Neste caso da imagem cabralina, trata-se de uma Virgem com o Menino Jesus ao colo, agrupada conceitualmente na “família” das representações estéticas ligadas – ao que tudo indica – a tradições populares, distanciada assim das evocações à Expectação do Parto.<sup>17</sup> Não é, porém,

---

<sup>14</sup> Quanto a este ponto, examinar o título referente à N. S. da Esperança no livro *Invocações da Virgem Maria no Brasil*, de Nilza Botelho Megale. Vozes. Petrópolis. 1997. pp. 203 a 206

<sup>15</sup> J. Estevão Pinto confirma expressamente tratar-se de uma réplica, portanto, cópia da original (*in Pedro Álvares Cabral*. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pedro A. Cabral. Lisboa. 1968. p. 69).

<sup>16</sup> A moderna e bonita igreja localiza-se na SQN 707, na capital brasileira.

<sup>17</sup> Obviamente, pois a Criança já se encontra no colo de Nossa Senhora.

manifestação da chamada arte popular, mas de trabalho de mestre escultor o que demonstra a réplica com referência ao original.

Sobreleva a particularidade de ter sido embarcada com Cabral, conforme reza a tradição e endossa a historiografia que abordou o assunto, para enfrentar uma grande expedição marítima, plena de incertezas e de riscos, o que reforça a hipótese plausível da invocação dos navegantes à proteção da Esperança em N. Senhora. Vale recordar que os marinheiros chamavam de *esperança* a terceira âncora das naus do século XV e XVI, a mais pesada e confiável entre as quatro aparelhadas na murada de estibordo. Talvez resida aí um indício de ligações de Cabral com tradições navais, com a vida e com a gente de mar, antes da viagem de 1500.

A imagem Marial de Brasília não é coroada. Mede 110 cm de altura<sup>18</sup> e a Virgem encontra-se de pé. Seus cabelos dividem-se ao meio e acomodam-se, penteados em bandos, para os lados e depois para a nuca. A cabeça é ornamentada, parietalmente, com um toucado ou coifa que drapeia para a nuca e se confunde com o manto à altura das espáduas.

Sob o traje cavado, uma camisa abotoada até o pescoço em gorgeira, destaca o corte e arremata a parte superior. Um manto, passando pelo ombro direito, quase às costas, desdobra-se em pregas sobre o antebraço direito e, em arco sob o ventre, vai prender-se à ilharga no lado oposto. O traje amolda-se ao corpo e o cinto é um cordão cingido em laço redondo à altura do ventre, com as pontas caídas.

A perna direita levemente fletida mostra a Senhora em posição descansada e deixa à vista a ponta redonda do calçado que, por apenas sobressair das bordas do traje, recorda uma pantufa.

Nossa Senhora carrega o Menino Jesus sentado no antebraço e mãos esquerdos. A Mãe, com a sua mão direita, sustenta a perninha esquerda da Criança. A perna direita encontra-se flexionada sobre as pregas arrepanhadas do manto da Virgem.

Seminu, o torso desnudo, o pequeno Jesus está vestido com um túnica sumária. Os cabelos encaracolados emolduram o semblante de um verdadeiro

---

<sup>18</sup> A largura máxima é de 40 cm no volteio do manto e a base circular integrada a escultura, sob a qual se apóiam os pés de N. S. mede cerca de 28 cm de diâmetro.

bebê<sup>19</sup>. A Criança não olha para sua Mãe. Atenta, absorta, brinca com um pássaro (uma pombinha?) que, de asas adejantes, procura o equilíbrio no braço direito da Virgem, o mesmo braço cuja mão segura o pé de Jesus.

O Menino se diverte e, com o bracinho estendido, oferece um pequeno cacho de bagas (uvas?) ao bico do pássaro que as belisca. Nossa Senhora, serena, contempla o folguedo animado do Pequeno. Os dois não estão “posando” para o escultor ou retratista. Encontram-se imersos na ternura de um momento de distração.

A imagem, por sinal, nada tem de estática. Chega a dar a impressão de que, a qualquer momento, o pássaro adejante irá se projetar sobre a bagas, ou o Menino continuará a enclinar-se para facilitar o alcance da pequena ave às frutinhas. Como faria qualquer bebê no colo, a criança agarra-se à Mãe e segura firme, com a mãozinha esquerda, o dedo polegar da mão que ajuda a sustentá-lo. São detalhes interessantes, de grande naturalidade na composição das figuras.



*Réplica da imagem que acompanhou Pedro Álvares Cabral na viagem do Descobrimento do Brasil. Igreja de Nossa Senhora da Esperança. Brasília, Distrito Federal.*

#### **4 – Estética e Morfologia da Imagem**

O exame do traje da Virgem parece demonstrar tratar-se de estatuária concebida após o século XIV. Como Pedro Álvares Cabral já a possuía antes de iniciado o XVI, o labor do artista que a concebeu terá ocorrido, forçosamente, em um dado momento do século XV. Entretanto, o fez apoiado em conceitos muito particulares no que se refere ao modelo de vestimenta.

---

<sup>19</sup> E não de uma criança com rosto de adulto ou de jovem, como se pode notar em algumas representações.

No século XV, como nas eras anteriores, o cânone artístico fazia representar habitualmente os santos e personagens bíblicos, vestidos no padrão de moda do tempo em que viveram.<sup>20</sup> Os trabalhos quatrocentistas nos museus portugueses acentuam bem essa particularidade, esse critério da manifestação iconográfica, tanto na escultura como na pintura.

Com a Nossa Senhora da Esperança cabralina isto não ocorre. Veste-se de maneira contemporânea, por assim dizer. A partir do século XIV, as transformações na moda passaram a adotar a modelagem do corpo nas roupas femininas, conforme pode ser visto nas imagens jacentes e figuras tumulares de personalidades da época, a exemplo do que sucede com a escultura em causa.<sup>21</sup>

O arranjo do penteado reforça a hipótese de uma representação feminina arrimada ao século XV, com os cabelos partidos ao meio, acomodados lateralmente em bando e a coifa discreta por complemento.

A utilização de botões no traje não implica qualquer anacronismo ou descompasso, quanto à moda de época, dado que botões já existiam, pelo menos, desde o século XIV. A roupa justa ao corpo (embora sofresse reparos de certas consciências religiosas) foi muito empregada na concepção da estatuária feminina e nas imagens da Virgem e dos santos na França, entre o fim do século XIV e o começo de século XV.<sup>22</sup>

O vestido e seus arremates apresentam-se em correspondência com o que se pode aceitar como o traje de uma dama daqueles tempos, embora sem os faustos ou adornos suntuários que caracterizariam, então, uma fidalga ou integrante da nobreza. São as vestes de uma mulher discreta que transmite a serenidade e a ternura de mãe.

## **5 – A Linguagem Simbólica**

O manto de Nossa Senhora – que, sustado por dentro do braço direito, pende contra o corpo – forma um largo e flutuante semicírculo sob o ventre e permite destacar, no vestido, a cintura cingida por um cordão e o respectivo nó de presilha. Esta cintura atada significa a

---

<sup>20</sup> *Encyclopedia pela imagem. História do traje em Portugal*. Lello & Irmão. Porto. p. 33

<sup>21</sup> Os exemplos são muitos e podem ser encontrados na citada obra (nota anterior). p. 21 a 23.

<sup>22</sup> Laurence Forgeard. *Idem*. p.56

castidade e a pureza de Maria.<sup>23</sup> Convém igualmente reparar na maneira de concluir a laçada de arremate do cinto, pois revela o desenho de uma rosa, evidenciada com toda a clareza. A flor é uma das características entre as formas simbólicas de evocação da Virgem, a Imaculada.<sup>24</sup>

A imagem, que parece o captar de um simples momento na infância de Jesus com sua Mãe, reclama, entretanto, a reflexão sobre aquilo em que o escultor se inspirou e procurou traduzir, simbolicamente, na concepção do trabalho. Os franciscanos no século XIV, com as obras de sua pastoral, conferiram à devoção de Nossa Senhora um especial toque de ternura e piedosa intimidade. A impressão de harmonia e serenidade da Senhora da Esperança, pode traduzir essa disponibilidade para acolhida aos que a ela venham orar.

A figura do Menino Jesus, para além da imagem da Criança que brinca com o pássaro adejante, tem algo mais a transmitir na linguagem dos gestos e dos símbolos da estética medieval. Os cabelos encaracolados, rentes à cabeça, recordam o tema do *Agnus Dei* e evocam o tosão, o pelame do cordeiro do sacrifício, Jesus Encarnação e Redenção.

O semblante infantil, de seu turno, concorre para datar a imagem portuguesa no âmbito do século XV, pois faz recordar subsidiariamente a estatuária religiosa do século XIV, em particular a francesa, a qual dotava o Menino com as feições de um jovem. Tal modismo se devia não à influência dos textos apócrifos – bastante lidos naqueles tempos – que atribuíam ao Jesus Criança uma sabedoria (ou a própria Sabedoria personificada), talvez para eles não condizente com a fisionomia de um bebê. Os italianos, no século XV, alteram tal cânone e são os primeiros, a partir daí, a representar o Menino com as feições de uma criança de colo.<sup>25</sup>

É interessante, por outro lado, observar o gesto na imagem de Nossa Senhora, ao sustentar, (com a mão direita) o pé do Menino. Haveria aqui uma das outras notações simbólicas originadas no Oriente, conforme a expressão

---

<sup>23</sup> Os ortodoxos comemoram a festa da *Cintura da Virgem*, a celebração da castidade e pureza daquela que é *Teotoklos*.

<sup>24</sup> *A Rosa sem espinhos*.

<sup>25</sup> Ver Laurence Forgeard. Obra citada. P. 17

de São Cirilo de Jerusalém<sup>26</sup> sobre o Cordeiro Pascal: *a cabeça significa a divindade de Cristo, os pés sua humanidade.*

O pequeno pássaro não é cativo, está livre. A iconografia religiosa tem, quanto aos pássaros, diversos empregos simbólicos. Uma pomba, além de representar o Espírito Santo – sua função mais comum e conhecida – é igualmente emblema da alma pura e fiel.<sup>27</sup> As bagas, de uvas, representam convencionalmente a *Vinha do Senhor*, a Eucaristia.

A presença da pequena ave no antebraço direito da Virgem corresponderia à evocação de uma das três pessoas da Santíssima Trindade? É bem possível. Neste caso, face à simultaneidade de conduzir a Segunda Pessoa do Mistério Trinitário, no braço esquerdo, estaria aí caracterizada a evocação de São Teófilo de Antioquia: *Maria, Templo da Trindade.*<sup>28</sup>

A diversidade das simbologias, tal a riqueza de atributos gloriosos de Nossa Senhora, não permite esquecer o mais importante, que todos estes símbolos representam o traço mediador entre o humano e o divino, a Esperança em Deus, pela intercessão da Mãe de Jesus. Pois foi sob a invocação desta bondosa madrinha – **Nossa Senhora da Esperança** – que se deu o nascimento da Pátria brasileira.

*\*Fernando Lourenço Fernandes  
Acadêmico do IHG-DF*

---

<sup>26</sup> 315-386 AD.

<sup>27</sup> Tema dos evangelhos apócrifos, onde Jesus, criança, brinca de modelar pássaros de argila aos quais, em seguida, lhes sopra a vida.

<sup>28</sup> Ibidem. P.51.



## A ORIGEM DA LINGUAGEM E DA POESIA

*Henriques do Cerro Azul\**

Para tratar de assunto como este é preciso fazer *tabula rasa* de todo o conhecimento anterior que não seja confirmado pelo nosso bom senso ou pelo senso comum. A razão (no sentido cartesiano) e a experiência (no sentido baconiano) ainda hoje deverão ser o guia nas investigações das origens. Tanto Descartes (1596-1650, em seu *Discurso sobre o Método*) quanto Bacon (1561-1626, em seu *Novum Organum*) já mostraram o mal que causam a autoridade e os ídolos. Daí que só devemos aceitar aquilo que concorda com o bom senso e o senso comum. Por isto, citarei apenas autores cujas idéias combinam com as minhas. Assim, é mais razoável aceitar aquilo que me parece mais razoável. E eu fico com a posição de Vico.

Sobre o presente assunto, as afirmações que mais se aproximam da minha razão e do meu entendimento, que deve ser a razão normal e o bom senso dos outros, são as de Giambattista Vico (1668-1744), autor que vou citar constantemente. Vico influenciou inúmeros filósofos e teve seguidores do porte de **Michelet, Dilthey, Croce, Collingwood, Herder e Hegel** (V. Isaiah Berlin, *Vico e Herder*, trad. de Juan Antônio Gili Sobrinho, Ed. Univers. de Brasília, 1982, p. 22). Foi precursor de Jacobson e outros, estabelecendo uma língua mental, de caráter universal.

Vico nos ensina que a linguagem começou pela poesia. O tema da origem da linguagem ainda é controvertido (Robins nos mostra que o assunto não está pacificado **LINGÜÍSTICA GERAL**, trad. de Elizabeth C. A. Cunha e outros, Globo, 1981, p. 1).

Vico, no livro **PRINCÍPIOS DE CIÊNCIA NOVA acerca da natureza comum das nações** (trad. do Prof. Dr. Antônio L. A. Prado, ed. Victor Civita, 1974) postula que a linguagem oral é gêmea da linguagem mímica e gráfica (o. c., p. 25). Pode-se representar o objeto, quando não se sabe o nome, pelo desenho, ou pela mímica ou pela onomatopéia.

Vico considera que a linguagem, no primeiro momento, foi tríplice, isto é, foi constituída pelos gestos, pelos sons e pelo desenho do objeto (o. c., p 25). Diz que a linguagem humana foi contemporânea do aparecimento da alma ou do pensamento. Na opinião de Descartes, no Discurso sobre o Método, o pensamento humano foi o produto de um órgão aperfeiçoado do corpo humano, adaptado para receber nossa alma racional, inexistente nos animais, que se tornou *órgão mental* no homem.

**Descartes imaginara o homem como um animal-máquina**, antes da alma, e que a alma humana localiza-se no cérebro, junto à glândula pituitária. Desenvolve raciocínio a esse respeito (**DISCURSO DO MÉTODO**, trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior, Nova Cultural, 1996, p.103 e 113).

A partir da aquisição do pensamento, o homem, sem se despojar de suas aquisições anteriores, aprendeu a se comunicar racionalmente. Tendo o pensamento como equipamento biológico, impulsionado pela necessidade e pelos sentidos, tenta se comunicar com os outros. No ser humano, houve como que um parto gêmeo de pensamento e linguagem. O *cogito* gerou a linguagem humana (também os animais têm a sua linguagem, mas é de outro tipo): essa linguagem humana foi mímica, oral e gráfica e surgiu com a linguagem mental e o pensamento humano.

Vico, num pensamento precursor em seu tempo, já considerou que existia um vocabulário mental próprio de toda humanidade: “Dessas três referidas línguas (refere-se à linguagem muda inicial dos homens, à linguagem simbólica que daí evoluiu e à linguagem humana atual) se compõe o vocabulário mental, capaz de dar os significados apropriados a todas as diversas línguas articuladas.” (o. c., p. 27). No entender desse filósofo, há musicalidade no que tange as primeiras línguas. A linguagem falada se estruturou sobre vogais (muitas vezes não escritas em algumas línguas) e tiveram em conta a quantidade e a tonalidade, com ênfase nos acentos. No princípio, essa linguagem era extremamente musical, como o latim e o grego. A primeira linguagem humana (não animal) estabeleceu-se logo que os homens ascenderam à condição humana, com alma, razão e sentimento, e é chamada por Vico de *língua muda*, por que era feita por sinais (mímica), ou representada graficamente por imagens, sinais e caracteres ou com os sons (grunhidos).

A linguagem surgiu da onomatopéia, da mímica e do desenho feitos pelo homem, tentando a comunicação mútua. Para significar cabeça, tocavam a cabeça e grunhiam um som. Para significar o braço, tocavam neste e

grunhiam outro som. E assim sucessivamente estabeleceram um sistema de símbolos, mental, primordial, oral ou gráfico, usando a representação, que é a base da linguagem: Na escrita, aparecem os ideogramas ou hieróglifos (a imagem representada pelo desenho, como a mímica é a representação pelo gesto, a onomatopéia é a representação pelo som). Nessa época de descoberta de nomes, os verbos não existiam. Iriam aparecer depois (Vico, o. c., p. 114). Jakobson fez experiência com os afásicos e comprovou neles o esquecimento dos verbos e da contigüidade. Diz Vico que a primeira linguagem é a língua dos deuses, porque os homens acabavam de emergir da animalidade, apavorados com a natureza. O terror lhes infligia a idéia do sobrenatural: no trovão, nos raios, nas tempestidades, nos rios, nas selvas, nas feras, nas montanhas e nos abismos. Uma verdadeira teogonia natural.

Assim surgiu a linguagem humana. Vico chama de língua muda a linguagem que se expressa por gestos, ruídos, mímica. O dicionário mental, expresso na língua muda, foi a origem dos vocábulos (o. c., p.36) e estabeleceu o vocabulário das diversas línguas orais. A história ideal eterna fixará as histórias particulares de cada nação, com uma língua mental comum a todos os povos (axioma 22, o. c., p.39), criando provérbios e ditos populares.

Depois da época dos deuses vem a época dos heróis: é a linguagem poética, metafórica, simbólica. Aproveita os vocábulos da língua anterior, ampliando através de similitudes, imagens, comparações, com o vocabulário extraído da natureza. Cada nação teve seu Júpiter. O homem fez do próprio corpo o local imediato, a geratriz do vocabulário mental, formando as diferentes línguas. Da idéia e da noção de *cabeça, braço, pé, olhos, boca* etc. extraiu a noção das coisas: cabeça do monte, das montanhas, o chefe; braço de rio, olhos d'água, boca da noite, pé de mesa etc. que viraram catacrese. Os homens e animais se utilizaram de seus sentidos para viverem e conviverem. O principal móvel que levou à linguagem foi a necessidade de uma comunicação para avisarem do perigo, para o trabalho ou para o sexo. A necessidade da subsistência, da sobrevivência, do sexo, da fome: a procura de alimentos, os perigos, a habitação, as armas, o culto desenvolveram a linguagem humana.

Quando a inteligência despertou para o raciocínio da relação, a onomatopéia, a mímica e o desenho foram usados para compor a linguagem humana. Sem o nome dos seres, não se podia nomeá-los senão sendo

apontados (como o estrangeiro que não conhece a língua do país), com a mímica, com o desenho ou com a onomatopéia. O homem podia imitar a figura com o desenho, com os gestos e os ruídos. Podemos dizer, como Aristóteles, que a linguagem humana é uma imitação. A criança pode chamar o cachorro de *au-au*, e imitar o boi, no som ou na mímica dos chifres, imitar o som do galo e da galinha, o ruído do trovão etc. Vieram depois os hieróglifos, os ideogramas e as letras... A mímica foi perdendo importância. A pesquisa etimológica poderá aprofundar a influência da onomatopéia na origem das palavras. Houve uma miscigenação de linguagens entre as tribos e clãs. O exército dominador impõe sua língua à terra vencida e estabeleceu-se um círculo vicioso: gerada pelo pensamento humano, a linguagem aperfeiçoou o pensamento.

Ora, a primeira linguagem foi uma língua poética, porque era simbólica, onomatopaica e rítmica. Simbólica, porque o homem não inventava uma palavra para cada coisa, mas relacionava uma coisa à outra, para dar-lhe o nome, através de uma transferência metafórica, criando mimeses. Criou nomes para as partes do corpo e relacionou com a natureza: olho d'água, braço do rio, cabeça do monte, perna (ou pé) da mesa, com metáforas. Rítmica, porque o ritmo é inerente à voz de qualquer animal, ou à qualquer coisa da natureza, por isso são melódicas as línguas antigas, como o grego e o latim, com a quantidade e os acentos. A entoação silábica gerou o metro, ditos e provérbios populares que têm rima. Vaticínios e oráculos tinham as respostas formuladas em verso. As primeiras histórias das nações primitivas foram em verso, com os rapsodos: as *íliadas* e as *odisséias*. A primeira linguagem oral foi, portanto, a poesia, inerente à própria língua que se falava. Eis como explica Vico o aparecimento da Linguagem e da poesia.

*\*Henriques do Cerro Azul  
Acadêmico do IHG-DF*

## **O CENTENÁRIO DE UMA MULHER QUE AJUDOU A CRIAR BRASÍLIA**

Guiomar de Arruda Câmara, cartógrafa,  
participou da escolha do local.

*Jarbas Silva Marques\**

No dia 15 de agosto de 1997, comemorou-se o centenário de nascimento de Guiomar de Arruda Câmara, uma das figuras mais singulares para a história da escolha do local onde hoje está edificada Brasília, como Capital da República.

Como secretária, revisora e cartógrafa de seu marido, o agrônomo economista Antônio Arruda Câmara, ela participou da redação do Relatório da Subcomissão de Investigações Agronômicas da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil - Comissão Polli Coelho -, em 1947, e que se constitui na peça mais importante para derrotar o lobby dos políticos mineiros que queriam sediar a Capital da República no Triângulo Mineiro.

**Vida** - Nascida de uma família de positivistas e republicanos - seu avô, Venâncio Neiva, foi o primeiro governador da Paraíba após a proclamação da República -, Guiomar de Arruda Câmara, desde a sua infância conviveu com os ideais da transferência e da construção da Capital da República no Planalto Central.

Na casa de seu pai, o desembargador Manoel Cavalcanti de Arruda Câmara, Lauro Müller articulou com positivistas republicanos a inclusão do Artigo 3º na Constituição de 1891 - a primeira constituição republicana - que obrigava a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central Brasileiro.

Este artigo, posteriormente, fundamentou a ação dos mudancistas goianos Americano do Brasil, Evangelino Meireles, Gelmires Reis, Germano

Roriz, Segismundo de Mello, Balthazar dos Reis, Joaquim Gilberto e Benedito de Araújo Mello, que por meio de um projeto de lei do então deputado federal Americano do Brasil - que determinou a construção de um marco em Planaltina, por ocasião do Centenário da Independência em 1922 - relançou o movimento pela transferência e construção da Capital, amortecida e sabotada desde a Primeira República.

**Berço** - Guiomar de Arruda Câmara nasceu no dia 15 de agosto de 1897, em Blumenau, Santa Catarina, - seu pai era desembargador e, à época, os desembargadores eram transferidos por todo o País - e recebeu uma educação esmerada, e além de dominar o francês (linguagem da cultura de seu tempo), tocava piano, desenhava e lera praticamente todos os clássicos da literatura universal, fixando sua predileção na História e na poesia.

Ao casar-se com seu primo, o agrônomo economista Antônio de Arruda Câmara, em 1921, passa a secretariá-lo e apoiá-lo na defesa do seu ideal a favor do cooperativismo como forma de romper o atraso secular da agricultura brasileira.

Antônio de Arruda Câmara passa a ser um dos mais importantes promotores do associativismo rural no País, tendo sempre Guiomar de Arruda Câmara a lhe secretariar e a revisar seus textos e trabalhos no Ministério da Agricultura, e nas revistas “Charrua”, “Brasil Agrícola”, “Moeda e Crédito”, “Rural” e na “A Lavoura”, da Sociedade Nacional da Agricultura, a que pertencia desde 1918, orgulhando-se do seu diploma de sócio, assinado por Lauro Müller.

Quando seu esposo é chamado a dirigir o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, ela o acompanha pelo Brasil a fora na organização das bases do sistema de fomento agrícola e na difusão de novas técnicas de produção, do Rio Grande do Sul ao Nordeste.

O mesmo acontece quando ele participa da fundação e estruturação da Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos - CNEC - e na fundação da Escola de Horticultura Wenceslau Belo, no Rio de Janeiro, da qual foi diretor por duas décadas.

### **Na última entrevista, recordações**

Na sua última entrevista, a mim concedida no dia 18 de abril de 1986, Guiomar relembrou a sua participação na Comissão Polli Coelho:

“Em 1946, quando o Presidente Eurico Dutra criou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, foi nomeado o general Djalma Polli Coelho para presidí-la. A comissão foi dividida em cinco subcomissões. Foram indicados para a chefia da Subcomissão de Investigações Geográficas o engenheiro Cristovam Leite de Castro; o engenheiro Artur Torres Filho para a de Estudos Agronômicos, o engenheiro Antônio Carlos Cardoso para a de Energia e o engenheiro Francisco de Souza para a de Climatologia.

Como o doutor Artur Torres adoeceu, Antônio foi indicado como seu substituto na Subcomissão de Investigações Agronômicas.

“Não me lembro a data, mas Antônio chegou em casa e me disse: “Vamos escolher o local para a futura capital do Brasil”. Fiquei muito contente e passei a me preparar para a viagem.

“Na verdade, desde a minha infância em Santa Catarina, a mudança da capital para o interior brasileiro era tema das conversas entre meu pai e os colegas de Magistratura, e com políticos, como o doutor Lauro Müller, e também com meu tio, o positivista e republicano Venâncio Neiva.

“Fui então para a Biblioteca Nacional e passei a ler toda documentação a respeito. Eu já conhecia o relatório de Varnhagen e sua viagem ao Planalto Central em 1870. Detive-me nos mapas e nos dois relatórios de Luiz Cruls e, em 1947, Antônio e eu tomamos um avião no Rio de Janeiro com destino a Goiânia.

No aeroporto fomos recebidos pelo agrônomo economista Joaquim Câmara Filho, nosso parente, e que era o Secretário de Economia, já que o governador Jerônimo Coimbra Bueno estava em excursão no Rio Araguaia.

“Depois dos contatos com o doutor Iron da Rocha Lima e com o agrônomo Juvenal Costa, percorremos Goiânia e as cidades próximas. Uns cinco a seis dias depois da nossa chegada, partimos de Goiânia em um automóvel cedido pelo Governo de Goiás e dirigido pelo senhor Geraldo (não me lembro do sobrenome) com destino a Planaltina”.

**Trajetos** - Guiomar de Arruda Câmara narrou em seguida o trajeto percorrido, os depoimentos tomados e as constatações feitas por seu marido, Antônio Arruda Câmara. “Levantávamos de madrugada para redigirmos os relatórios do dia anterior e pouco depois do café, partíamos novamente”.

Perguntada sobre o “Encontro das Águas”, seus grandes olhos se abriram e quase num estado de êxtase ela falou: “Quando eu fui me preparar

para a viagem, na Biblioteca Nacional copiei uns mapas do tempo de José Bonifácio e, como eu já conhecia o relatório de Luiz Cruls, ficou mais fácil saber por onde andaríamos. Cruls tinha falado que as nascentes das três bacias estavam distantes uma das outras 'a um tiro de espingarda'.

“Antônio perseguia desde o Rio de Janeiro a vontade de encontrar essas nascentes. Aliás, ele se bateu, até pouco antes de sua morte, pela criação de um Parque Nacional das Águas Emendadas. Lembro-me de seus artigos em jornais e revistas especializadas nos quais defendia a idéia”.

### **Águas Emendadas conquistou equipe**

Além do “Encontro das Águas”, Guiomar de Arruda Câmara citou três fatos que sobressaíram nas viagens que efetuaram pelo Triângulo Mineiro e pelo Planalto Central. “Comemos aqui no Planalto Central (em Luziânia e Formosa) pães feitos com trigo plantado na região próxima a Cavalcanti.

“Isso reforçou a opinião de Antônio, que desde o início era favorável à localização atual e não no Triângulo Mineiro, como queria quase a metade da Comissão Polli Coelho, influenciada por Lucas Lopes e que, segundo denúncias à época, representava interesses de grandes proprietários e de especuladores de terras nessa área.

“Antônio era de opinião que não poderia ser a Capital Federal sediada em uma cidade já edificada, o que contrariava mineiros e até goianos, que queriam transformar Goiânia e nela sediar a Capital Federal”.

Guiomar de Arruda Câmara citou ainda Gelmires Reis, que “editava em Luziânia um jornal onde ele fazia tudo, reportava, imprimia e vendia. “Hoje, com tantas facilidades de transporte e comunicação, você nem faz idéia do que representava isso”.

Outro fato que marcou as lembranças de Guiomar Câmara foi a figura de Bernardo Sayão. “Ele era um homem impressionante. Nós o conhecemos quando fomos pesquisar a Colônia Agrícola Nacional, criada por ele às margens do Rio das Almas. Lembro-me que o pneu do carro em que estávamos furou. Sayão trocou o pneu, e depois, deu-me de presente o prego que o havia furado, dizendo-me que dava sorte. Um fato pitoresco que recordo, é que sua casa não tinha portas, somente cortinas. Além da imagem de desbravador, para mim e Antônio, ficou a lembrança de um excelente pai e esposo, no período que ele e dona Hilda nos hospedaram.

Nessa época, ele já alimentava a idéia de uma estrada até Belém. Chegou mesmo a nos levar até uma cidade depois de Ceres, da qual não me lembro o nome, e disse que o caminho para Belém teria que passar por ali”.

Guiomar de Arruda Câmara foi condecorada como Comendadora da Ordem do Mérito de Brasília em 1986, e morreu em Brasília no dia 10 de setembro de 1987, e está sepultada na Ala dos Pioneiros do Campo da Esperança.

*\*Jarbas Silva Marques  
Acadêmico, 2º Vice-presidente do IHG-DF e Diretor da  
Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico  
do Distrito Federal*



## LUIZ MANZOLILLO VIVE

*João Carlos Taveira\**

Com a súbita partida de Luiz Manzolillo, no dia 28 de março, ocorreu-me pensar nos laços afetivos que nos uniam além da literatura. Surpreendeu-me a constatação de um fenômeno curioso, que ocorre em praticamente todas as minhas relações de amizade. Com Yolanda Jordão, a poetisa paulista aqui radicada por muitos anos, e exímia pianista, os diálogos geralmente desaguavam em Chopin e Debussy. Com o poeta José Hélder de Souza, além de outras grandes afinidades, e apesar da recíproca e ferina franqueza, Tchaikovsky era o ponto absoluto de concórdia: estava sempre presente em nossos encontros. Para o poeta José Godoy Garcia, em música (e ele era muito claro em suas convicções), quase tudo se resumia a Beethoven, o santo maior da minha devoção.

Isso, para falar de alguns daqueles que já se foram. Dos que ainda persistem em contemplar o horizonte todas as manhãs, e comigo continuam na luta com as palavras, posso citar Clóvis Sena, a quem devo grande parte do meu conhecimento e respeito a Brahms. E raramente converso com Márcio Cotrim, por telefone ou pessoalmente, sem que falemos de Jean Sibelius. Da área do rádio, cito Frederico Barbeitas, para quem Schubert, com meu total apoio, é gênio incontestável da música. Sem me esquecer, naturalmente, de Sérgio Luís Gaio, com quem divido meu entusiasmo pela música de Richard Wagner, Gustav Mahler e Léos Janacék. Mas posso afirmar que há muitos outros amigos, escritores ou não, tanto de um lado como de outro da existência, que professam comigo esse amor pela música universal.

Com Luiz Manzolillo, fosse ouvindo ou discutindo Verdi ou Puccini, dois italianos da nossa predileção, a harmonia só atingia seu clímax quando Sergei Rachmaninov se fazia presente, seja por intermédio do famoso *Concerto para piano no. 2*, seja da belíssima *Terceira sinfonia*, ou de

suas outras peças para piano. Aquele gigante russo, radicado nos Estados Unidos, sabia como cativar ouvidos de pessoas exigentes como Luiz Manzolillo, e nos fazer refletir acerca da precariedade da vida. Na verdade, há tanta gente por aí que se dá excessiva importância! Por causa de um simples livro ou qualquer outra bagatela, arrotam sapiência e se sentem os maiores. Mas, na realidade, o ser humano é precário e não tem essa importância toda... Tudo fica por conta da vaidade. O resto são recalques que, segundo Freud, afloram em determinadas circunstâncias, e geralmente com o nome trocado, para a alegria dos analistas de plantão.

Meu amigo Luiz Manzolillo, decididamente, não era uma pessoa fácil. Tinha a inquietação dos homens de pensamento e de ação. Apesar disso, e de ser às vezes meio severo na defesa de seus pontos de vista, era um homem amoroso e fraterno, além de extremamente generoso, que sabia prestigiar seus amigos e confrades com o ímpeto dos apaixonados. A literatura para ele era como o ar que respiramos. E sempre acreditou nela como fonte contraditória de aceitação e renúncia, com seus mistérios de vida e morte. E cria que, somente através do ato de repartir, de compartilhar, o homem poderá um dia ascender aos planos superiores do universalismo espiritual e propiciar equilíbrio ao ambiente que o cerca, esteja onde estiver. Acreditava nisso de tal maneira que sempre procurou abrir caminhos para os arquétipos mágicos e coletivos – a exemplo da *anima* e do *animus* descobertos por Jung. Sua obra ensaística e ficcional está galvanizada por esses valores, e fortemente comprometida com aquele vigor artesanal tão caro aos perfeccionistas. Luiz Manzolillo era, em síntese, um ser ecumênico que transbordava otimismo na lavratura das palavras.

De sua extensa obra publicada, os livros mais importantes talvez sejam *A Barca de Ceres* (contos), *Conexão Ômega* (ficção científica), *A Hora do Poder*, *O Punhal Chinês*, *Pão de Barro* e *A Águia e o Tocaroro* (romances), *Eu e o Anjo* (auto-ajuda), *Cultura – Um Salto na Era Cibernética* (ensaio) e *Infinita Espiral* e *Sonetos de Outono* (poesia). Deve-se mencionar ainda sua participação, como membro efetivo, em agremiações literárias, como a Associação Nacional de Escritores, a Academia Taguatinguense de Letras, a Academia de Letras do Distrito Federal e a Academia de Letras do Brasil, além de outras entidades de âmbito nacional. Funcionário aposentado do Banco Central, Luiz Manzolillo foi também técnico de basquetebol e tinha grande interesse pelos esportes

em geral. Era um entusiasta torcedor do Flamengo, do Miami Heat e do Los Angeles Lakers.

Por tudo isso, e por causa disso, ele soube aliar sua experiência profissional e desportista com os anseios libertadores do verbo no ato da criação literária. Sua poesia – que ele queria multifária e pluridimensional – há de permanecer entre nós como representação viva de suas idéias acerca dos mistérios da vida, quer esta vida que está incorporada na Terra, quer aquela que pulsa evolutivamente em direção à Grandeza Espiritual, e que, nos seus diferentes estágios, permanece reservada, em eterna aliança, a todos os filhos de Deus.

Luiz Manzolillo, enquanto corpo físico, não está mais entre nós. Mas ele vive nos filhos e netos que deixou, na memória da esposa que o guarda afetuosamente, nos livros que escreveu, nos corações daqueles que o amam. E, de um modo especial, na visão que nos legou de um mundo mais justo, mais generoso e mais fraterno.

Brasília, 3 de abril de 2007.

*\*João Carlos Taveira*

*Poeta, crítico literário, com vários livros publicados, e membro do IHG/DF e da ANE – Associação Nacional de Escritores.*



# A GEOPOLÍTICA E A GEOESTRATÉGICA DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

*João Ribeiro da Silva\**

## **As Terras Americanas do Atlântico Sul**

As terras americanas do Atlântico Sul, de objetivo inicial estratégico complementar da política ultramarina de Lisboa, converteram-se, a partir de um dado momento, no eixo dominante da política e da estratégia mundial de Lisboa. Aqui, nos séculos XVI-XVIII, passa a ser o ponto de aplicação prioritário e de concentração de poder e do potencial do Estado Nacional Português. Assim nasce e se desenvolve o *Estado do Brasil* como País Colônia luso Brasileiro, de dimensões continentais e de expressivo potencial econômico.

Nesse quadro, percebe-se uma indiscutível continuidade na ação político-estratégica, quanto à gerência dos negócios da Colônia na América Meridional, por parte dos sucessivos governos de Portugal, em duas dinastias, no decorrer de trezentos anos de dominação. Isso em todos os campos do poder: na posse e na ocupação efetiva do litoral atlântico contra qualquer intromissão estrangeira; na exploração econômica da terra, sob a forma de monopólio, em abertura das despesas da defesa militar e do aparelho, jurídico e administrativo da própria Colônia; na implantação, sempre atualizada e renovada e sistemas jurídicos e administrativos para assegurar a organização, o domínio e o controle centralizado sobre toda a colônia; no esforço da diplomacia lusa para ratificar o alargamento do espaço terrestre que lhe coube pelo Tratado de Tordesilhas (1494), em busca de fronteiras geográficas naturais, na Bacia Amazônica e na Bacia de Prata. Isso com base no princípio defendido pelo negociador, brasileiro

por nascimento *Alexandre de Gusmão*, pelo qual, em definitivo, dava-se à ocupação da terra, como direito cível, o valor da propriedade justa: este princípio, que teve a alcunha de *utis possidetis*, ou *o reconhecimento da posse cível*, foi aceito pelas chancelarias das potências européias envolvidas como fórmula pacificadora para chegar a um acordo entre as partes.

E, finalmente, como condição imperativa para a permanência, no tempo e no espaço, de todo esse edifício político-econômico, o empenho de preservar, a qualquer preço, a integridade territorial e a unidade político-institucional da Colônia, a despeito de dificuldades de ameaças interno-externas de toda a ordem.

### **Estado Nacional Português, em 1500. A Revolução Nacionalista (1383-1386)**

O relevante, no fato, é considerar que o Estado Nacional Português em 1500, envolvido por tenaz espírito de conquista expansionista, dispunha de efetivas condições políticas, administrativas e guerreiras, de mobilização de recursos financeiros para colocar e sustentar uma poderosa esquadra de onze naus — portanto, de maior envergadura que a de *Vasco da Gama*, em 1498 — desta feita inclusive, incorporando a mais avançada tecnologia náutica da época, transportando adestradas forças militares e equipamentos de vulto. Com esse efeito, Portugal estava confirmando, consolidando a arrancada ultramarina, e ainda, indicando possuir capacidade de durar na ação, que se prolongaria por dois outros séculos, o que lhe permitiu implantar, gerir e defender um império transoceânico de dimensões mundiais.

Este fato constitui, sem dúvida, inequívoca manifestação de vigorosa energia em plena expansão, gerada um século antes no pequeno reino de beira mar, no extremo ocidental da Península Ibérica, pela eclosão de uma Revolução Nacionalista (1383-1386), liderada pelo *Mestre de Aviz* que consolidou a incipiente monarquia lusa fundada em 1139 pondo fim definido às pretensões hegemônicas de Castella e Aragão. Nesse quadro, inaugura-se Dinastia de Aviz, que teve indiscutível êxito em ordenar, em termos jurídicos, o papel e os esforços dos vários seguimentos da estrutura sócio-econômica do país logrando, assim, juntar a riqueza ao poder político, numa associação que deu resultados positivos, comprovados pela História.

Foi essa energia em expansão que impediu a Nação Portuguesa a deixar a terra firme do Continente Europeu, a aventurar-se no desconhecido

oceano; a expulsar os mouros da costa africana do Atlântico, nela estabelecendo feitorias como base para contornar o continente cobizada Índia pelo caminho oceânico e, a partir daí grande rota de comercialização dos produtos do Oriente, notadamente, a pimenta, avidamente degustada no mercado europeu.

### **Estado Nacional da Revolução do Mestre de Aviz**

Em Portugal, por este não ter conhecido o feudalismo, foi relativamente fácil implantar o Estado que consagra a supremacia do príncipe, a unidade do Reino e a submissão dos súditos a um poder mais alto e condensador de vontades. Todavia, de acordo com estudos de autores especializados, a Revolução Nacionalista do Mestre de Aviz foi muito mais além em seus efeitos, e será um dos determinantes que explicará a história da sociedade brasileira, *tudo bem diferente do que ocorreu na formação da nação norte-americana*. Aqui, o português fundou um país como sendo um prolongamento do Estado que criara na Europa.

O Estado derivado da Revolução Nacionalista de Aviz torna-se uma empresa do príncipe, empresário audacioso exposto a muitos riscos, que intervém em tudo. E nesse contexto que deve ser entendida a atuação de sucessivos reis: D. Henrique, o *Navegador* (1394-1460) fundador do Instituto Naval em Sagres, 1437; D. Manuel, o *Venturoso* (1495-1521); D. João III (1521-1557); D. Sebastião (1568-1578); D. João IV (1640-1656) Duque de Bragança, para citar os fundadores e consolidadores do império ultramarino luso.

São lançadas as bases do capitalismo do Estado. A terra obedece a um regime patrimonial, sem obrigação de serviço ao rei, não raro concedida com a expressa faculdade de aliená-la. O serviço militar prestado em favor do rei reveste-se da categoria de serviço público, mediante remuneração. Surge na pessoa do príncipe, um órgão centralizador, dirigente que conduz as operações comerciais como suas. Nenhuma exploração industrial ou comercial está isenta de seu controle. Guarda para seu comando imediato os setores mais lucrativos, que concede, privilegia e autoriza à iniciativa particular, quando isto é de seu interesse. Implanta-se uma estrutura patrimonial que leva à estabilização da economia, que permitirá a expansão do capitalismo comercial e que fará do *Estado* uma imensa empresa de tráfico. A Coroa está em todos

os monopólios que lhe pertencem; pimenta, pau-brasil, escravos. A empresa, à medida que se expande, exige novos e maiores recursos para o sustento da máquina administrativa da exploração comercial, daí a necessidade de uma dura política de rendas e de crescente dependência ao capitalismo internacional, nos empréstimos, contratos e compromissos.

*A guerra, o quadro administrativo, o comércio e a supremacia do príncipe* passam a constituir os quatro elementos da moldura do mundo social e político de Portugal, na época da expansão, da qual uma emergirá uma estrutura permanente, cujos traços ainda ecoam no Brasil de hoje.

Do senhor virtual dos territórios eleva-se o Estado, em nome do príncipe, à categoria de agente econômico extremamente ativo. Para isso, o Estado se aparelha, gradativamente, sempre que a necessidade sugere, com organização político-administrativa juridicamente pensada, institucionalizada, escrita, racionalizada e sistematizada pelos juristas. Estes formam, na verdade, a corporação do Poder. Quem delimita as fronteiras entre o público e o privado são os juristas, que passam a ocupar posição predominante nos conselhos da Coroa. Ganha relevo o letrado, cuja matéria-prima constituirá o aparelho público da fazenda, justiça e administração superior. Nesse contexto, toma vulto a SECRETARIA, onde se lavram e registram diplomas régios, constituída de pessoal permanente e cada vez mais numeroso, clérigos, tabeliães da Corte, escrivães ou escribas.

*A nobreza*, despida de arrogância, só resta pedir um lugar no governo, um emprego, fonte única de poder, prestígio, de glória e de enriquecimento.

À *burguesia*, caberá o papel limitado de agente econômico do príncipe, quando isso for do interesse do *Estado*.

Mas o soberano é também despojado de atribuições — perde a marca de proprietário do reino para se converter no seu administrador defensor e zelador. A ação real far-se-á por meio de pactos, acordos negociações. No seu reino haverá a luta permanente na caça do predomínio de uma facção sobre a outra.

### **O Significado das Terras Americanas Para a Estratégica da Expansão Lusa**

É sabido que todo o esforço de expansão lusa, na transição do século XV para o século XVI, concentra-se na implantação, no desenvolvimento e na proteção de rota comercial oceânica entre a Europa e a Índia.

Nessa rota reside o elo que garante a sobrevivência de Portugal que, através dela, oferece, nas praças de *Flandres* e de *Antuérpia*, os produtos adquiridos nos mercados africanos e asiáticos são negociados, à base de troca, por metais de origem européia destinados ao mercado consumidor asiático. Essa bipolaridade de interesses alimenta o tráfico oceânico nas mãos lusas, cabendo a Portugal a superintendência comercial orientadora da circulação.

**Mas, para isso, era imperioso ao Estado português assegurar seu controle sobre o Atlântico Sul, verdadeiro corredor de importação e exportação.** Seguramente, aí está a gênese de toda a ação diplomática de Lisboa para afirmar, em 1494, um novo Tratado com Castella e Aragão, sob a égide do Papado, com o propósito de definir, de forma precisa e clara, o limite territorial entre as duas potências, de modo a garantir aos lusos o domínio incontestado do Atlântico Sul — aí está a *Linha de Tordesilhas* estabelecida a 370 léguas o oeste das ilhas de Cabo Verde. Ademais, aí nasce, em termos jurídicos, a primeira indicação de território livre aberto a ocupação lusa, na Vertente ocidental do Atlântico Sul, no Continente Americano.

A Costa Africana no Atlântico era reconhecidamente do domínio português, com base em instrumentos jurídico diplomáticos emitidos pelo Papado e na posse e ocupação definitiva do solo.

Já quanto às terras na vertente americana do *Atlântico Sul* a situação era diferente. Embora os portugueses as tivessem “descoberto” e tal fato tenha sido anunciado formalmente aos Reis Católicos da Espanha (Carta de 29 de julho de 1501) e em consequência era seguramente do conhecimento das demais Cortes da Europa, aquelas terras americanas, por estarem livres e desembaraçadas de ocupação européia efetiva, eram consideradas “terras-de-ninguém.” Isto porque as potências não-ibéricas da Europa, notadamente a França, a Inglaterra e a Holanda — então em fase de adesão à reforma protestante — não reconheciam no Papa Católico Apostólico Romano autoridade legal para ratificar a divisão do mundo extra-europeu entre portugueses e espanhóis.

## **1. Revolução Nacionalista (Mestre de Aviz) (1383-1386)**

- CONSOLIDAÇÃO — INCIPIENTE MONARQUIA FUNDADA (1139)
- JUNTAR A RIQUEZA AO PODER POLÍTICO
- NAÇÃO PORTUGUESA:
  - DEIXA A TERRA FIRME DO CONTINENTE EUROPEU
  - EXPULSA OS MOUROS + ESTABELECE FEITORIAS

- CONTORNA O CONTINENTE NEGRO-CHECA AS ÍNDIAS
- IMPLANTA A ROTA DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS
- SUPREMACIA DO PRÍNCIPE: UNIDADE DO REINO - SUBMISSÃO
  - BASES DO CAPITALISMO DO ESTADO
  - EMPRESA DO PRÍNCIPE (INTERVENCIONISMO)
- D. HENRIQUE - D. MANOEL - D. JOÃO III - D. SEBASTIÃO - D. JOÃO IV
- O BRASIL ERA O PROLONGAMENTO DO ESTADO CRIADO NA EUROPA

## **2. Estado Nacional Português (1500)**

- ESPÍRITO DE CONQUISTA EXPANSIONISTA
- DISPUNHA DE CONDIÇÕES:
  - POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS E GUERREIRAS
  - RECURSOS FINANCEIROS (SUSTENTAR PODEROSA ESQUADRA)
  - MAIS AVANÇADA TECNOLOGIA NÁUTICA DA ÉPOCA
  - FORÇAS MILITARES E EQUIPAMENTOS DE VULTO PARA CONFIRMAR E CONSOLIDAR A ARMADA ULTRAMARINA DURAR NA AÇÃO
- CAPACIDADE DE GERIR E DEFENDER (IMP. OCEÂNICO)
- MANIFESTAÇÃO DE VIGOR E ENERGIA EM PLENA EXPANSÃO

## **3. Ação Político-Estratégica**

- POSSE E OCUPAÇÃO EFETIVA DO LITORAL ATLÂNTICO
- MONOPÓLIO
- DEFESA MILITAR
- APARELHO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO COLÔNIA
- DOMÍNIO E CONTROLE CENTRALIZADO RATIFICAR
- ESFORÇO DA DIPLOMACIA ESPAÇO ALARGAR
- BUSCA DE FRONTEIRA GEOGRÁFICAS E NATURAIS (BACIA DO PRATA) INTEGRIDADE TERRITORIAL
- PRESERVAR UNIDADE POL-INSTITUCIONAL

*\*João Ribeiro da Silva  
Sócio Correspondente do IHG-DF*

## **Bibliografia**

1. BARIDON, Pedro O & ELLAÚRI S. O. História Universal. Época Contemporânea. S/ed./Buenos Aires, Kapelus Editora, 1945. 316 p.
2. BUENO, Eduardo. O Descobrimento das Índias. s/ed. Rio de Janeiro, objetiva, 1998. 190 p4
3. CABRAL, Mário da Veiga. História do Brasil. 15ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Jacinto Editora. 1994. 544 p.
4. CARVALHO, Delgado de. História das Américas. s/ed. Rio de Janeiro, Record. s/d.. 430 p.
5. CASTRO, Terrezinha de. História da Civilização Brasileira. s/ed. Rio de Janeiro Record, 1969. 300p.
6. CROUZET, Maurice. História Geral das Civilizações. Europa e o Mundo nos séc. XVI e XVII. s/ed..., Rio de Janeiro, Bertrand Editora, 1995. Vol X. 338 p.
7. FAZOLLI Filho, Arnaldo. História do Brasil. 3ªed. São Paulo, Editora do Brasil, 1977. 381 p.
8. GUEDES, Max Justo. O Descobrimento do Brasil, s/ed., Rio de Janeiro, Ministério da Marinha. 1998. 54 p.
9. MAGALHÃES, Basílio de. Manual de História do Brasil, a/ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1948. 432 p.
10. MAIOR, Armando de Souta. História do Brasil. 10ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1974. 359 p.
11. MALLET, A. & ISAAC J. Los Tiempos Modernos. s/ed.. Buenos Aires, Hacette, 1942. 288 p.
12. MATTOSO, Antônio G. História da Civilização. Idades: Média, Moderna e Contemporânea. 6ª ed., Lisboa Portugal, Livraria Sá da Costa, 1956. 702 p.
13. MELLO, Eraldo. Cabral de. O Negócio do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro, Top—Topbooks Editora, 1998. 273 p.
14. POMBO, Rocha. História do Brasil. 11ª ed. São Paulo, Edições Melhoramentos. 1963. 502 p.
15. RIBEIRO, João. História do Brasil, 17ª ed. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1968. 471 p.
16. SILVA, Francisco de Assis & BASTOS, Pedro Ivo de Assis. História do Brasil. 1ª ed., São Paulo, Editora Moderna, 1977. 233 p.
17. SILVA, Joaquim. História do Brasil. 19ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966. 348 p.
18. TAPAJÚS, Vicente. História do Brasil. 19ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960. 527 p.
19. Vicente. História da América, s/ed., Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1998. 137 p.
20. TAUNAY, Alfonso d'Escragnolle & MORAES, Dicamor. História do Brasil. 3ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1957. 188 p.
21. TEIXEIRA, Francisco Maria Pires & DANTA, José. História do Brasil, 2ª ed. São Paulo, Editora Moderna, 1981 377 p.
22. VIANNA, Hélio. História do Brasil. 2ª ed., São Paulo, Edições Melhoramentos, 1963. Tomo I. 384 p.7-39.



## **AS “INVASÕES” E UM NOVO ESTADO**

*José Hélder de Souza\* (in memoriam)*

Voltou à ordem do dia a questão das chamadas “invasões” e até mesmo a criação de um novo Estado, o do Planalto central, proposto pelo Senador Francisco Escórcio (PMDB-MA). É que as “invasões” estão recrudescendo, inchando e enchendo o Distrito Federal. Depois de uma certa trégua, o povo da chamada periferia, economicamente precária, voltou a invadir áreas públicas do Distrito Federal, como que lotando e “loteando” várias áreas públicas com construções de segunda (ou terceira?) qualidade, nuns arruados mal dispostos feito, povoados sertanejos, no meio do que deveria ser corretamente urbano e urbanizado: o Distrito Federal.

As “invasões” das terras do Distrito Federal, da União, portanto, agora, também estão sendo feitas por criaturas economicamente bem providas, a “invadir” terrenos de propriedade da Terracap (órgão do Governo de Brasília) para erguer, ilegalmente, suas chamadas “mansões”, em áreas nobres como as margens do Lago Paranoá. O que é mais grave: os ricos, há muitos anos residentes nas quadras internas do Lago, estão a “invadir” as áreas verdes e levarem seus muros até a beira do Lago, ilegalmente, fechando as ciclovias e o acesso de outros brasilienses à diversões que as margens do Paranoá podem oferecer aos não moradores das áreas privilegiadas das quadras internas de ambos os lados – sul e norte – da represa, à estender-se por grande parte do Distrito Federal, privilegiando só quem mora à beira-dágua do Lago.

No começo, nos idos dos anos 60, os da inauguração e implantação da Capital da República, a prática das “invasões”, lesiva ao Distrito Federal, e, por extensão, à Brasília, com espaços delineados por Lucio Costa em seu célebre e internacionalmente conhecido “Plano Piloto” – o centro administrativo – Esplanada dos Ministérios, Congresso e os palácios do

próprio Governo da República e os da Justiça – além é claro, das superquadras dos apartamentos para servidores públicos, eram os “Candangos”, trabalhadores daquelas obras, a erguer seus verdadeiros “povoados” em áreas impróprias.

Pode-se dizer que tais invasões resultavam e resultam ainda, do subdesenvolvimento do próprio Brasil: o povo do interior, principalmente de Minas Gerais, Goiás e de outros Estados de economia fraca, e, principalmente, do mais que subdesenvolvido Nordeste, tomam o rumo de Brasília à procura de emprego e de melhoria de vida, incluindo aí uma morada (no caso um “barraco”), benefícios difíceis de arranjar em suas terras de origem, de populações crescentes e sem oportunidades de emprego – uma desgraça filha do subdesenvolvimento.

A prática das “invasões” era, portanto, desde os primeiros tempos do Distrito Federal, dos pobres e sem terras a instalar-se (ilegalmente, claro) em terrenos em volta de Brasília, ou “Plano Piloto”. O caso mais gritante e recente, foi o “aldeamento” erguido em grande parte das terras públicas junto da Via Estrutural, rodovia a ligar Brasília aos lugares ao norte do DF.

O “fenômeno” é prática antiga, nestes 40 anos da fundação da nova Capital Federal. Naquele tempo de construção dos principais edifícios da Esplanada e Praça dos Três Poderes e mais algumas superquadras, houve mesmo ocupação indevida da própria Brasília, o “avião” como diz o povo, traçado por Lucio Costa.

Depois da inauguração o governo local, nomeado pelo Presidente da República, iniciou a derrubada de barracos nas grandes áreas, as seiscentas e novecentas, locais dos acampamentos de trabalhadores das companhias construtoras encarregadas da edificação do centro administrativo de Brasília.

Israel Pinheiro, foi o primeiro prefeito do Distrito Federal, de 21 de abril de 1960 – data da inauguração da Nova Capital, Brasília – até março de 61, nomeado, constitucionalmente, pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Israel Pinheiro foi nomeado prefeito depois que teve de deixar a presidência da NOVACAP, imediatamente após a inauguração de Brasília. Na NOVACAP cumpriu a heróica missão de construir Brasília, o que fez entre 1956 e abril de 1960. Na Prefeitura orientou a ocupação da chamada Cidade Livre, delimitando sua área e suas avenidas, como também o fez no Gama e Sobradinho.

Mas Israel Pinheiro, já então Prefeito, deixou bem claro que depois da inauguração e do estabelecimento da Capital da República no Planalto Central, que passaria o trator sobre as casas de madeira que faziam, algumas

(“irregulares”), as ruas da Cidade Livre, hoje chamada Núcleo Bandeirante. Dentro da Faixa Sanitária que percorria (ainda percorre?) os limites do Distrito Federal (uma linha, topograficamente delineada, percorrendo os cumes das chapadas a rodear o Distrito e Brasília), não poderia haver outros núcleos habitacionais. Disse-me Israel Pinheiro, em entrevista para o Correio Braziliense, depois que Jânio Quadros foi eleito, derrotando o candidato do Partido Social Democrata (PSD), General Henrique Teixeira Lott: – “Foi a política que escolheu Brasília”, enfatizou Israel Pinheiro. E, aqui para nós, continua a “escolhambor”.

Juscelino cometeu o grande erro de não se empenhar na campanha de Lott. O General seria seu continuador. Subindo ao poder, o demagogo Jânio Quadros, nomeou prefeito de Brasília o seu aliado Paulo de Tarso. Uma das primeiras medidas de Paulo de Tarso foi a fixação da Cidade Livre, como todas suas “deformações”, atendendo às pressões da política petebistas, facção de João Goulart – então vice-presidente do Governo Jânio – que lá fincaram o baluarte do então Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Daí em diante começou a verdadeira “escolhambor” do Distrito Federal.

No governo do Coronel Prates da Silveira foi feita a Campanha de Erradicação de Invasões para acabar com a grande favela formada em frente da Cidade Livre, no outro lado da pista. Delimitou-se uma grande área ao lado de Taguatinga para abrigar os favelados da estrada de Anápolis, área que se transformou em Ceilândia. Viu-se, daí em diante, então, a multiplicação das cidades satélites, antes eram apenas Planaltina – a mais antiga, anterior mesmo a Brasília – Sobradinho, Taguatinga e Gama, as três últimas fora da “Faixa Sanitária”. Tais “cidades satélites”, surgidas em consequência das “invasões”, tornaram-se em paraíso de goianos e mineiros (que podem atravessar a fronteira entre seus Estados e o DF, a pé) e uns tantos nordestinos para formar um patrimônio imobiliário, alguns nelas bem instalados e prósperos. Todas as vezes, pode-se notar, que a autoridade do Distrito Federal anuncia um novo “assentamento” de favelados, uma onda de invasores percorre toda a área em que se situa a Capital da República.

Nos primeiros anos da cidade tínhamos uma arrumadeira diarista, Josefina, moradora de Formosa. De quando em vez ela sumia sem nos dizer adeus. Era, como muitas outras, uma profissional, digamos, das invasões. Passado algum tempo de seu sumiço telefonava perguntando se

havia serviço para ela. Quisemos saber o que lhe trazia de volta. Na sua linguagem estropiada, respondeu: – Vim “sentar”. Este “sentar” era mais uma invasão e mais um assentamento. Constatamos: Josefina depois de “sentar”, ganhando um lote, erguia um barraco, e meses depois vendia o tosco imóvel. Ia-se em seguida, de volta para sua Formosa onde aplicava o dinheiro da venda do lote, para depois, sucessivamente, invadir, construir barraco e vender a um terceiro, no que podemos chamar de ciclo de invasões.

Deste modo o Distrito Federal foi se enchendo, se transformando para pior, já que não há emprego para tantos, nem hospitais ou escolas e, por fim polícia para coibir a marginalidade a que são levados os tais invasores. Fazer assentamentos é um esbulho contra a Federação. Aqui cabe um parêntese explicativo: a Constituinte de 1988 extinguiu o cargo de Prefeito nomeado pelo Presidente e criou como que um novo Estado, com governador eleito. No lugar do prefeito nomeado, como já se explicou e mais: uma Câmara Legislativa, casa preferida da “politicalha”.

Se é Distrito Federal, sua área pertence à República Federativa do Brasil, não poderia ou não pode estar sendo retalhada, doada a torto e a direito, sem critérios, principalmente urbanísticos, no caso dos tais assentamentos. Brasília foi concebida como uma cidade administrativa, a maior oferta de empregos vinda do serviço público, indústria e comércio oferecendo um pouco deles. As pessoas – mormente os desvalidos – procuram o Distrito Federal na ilusão de ter todas suas necessidades atendidas por estarem junto à cúpula do poder central da República. Estamos vendo que na prática não é bem assim. É ledó engano. A política – a malfadada “política” referida por Israel Pinheiro – está servindo aos politikeiros, para usar os “assentamentos” para cultivar seus “colégios eleitorais” e garantir seus cargos eletivos.

Agora parece que a desgraça está feita. Diante do desmazelo, há quem avente em fazer outra cidade, uma nova Brasília, para abrigar os Três Poderes, noutra local do interior do Brasil. Ou então, o que seria mais viável, formar outra unidade da Federação constituída de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria e que tais, com governo próprio, arrecadação e toda a vida administrativa de um estado e para onde deveria ir a Assembléia Legislativa e todos seus componentes eleitos para “esculhambar” a Capital Federal, voltando Brasília, o chamado Plano

Piloto, a ser o que era no tempo de Israel Pinheiro. Neste sentido é o projeto, em boa hora concebido e apresentado, pelo Senador Francisco Escórcio, devolvendo a autonomia de Brasília e fazendo de Taguatinga a capital de novo Estado, o Estado do Planalto Central.

*\*José Hélder de Souza  
Acadêmico do IHG-DF  
(in memoriam)*



## O ÍNDIO

*Kurt Pessek\**

“Não tenho dúvidas, se a atual política não for alterada, os índios brasileiros, terão desaparecidos em 15 ou 20 anos. A *integração* do índio é uma necessidade imperiosa, principalmente quando se sabe que a todo momento se verificam contatos, nem sempre amistosos, entre silvícolas e brancos, sobretudo com o avanço das frentes pioneiras da transamazônica e outras rodovias.” Prof. Acary de Passos Oliveira, Diretor do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. (Apud quarta capa do livro *As Culturas Indígenas* do professor Arthur Ramos, volume II da obra *Introdução à Antropologia Brasileira*)

Em 1982, a Secretaria de Imprensa e Divulgação do Gabinete Civil da Presidência da República estampa a Exposição de Motivos Interministerial nº 062, de 16 de junho de 1980, onde se lê: “A temática indigenista deve constituir preocupação de *todos os níveis de governo, quer sejam eles federais, estaduais ou municipais* pois só através de uma união de esforços e recursos é que será possível garantir ao silvícola brasileiro a assistência e a proteção necessárias à sua integração à sociedade nacional.

A Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, dispõe sobre o Estatuto do Índio. Reza o artigo primeiro. “Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas com o propósito de preservar a sua cultura e *integrá-los*, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.”

Apesar de óbvio, convém trazer à memória. O verbo *integrar*, inteirar, integralizar – ou seja, tornar-se uno, inteiro – por si só revela o fim de complexo processo quando dois ou mais sistemas se fundem para compor nova organização, na qual, sem dúvida, há de sempre predominar o caráter, a marca, os traços básicos do parceiro mais desenvolvido.

A *integração* é o remate – quando os parceiros representam nações independentes, de etnias díspares – de dilatado processo no qual as cicatrizes levam séculos para se diluir. Para haver a *integração*, há de se passar

infalivelmente pelo processo de *aculturação ou transculturação*. Inexiste outro caminho. Isso exige do parceiro menos desenvolvido substituir todo conjunto de conceitos éticos e morais de seus avoengos. Ensina o Dicionário de Sociologia da Editora Globo: “É freqüente – na *aculturação* – a desintegração de uma ou várias culturas, sob a influência dos contatos que se estabelecem entre seus portadores. Após uma fase de desintegração e conflitos, acompanhada de desorganização social, ocorre a reintegração que pode envolver o desaparecimento, total ou parcial, das configurações anteriores e a fusão de certa parte de seus elementos numa configuração nova.”

No caso dos silvícolas brasileiros, sem direito à opção, eles foram incorporados pelo rei de Portugal após a demarcação dos lusos domínios na América com respaldo em leis internacionais. Vide o caso das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul. E pior, sofreram a política assimilacionista do governo dominante. Imaginem o travo da angústia, o tamanho do conflito, quando determinada nação indígena descobre, de um momento para o outro, não mais ser a dona do seu território, nem mesmo de sua própria vontade. À revelia, tornou-se súdita do rei ou partícipe do governo de alguém desconhecido e ainda compulsiva a engolir novos preceitos legais bem diversos dos de sua tribo, dos quais se diga, tem-nos umbelicalmente por certos e justos. Desabafa Marcos Terena: “Durante esses cinco séculos falamos – nós, os índios – tantas verdades, as nossas verdades, mas todos pensaram: “Olha, a verdade do índio é uma verdade mentirosa; a verdade do índio está errada.” Então chegaram os religiosos, os colonizadores, e pouco a pouco foram tentando anular os nossos valores.”

Desde os primórdios de nossa existência já havia quem criticasse a escravização do índio, e pugnava por integrá-lo à sociedade. Em meados dos setecentos, Santa Rita Durão, na epopéia do Caramuru, sugere:

“Que o índio seja ali empregado,  
e que à sombra das leis tranqüilo esteja;  
que viva em liberdade conservado,  
sem que oprimido dos colonos seja;  
que às expensas do rei seja educado  
o neófito, que abraça a santa igreja,  
e que na santa empresa o missionário  
subministre o régio erário.”

O processo de *integração* passa obrigatoriamente por dois estágios básicos, o primeiro chama-se *acomodação*. Para minorar os inevitáveis conflitos, a parte mais fraca se submete temporariamente à mais forte sem perder a esperança de tornar ao “statu quo” e isso ocorre por imposição direta ou indireta da parte mais forte, daí o inevitável surgimento da revolta. Passada a fase da *acomodação*, inicia-se a fase da *assimilação*. No caso de forte choques culturais, a *assimilação* só ocorrerá após várias gerações seguintes. Por outro lado, a *assimilação* não se impõe a perda total dos “folkways” e “mores” impregnados no sangue.

As tribos indígenas brasileiras, mais cedo ou mais tarde – por fás ou por nefas – hão de *integrar-se*, ordena a evolução natural das sociedades. O professor Acary, acima citado, diz ser impressionista a necessidade de *integração* do índio brasileiro. Já o Estatuto do Índio, com acerto, prescreve: “progressiva e harmoniosamente”. E não poderia ser doutro modo. Sem dúvida, imperioso será tornar o processo mais brando de modo a reduzir ao mínimo os inevitáveis conflitos. Mais ainda. O “modus faciendi” não poderá afastar-se da imprescindível cooptação desses povos à causa nacional, ao sentimento de brasilidade espelhado pelo sadio nacionalismo. Aqui, sim, a porca torce o rabo. Importa minorar o inconformismo natural dos membros de determinada etnia em processo de extinção e sem forças ou meios para reagir ao que eles acham, no fundo d’alma, ser extrema injustiça do destino. Nada custa ressaltar, o longo decurso desse processo nos coloca em posição de meros elos de imensa cadeia do tempo. Nos cabe dar prosseguimento à seqüência com o cuidado e a minúcia de quem lapida pedras preciosas. Afirmou Epicteto: “Lembra-te que és apenas ator numa peça na qual o diretor determina o teu papel.” Ressalto esse ponto, pois há quem imagine incorporar os silvícolas de relance com soluções de bolso de colete.

A atração desses povos à comunhão nacional deve ser abordada com maior cuidado ainda nas regiões fronteiriças onde os índios, sem observar as linhas divisórias estabelecidas pelos diferentes governos, migram para outros países despidos de quaisquer compromissos além das suas próprias e naturais necessidades de sobrevivência. Esses povos, mesmo minoritários, podem ser atraídos por grupos estrangeiros intervencionistas, pois os silvícolas trazem na bagagem étnica o status de nação soberana. Esse assunto foi exaustivamente debatido quando da delimitação das terras dos Yanomanis.

Durante séculos no Brasil, a política assimilacionista foi entendida por implacável extermínio. Com a palavra os predadores bandeirantes dos

dois primeiros séculos. Apresar índios demonstrou ser atividade cara, perigosa e inútil. O índio jamais dobrou a cerviz. A solução foi importar negros d' África, comércio em plena expansão em Lisboa desde os meados do século XV. Porém, quando da importação de africanos em larga escala – inicialmente para o plantio da cana de açúcar na Capitania de São Vicente – já havia a miscigenação de portugueses com índias, processo iniciado pelos primeiros náufragos e degredados. Ou seja, a transculturação passou a existir mesmo antes da notícia oficial do descobrimento. E dessa mistura nasceu o primeiro brasileiro do qual por caminhos genéticos chega até o dia de hoje.

O surgimento do Estatuto do Índio foi sem dúvida fato marcante na política indigenista. Mas entre o discurso e a práxis há verdadeiro abismo. A tutela governamental estabelecida pelas leis tem por executante a Fundação Nacional do Índio cujos recursos para exercê-la estão muito aquém do mínimo necessário. Os governos sucessivos, sempre mergulhados em crises financeiras, relegam à última prioridade a integração do índio, deixando levar-se, na quase totalidade das vezes, pelos interesses dos fazendeiros, seringueiros e até indústrias em detrimento dos direitos do índio.

Há muito surgiu a exigência de separar os índios pelo grau de aculturação. E mais, pela região geográfica onde têm suas raízes. A própria FUNAI sente enorme dificuldade de aplicar sua política tutelar devido as imensas variantes de estágios culturais e a diversidade geográfica nacional. O Estatuto do Índio trata os substantivos índio e silvícola por sinônimos. Talvez fosse melhor separá-los. Silvícola seria quem vive e se alimenta da selva com esporádicos contatos com a civilização. Quanto aos índios, poderíamos classificá-los em dois patamares distintos. O primeiro seria o morador da selva apto a comerciar com o mundo civilizado ao redor de sua taba e o segundo seria o índio semiaculturado, porém com residência em núcleos rurais, vilas ou cidades. A cada qual devemos adequar as leis de modo a melhor protegê-los dos vícios da civilização.

Sou filho de estrangeiro e conheço bem as dificuldades da *acomodação* de alguém, de outra língua e costumes bem distintos dos nossos, para assimilar o jeito brasileiro de viver, de conviver – que é bem mais difícil. E se diga, traziam no sangue traços culturais impressos pelos Habsburgs, bem mais desenvolvidos daqueles vigentes no Brasil quando aqui chegaram. Imaginem portanto, a profunda, abissal e tenebrosa dificuldade de quem ainda vive em estágio tribal para alcançar idéias, conceitos e razões muito diversas de seu modesto e limitado universo de leis primárias.

O maior e mais grave impasse reside em cooptar alguém livre e soberano a subordinar-se à nova sociedade para vir a ser cidadão da mais baixa categoria e ainda cercado de preconceitos por todos os lados. O rei da floresta se vê em pouco tempo no rol dos excluídos, no permeio da grande massa de depauperados em país mundialmente tido por injusto pela sua sórdida política social.

A única proposta para evoluir da fracassada política indigenista vigente seria reformular todo o sistema em uso e responsabilizar as prefeituras e governos estaduais pelo bem-estar dos nossos irmãos. Necessário será incutir, conscientizar, a população brasileira do devido respeito à nobreza intrínseca existente no índio. Por ele ter sido, em verdade, o cerne de todos os brasileiros. E ainda, fugir dos estereótipos das políticas indigenistas importadas e passar a ver o índio brasileiro sob a verdadeira ótica nacional sem os gratuitos palpites dos antropólogos do exterior.

Quanto a mim, caros senhores, ainda prefiro vê-los à Gonçalves Dias, autor da famoso I-Juca-Pirama:

“No meio das tabas de amenos verdores  
Cercadas de troncos – cobertos de flores,  
Alteiam-se os tetos d’altiva nação;  
São muitos seus filhos, nos ânimos fortes,  
Temíveis na guerra, que em densas coortes  
Assombram das matas e imensa extensão.

São rudos, severos, sedentos de glória,  
já prélios incitam, já cantam vitória,

Já meigos atendem à voz do cantor:  
São todos Timbiras, guerreiros valentes!  
Seu nome lá voa na boca das gentes,  
Condão de prodígios, de glória e terror!

Obrigado!

Palestra proferida no Simpósio *O Índio e a Soberania* realizado pelo IHG-DF.

*\*Kurt Pessek*  
*Acadêmico e Suplente do Conselho Fiscal do IHG-DF*



## **BRASÍLIA, PLANALTO CENTRAL E GEOPOLÍTICA**

*Lucídio Guimarães Albuquerque\**

O pacto federativo brasileiro, formulado pelo pensamento republicano do século XIX, estruturado na Constituição de 1891 e mantido nas que lhe seguiram estabelece que a Capital da República é, a um só tempo, urbe, sede e foro do poder federal, centro das decisões político-administrativas, pólo institucional da dinamização político-social, núcleo de gravitação das unidades federadas e cidade símbolo da soberania nacional.

Nesse contexto polivalente e multidimensional, Brasília se insere como ponto focal de um projeto geopolítico cuja magnitude alcança, envolve e subordina o imenso espaço geográfico brasileiro suas potencialidades em recursos naturais e biodiversidade que se estendem e de desdobram pelos 8,51 milhões de quilômetros quadrados do território continental, 4,22 milhões da sua plataforma subatlântica e ilhas oceânicas, cujo total alcança 12,73 milhões de km<sup>2</sup>.

Exercer soberania plena sobre esse imenso espaço geográfico, garantir sua intangibilidade dimensional, política e econômica, assegurar as melhores condições possíveis à perenidade do direito de posse e exploração exclusiva de seus recursos naturais são objetivos nacionais permanentes de indeclinável responsabilidade do povo brasileiro. Como fazê-lo, eis a questão crucial do nosso tempo, que deve ser analisada sob dois enfoques complementares e interdependentes no tempo e no espaço que a gerou e contém:

O primeiro, sob a ótica do determinismo histórico, emerge a ideologia da libertação e autodeterminação dos povos, já no século XVIII claramente expressa na saga da Inconfidência Mineira que, em suas propostas libertárias, buscava a identidade nacional brasileira por quatro principais vertentes complementares e interdependentes: constituir no poder nacional com massa crítica capaz de provocar ruptura com a metrópole portuguesa; a nacionalização dos agentes econômicos; a formação de quadros dirigentes e a transferência da sede do governo para o interior do país, como símbolo do poder nacional.

Esse ideário de busca da identidade nacional, nascido no século XVIII, perpassa o século XIX (José Bonifácio, Hipólito da Costa, Varnhagen, Benjamim Constant, Deodoro, Floriano, Teixeira Mendes), projeta-se ao século XX, (Getúlio Vargas, Poli Coelho, José Pessoa, Juarez Távora), e se concretiza no período 1956/1960 com Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro e suas equipes de pioneiros, com a construção de Brasília e transferência do Poder Federal para o Planalto Central da República.

O segundo, sob o enfoque geopolítico, Brasília, como Capital Federal, simboliza a identidade nacional brasileira consolidada desde a década 60, não apenas com a construção de grandes eixos viários que viabilizam a expansão demográfica no Centro-Oeste, mas, também e principalmente, com a soberania nacional, sobre a plataforma continental subatlântica etc.

Ainda sob o enfoque geopolítico, Brasília, enquanto capital federal, simboliza o ideário da unidade federativa brasileira, posto que, fisicamente situada no Planalto Central, está na origem, berço natural e área de dispersão de três megabacias hidrográficas que fluem, banham, irrigam, perpassam e revitalizam espaços, regiões e povos de diferentes estratos econômicos, ecológicos e culturais, quais elos telúricos que, unindo partes geográficas e culturalmente diferenciadas, formam um conjunto espacial politicamente homogêneo, integrante da unidade nacional brasileira.

Assim, sob qualquer desses enfoques, Brasília, é ponto focal, cerne, produto e principal razão de um projeto geopolítico da nação brasileira que, entre tantos outros de igual alcance, objetiva assegurar as melhores condições possíveis de sustentabilidade dimensional, política, estrutural, econômica do imenso espaço territorial, marítimo, subatlântico e aéreo sobre o qual exerce soberania.

Deste raciocínio emerge o ideário de preservação de Brasília (urbe, sede e foro do Brasil) em todas as suas conotações urbanísticas, políticas, econômicas, sociais, humanas e ambientais, visando a assegurar as melhores condições possíveis de funcionalidade e eficácia ao Poder Federal, em suas três áreas de atuação harmônica.

Assim, entendemos que inviabilizar a condição de Capital Federal, transformando Brasília em pólo industrial, entreposto comercial ou metrópole vulgar, é o mesmo que invalidar o maior e mais representativo projeto nacional brasileiro.

*\*Lucídio Guimarães Albuquerque  
Acadêmico do IHG-DF*

## **JK: O EXILADO, O AMIGO, O BRASILEIRO**

*Luiz Adolfo Pinheiro\**

Quando Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República eu tinha 15 anos de idade. Quando ele saiu, eu tinha vinte. Agradeço a Deus ter vivido a minha juventude sob o Governo JK. Outras gerações de brasileiros não tiveram esse privilégio.

Pedem-me os realizadores deste oportuno Seminário que eu fale sobre três aspectos da vida e da personalidade do Presidente Juscelino Kubitschek: *JK o Exilado, JK o Amigo, o Brasileiro.*

Cada um desses temas já daria uma conferência de várias horas. Mas vou tentar ser o mais sintético possível.

Vou falar como cidadão comum, que nunca esteve pessoalmente com JK, nunca teve a honra de apertar sua mão e nem de servir ao seu Governo, como é a situação de ilustres participantes deste Seminário.

Destaco o nome do palestrante de ontem, meu querido amigo Affonso Heliodoro, presidente do nosso Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e conterrâneo, amigo e colaborador de JK no gabinete militar do Governo de Minas e na subchefia da Casa Civil da Presidência da República (responsável pelo acompanhamento e pela divulgação do Programa de Metas), depois gerente do Memorial JK e biógrafo de Juscelino a quem presta uma admirável fidelidade.

E também o ex-deputado Carlos Murilo, primo de JK e vice-líder de seu Governo na Câmara dos Deputados, que aqui falou na segunda-feira.

Começemos por *JK, o Exilado.*

A História nos ensina que o exílio forçado ou induzido é muitas vezes o preço que se paga pela liderança, pela popularidade, pela glória e até pela

imortalidade. É um preço alto e doloroso para quem é obrigado a pagá-lo. Significa sofrimento e ingratidão. E foi justamente o caso de JK.

O primeiro exílio começou em 13 de junho de 1964, um sábado, cinco dias após a cassação do mandato de JK de senador por Goiás e da suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de dez anos.

JK e D. Sarah Kubitschek embarcaram no Rio de Janeiro para a Espanha, primeira escala de uma estada de tempo indeterminado. O embaixador da Espanha, em cujo apartamento Juscelino pedira asilo político, dera-lhe garantias conforme os tratados internacionais levando-o em seu carro até o aeroporto do Galeão. Daí para frente cessavam as suas garantias. JK estava por conta das autoridades brasileiras, viajando com passaporte cedido pelo Itamaraty.

No momento da partida ocorreram incidentes envolvendo simpatizantes de JK e militares, alguns ostensivamente armados. Por pouco a tensão não explode em violência. JK estava preparado para o pior, conforme o saudoso colega jornalista Carlos Castello Branco escreveria doze anos depois:

(Cito Castello Branco)

*“Antes de dirigir-se para o aeroporto, JK recebeu o último telefonema terrorista: seria ele preso a bordo do avião, uma vez cessadas as garantias da Espanha. O sr. Juscelino cuidou-se: pôs no bolso externo do paletó o seu revólver. (O coronel Affonso diz que foi Dona Sarah quem lhe deu o revólver). Estava disposto a atirar no oficial que pretendesse prendê-lo e a matar-se em seguida. Foi assim sob terrível expectativa que o ex-presidente viveu as cenas dramáticas no Galeão, mas finalmente aliviou-se quando o avião, de portas fechadas, pôs-se a caminho da pista. No entanto, novo sobressalto o aguardava. O avião recebeu ordem de voltar. Quando o aparelho se aproximava novamente do aeroporto, o sr. Juscelino levantou-se e levou a mão ao revólver, na espera. Chegara a hora de matar e morrer. A porta abriu-se, mas felizmente era apenas um passageiro retardatário, que não pudera embarcar antes pelo congestionamento do aeroporto.”*  
(1).

Em sua chegada a Madri JK recusou-se a comentar os acontecimentos no Brasil. Ele disse aos jornalistas:

*“A melhor maneira de servir ao meu país no exterior é não discutir o que aconteceu.”*

Mas concedeu entrevista à Manchete, na qual afirmou:

*“Saí do Brasil como um protesto em face do mundo, e também por não encontrar ambiente de segurança que me permitisse defender-me das calúnias e infâmias, distribuídas à larga contra mim. Mas saí da minha pátria nos braços do povo. Se me perguntassem hoje qual o instante de maior emoção da minha vida, responderia que foi aquele em que, carregado pelo povo ao som do Hino Nacional cantado pela multidão, eu dava adeus aos meus amigos, que, impávidos, – enfrentavam a agressão de oficiais, de revólver em punho, que nos ameaçavam a todos, inclusive à minha família.”*

Da capital espanhola JK foi para Lisboa, onde viveu alguns meses antes de fixar-se em Paris num apartamento modesto no Boulevard Lannes, número 65. Ele sentia a solidão do exílio. Em carta a seu primo Carlos Murilo Felício dos Santos, que falou na segunda-feira neste Seminário, Juscelino escreveu:

*“É triste o Natal no exílio, nesta cidade mergulhada nas sombras do inverno, em cujo céu não verei uma estrela. Tenho medo do enfarte e, sobretudo, do derrame cerebral que me tornaria incapaz. Não quero morrer no exílio.”*

Affonso Heliodoro conta que ficou tão comovido com a tristeza de seu conterrâneo e amigo naquele apartamento de Paris – onde JK vivia sozinho porque D. Sarah havia voltado ao Rio – que lhe propôs regressar imediatamente ao Brasil, comprometendo-se a conseguir dos militares que enforcassem JK na Praça dos Três Poderes, em Brasília, “pois isso seria preferível e mais honroso ao risco de morrer de melancolia e saudade na

capital da França”. São palavras de Affonso Heliodoro em entrevista à TV Câmara, em novembro de 2001, que tive a ventura de assistir.

Para vergonha nossa, enquanto JK era excluído do Brasil recebia homenagens no exterior como estadista de grande porte e homem querido do povo. Gente simples prestava-lhe homenagens quando saía às ruas em Lisboa. Em Paris dirigia certa vez seu carro quando cometeu pequena infração de trânsito. JK parou o veículo e aguardou a chegada do policial para multá-lo. Quando o policial olhou para aquele homem desconhecido, mas que trazia na lapela do paletó o botão da Legião de Honra, a mais alta condecoração da França, bateu em continência e mandou o motorista seguir seu caminho.

De Paris JK manteve assídua correspondência com os amigos no Brasil, informando-se da marcha dos acontecimentos de sua pátria distante. Em 1965, ano de eleições (diretas) para vários Governos estaduais, decidiu recomendar a seus correligionários que votassem nos candidatos do PSD em Minas Gerais, Israel Pinheiro o construtor de Brasília, e no antigo Estado da Guanabara, Negrão de Lima, que fora seu ministro e depois prefeito do Distrito Federal antes da inauguração de Brasília. Ambos foram amplamente vitoriosos no pleito.

No dia 3 de outubro de 1965, um domingo, enquanto os brasileiros acorriam às urnas JK fez as malas em Paris e pegou o avião de retorno ao Rio de Janeiro. A sua volta ao Brasil naquele momento é matéria controvertida até os nossos dias. Muitos amigos desaconselharam o regresso, dado o clima de radicalização política no país, tanto mais que a vitória de Israel e Negrão provocava, forte reação dos militares que não queriam a posse dos dois.

Mas JK ignorou esses conselhos e desembarcou no Rio de Janeiro apenas um dia depois da eleição. A chegada de JK ao aeroporto do Galeão, um ano e quatro meses depois de ter partido para o exílio na Europa, foi desanimadora: ao pé do avião estava um oficial da Aeronáutica, que lhe entregou intimação para comparecer no dia seguinte ao quartel do Exército na rua Barão de Mesquita a fim de depor no IPM sobre atividades comunistas. Em seguida outro militar passou-lhe uma segunda intimação, desta vez para prestar depoimento no IPM do ISEB, o antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Nos dias seguintes foram mais três intimações num total de cinco inquéritos diferentes a que JK respondia. Mas o povo carioca compareceu diante de seu prédio, em Ipanema, em silenciosa manifestação de solidariedade.

Em apenas duas semanas e meia do mês de outubro de 1965, JK prestou depoimentos durante cerca de 60 horas nesses inquéritos. Cada um durava de três a seis horas. Isso chegou a provocar um problema circulatório no ex-presidente, examinado em casa por junta médica enviada pelo Exército, que confirmou o laudo do médico particular de JK e sugeriu licença de quinze dias para descanso e tratamento da saúde.

Ao final desse prazo, aconselhado pela família e amigos, ele decidiu embarcar de novo para o exterior. As semanas de desgastantes depoimentos diários nesses cinco inquéritos – mais a edição do segundo Ato Institucional pelo Governo Castelo Branco, em 27 do mesmo mês de outubro de 1965 – acabaram por levar JK a decidir que o melhor era viajar novamente ao exterior para o segundo e último período de exílio.

No dia 10 de novembro de 1965, pouco mais de um mês após seu retorno, ele deixava novamente o Rio de Janeiro, agora rumo a Nova York. Ao contrário do primeiro exílio, quando se abstivera de criticar o Brasil, desta vez ele falou claramente para a imprensa ao chegar aos Estados Unidos:

*“Viajei para não ser preso. O que está se passando no Brasil é de grave importância para a América Latina. Os últimos atos do Governo liquidaram a expressão democrática. Meu exílio pode durar um mês ou vinte anos.”*

Nesse segundo exílio JK pronunciou muitas conferências otimistas sobre o Brasil nas Universidades Cornell e Smith dos Estados Unidos, mas depois mudou-se para Lisboa, onde estabeleceu com amigos uma empresa de negócios imobiliários. E escrevia seu livro de memórias, cuja leitura recomendo a todos os jovens aqui presentes.

Em 9 de junho de 1966, graças à intercessão de amigos junto ao Governo, recebeu uma autorização especial para viajar a Belo Horizonte para o enterro de sua irmã Maria da Conceição, a *Naná*, casada com Júlio Soares, seu grande amigo. E foi-lhe permitido passar rapidamente pelo Rio para conhecer a primeira neta, Ana Cristina, filha de Márcia Kubitschek, hoje moradora de Brasília e esposa do deputado Paulo Octávio.

Depois dessa rápida passagem em silêncio pelo Brasil – pois estava proibido de dar entrevistas – Juscelino retornou a Nova York e dali partiu para Lisboa, sede dos seus negócios. O escritor Carlos Heitor Cony comentaria o estado de espírito de Juscelino nesse segundo exílio:

Cito Cony:

*“É uma fase amarga. A distância da pátria, de seus amigos, de sua gente, os invernos que suportou em Paris, tudo contribui para construir uma tristeza que em alguns momentos quase chegava ao desespero. E além dos temas sombrios que o visitavam nas horas de solidão, ele viu abrir-se diante dele um novo problema: não era rico e precisava ganhar dinheiro para se sustentar no exílio, que não tinha prazo para terminar.” (2)*

O segundo e definitivo retorno de JK ao Brasil somente ocorreria no ano seguinte, em 9 de abril de 1967. Acabam os 976 dias de exílio externo e começa um novo tipo de exílio, o interno. JK continuou a enfrentar IPMs e depoimentos. (Em tempo: Todos os processos na justiça militar contra JK foram arquivados por falta de provas).

Em setembro de 1967, JK rebelou-se contra esse novo exílio dentro de sua própria pátria e lança manifesto onde afirma:

Cito JK:

*“Com o advento do atual Governo (Costa e Silva) ressurgiu em nosso país a esperança do completo restabelecimento da ordem política e jurídica, tendo em vista, sobretudo, os pronunciamentos que a esse respeito foram feitos pelo presidente da República, reconhecendo a imperiosa necessidade do congraçamento da família brasileira(...) Não vejo razões para que desencadeiem contra mim medidas vexatórias, que a minha posição de ex-chefe de Estado por si só repele. E desde que não querem respeitar essa condição, que pertence mais ao Brasil do que a mim mesmo, resolvi comparecer por deferência às autoridades. Mas, segundo me faculta a lei, decidi não responder às indagações que me ferem. O silêncio é a única arma de protesto de que disponho.”*

A edição do Ato Institucional n.º 5 em dezembro de 1968, que fez baixar uma noite política de trevas sobre o país, JK não escapou do novo clima. Ele foi preso ao sair do Teatro Municipal no Rio de Janeiro e conduzido para o 3º Regimento de Infantaria em São Gonçalo, do outro lado da baía da Guanabara, onde ficou por cerca de um mês. E voltou depois de responder

aos intermináveis interrogatórios dos inquéritos – uma etapa que se pensava superada, pois nada fora encontrado contra ele.

Juscelino retornou, então, aos piores dias do passado. Passou a viver o ostracismo dentro de sua própria pátria, sendo inclusive proibido de visitar Brasília, a cidade que construiu e inaugurou. Mesmo assim, ele fez uma viagem clandestina a Brasília, disfarçado, e só pôde ver através da vidraça do carro a cidade que ele construiu e tanto amava. Seu nome desaparece dos jornais por causa da censura. Sua imagem nunca surge na televisão. Ele não faz conferências. A sua vida é escrever livros de memórias e um livro sobre Brasília – cuja leitura também recomendo a todos vocês.

O dono da *Manchete*, Adolpho Bloch, seu amigo até o fim, deu-lhe um escritório no prédio da empresa no Rio de Janeiro. É ali que JK escreve suas memórias e dirige negócios de uma empresa de desenvolvimento que fundou com amigos.

A situação não melhorou muito nos anos seguintes e nem a partir de 1974, com a recuperação de seus direitos políticos durante o Governo Ernesto Geisel, que promovia a distensão política *lenta, gradual e segura*, na qual JK não acreditava. Ele ainda permanecia vigiado, posto à margem da vida pública, proibido até de publicar seu livro de memórias. O seu estado de espírito deprimido pode ser visto no diário inédito que escreveu e do qual somente seriam revelados alguns trechos uma década mais tarde, pela revista *Veja* (edição de 14 de maio de 1997):

*“8 de junho (1974). Cumpri os dez anos de miséria imposta a mim pela Revolução. Sou um ex-cassado. Fizemos uma sessão cívica, reli o discurso do dia da minha cassação. Bebemos uma garrafa de whisky Presidente guardada há doze anos.(...)”*

*8 de junho (1976). Comemoro doze anos de cassado e vejo o Brasil cada vez pior, sem liberdade, sem esperança e sem felicidade.”*

Falemos agora um pouco de *Juscelino, o amigo*.

Como afirmei no início, eu era jovem durante o Governo JK e nunca tive depois a oportunidade de conhecê-lo de perto. Os episódios que contarei, portanto, foram tirados de declarações que ouvi como jornalista ou nas

conferências sobre JK, ou ainda que li nas entrevistas à imprensa e em muitos livros de memórias.

Em 1958 JK teve de tomar uma decisão amarga em reação a seu amigo de juventude, colega nos Correios e Telégrafos, no Governo de Minas e agora no Governo Federal. Era José Maria Alkmim, ministro da Fazenda. Por causa de fortes ataques da oposição e da imprensa à atuação de Alkmim, JK teve de pedir-lhe o cargo de ministro. Foi uma conversa cordial de amigos, mas triste para ambos. Alkmim deixa o Palácio Laranjeiras no Rio e JK olha-o pela vidraça da janela de seu quarto. Lágrimas rolaram de seus olhos.

Ninguém melhor para falar do amigo JK que Affonso Heliodoro, participante deste Seminário, seu conterrâneo e colaborador no Governo de Minas e na Presidência da República. Cito apenas a carta de próprio punho que JK escreveu de Lisboa a Affonso, em 18 de julho de 1964, na qual afirma:

*“Todas as manhãs ao despertar, penso que ainda vou encontrá-lo no meu quarto e no meu banheiro para os primeiros comentários do dia. Hábito velho que trouxemos de Minas, levamos para o Rio, transportamos para Brasília e novamente nos acompanhou para o Rio, e ficou de tal modo integrado na minha lembrança que dele não me posso esquecer.”*

Quando o engenheiro Bernardo Sayão, diretor da Novacap, morreu na construção da rodovia Belém-Brasília, em 15 de janeiro de 1959, JK fez questão de vir do Rio, participou do velório na Igrejinha de Fátima, acompanhou o enterro até o cemitério – que estava sendo inaugurado naquele dia, com o primeiro morto – e falou aos candangos à beira da sepultura:

*“Vim aqui para dizer adeus a Bernardo Sayão, morto no campo da honra, morto na batalha em favor do novo Brasil. Mas a glória começa exatamente na hora em que deixa este mundo.”*

Certa vez, já como ex-Presidente e cassado, JK entrou de repente no plenário do Tribunal de Contas. O ministro Saulo Diniz, seu velho amigo que havia sido deputado estadual pelo PTB em Minas Gerais, o primeiro presidente do nosso Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, estava presidindo a sessão e ofereceu a sua própria cadeira para JK nela se assentar. Juscelino aceitou e disse apenas:

*“Vim aqui para homenagear o amigo Saulo, a primeira pessoa que profetizou um dia no passado distante que eu seria Presidente da República.”*

Juscelino era amigo e generoso até para quem não conhecia.

Em dezembro de 1960, um mês antes de acabar seu Governo, JK recebeu em Brasília a visita do Imperador da Etiópia, Hailé Selassié, que se dizia descendente da Rainha de Sabá. Antes do banquete no Palácio da Alvorada, o imperador disse a JK que recebera notícias urgentes de Addis Abeba, capital de seu país, de que houvera um golpe de estado militar e que ele estava deposto. O imperador disse que viajaria normalmente a São Paulo no dia seguinte como estava previsto, mas de lá voltaria imediatamente à Etiópia, cancelando a ida ao Rio de Janeiro.

Ele mostrou a JK um cheque seu, de 60 mil dólares, e pediu que o Presidente o descontasse para fazer face às despesas extras que teria de fazer com sua volta inesperada passando por outros países com sua comitiva. JK disse que, se tivesse o dinheiro, daria de bom grado ao imperador, mas como não tinha – e nem poderia mandar o Tesouro Nacional descontar o cheque – ia ver se “quebrava o galho”.

Discretamente JK chamou o ministro das Relações, Horácio Lafer – pai do atual chanceler Celso Lafer – contou o problema e pediu que o ministro, que também era banqueiro, descontasse o cheque. O ministro ficou em dúvida como todo banqueiro que se preza e perguntou: “E se o rei não cobrir o cheque?” JK respondeu sorrindo: “Você terá a honra de levar um calote de uma casa imperial que tem três mil anos de existência...”

Lafer a contragosto avalizou o cheque e o imperador pôde voltar em paz e esmagar a revolta. Semanas mais tarde, o cheque foi coberto normalmente.

Outro episódio: São Luís do Maranhão, 12 de dezembro de 1968. Juscelino, que havia retornado ao Brasil no ano anterior é homenageado num clube da capital maranhense. O governador José Sarney ali presente faz um vigoroso discurso elogiando sua personalidade, sua obra de Governo e seu espírito democrático.

No dia seguinte, sexta-feira, 13, JK volta ao Rio e é preso pois acabara de ser baixado o Ato Institucional n.º 5, a que me referi. Em 4 de março seguinte, JK escreve uma carta a Sarney onde afirma:

*“Seu discurso no clube deixou-me muito sensibilizado e, ao mesmo tempo, preocupado. Temi, sinceramente, pelas*

*conseqüências de suas palavras generosas a meu respeito, porém bravas e corajosas no tocante às afirmações que fazia.”*

Em 1973, cassado e vivendo exilado em seu próprio País, JK é informado de que seu amigo Plínio Salgado estava mal de saúde e recusava-se a ser internado sob vários pretextos, mas a causa verdadeira é que ele não tinha dinheiro para tratar sua hepatite aguda e uma trombose nas pernas. JK vai visitá-lo de surpresa em casa e providencia sua transferência para um hospital, que ele custeou integralmente. Plínio recuperou a saúde.

Márcia Kubitschek, sua filha, que foi deputada federal e vice-governadora do Distrito Federal, escreveu a respeito do pai e amigo:

*“Sua família e amigos sempre ansiavam pela sua chegada, que percebíamos pela firmeza dos passos, pelo calor da voz, pela ternura das mãos e pelo brilho dos olhos.”*

Falemos agora um pouco de *Juscelino, o brasileiro*

Na minha opinião e na opinião da maioria, JK foi o político que melhor encarnou as virtudes naturais do brasileiro comum - simplicidade, generosidade, tolerância e ausência de ódio e de amargura no coração a não ser, é claro, a tristeza de ter sido banido da vida pública e de ter sofrido exílio externo e interno.

JK soube ser estadista sem perder a simplicidade do homem comum. Como já foi dito aqui, JK era filho de uma senhora severa, D. Júlia, neta de imigrante tcheco, mas seu pai, João César de Oliveira, foi um pouco de tudo, inclusive boêmio. Morreu jovem e deixou D. Júlia viúva de apenas 23 anos de idade.

Do pai JK herdou o gosto pelas serenatas e bailes (ganhou até o apelido de pé-de-valsas), das aulas de violão de Dilermando Reis, da boa comida mineira e, por que não?, também dos romances reais ou imaginários, que lhe valeram uma quadrinha popular:

*“Diz São Pedro entre vertigens  
Vendo o JK voar  
Fujam as onze mil virgens  
Que ele vem vindo prá cá...”*

A sua simplicidade era permanente como o seu sorriso. Ouçamos alguns depoimentos de brasileiros ilustres sobre esse lado bem brasileiro de Juscelino:

Do escritor e memorialista Pedro Nava:

*“O admirável em Juscelino é que ele se conservou na ascensão, na glória, na queda e na adversidade dentro das mesmas qualidades de brandura, tolerância, alegria e bondade que tinham habitado o menino pobre de Diamantina.”*

Do escritor José Cândido de Carvalho:

*“Juscelino nunca perdeu tempo em miúdas faxinas de ódio ou ressentimento. Construiu uma cidade e mudou o jeito deste País. É lendário e histórico .”*

Do grande e saudoso Jorge Amado:

*“Nos últimos cinco anos, Juscelino mudou em muito a fisionomia do País. Não apenas no que se refere ao crescimento da indústria, às estradas rasgadas na selva, à luta contra o subdesenvolvimento. Mas também mudou o homem brasileiro, tornou-o mais brasileiro, mais maduro, de um patriotismo consciente, nacionalista.”*

Do teatrólogo Nelson Rodrigues:

*“Juscelino trouxe a gargalhada para a Presidência.”*

Do economista Celso Furtado:

*“Se tivesse de compará-lo a alguém lembraria Cristóvão Colombo, esse outro grande obstinado.”*

De João Pinheiro Neto:

*“Juscelino era um otimista por natureza. Nele o sorriso nada tinha de convencional ou forçado.”*

Do escritor João Guimarães Rosa:

*“Juscelino é o poeta da obra pública.”*

Vejamos alguns episódios que bem demonstram suas virtudes de tolerância e de paz:

Em fevereiro de 1956, apenas um mês depois de tomar posse na Presidência da República, JK enfrenta uma revolta de oficiais da Aeronáutica, que roubam um avião da FAB no Rio e voam para Jacareacanga no Pará. A revolta é rapidamente dominada. Quando todos

esperavam uma enérgica punição de seus autores, JK envia ao Congresso no dia 1.º de março um projeto de lei concedendo-lhes ampla anistia.

O ministro da Guerra, marechal Teixeira Lott, que tivera papel preponderante na dominação da revolta na FAB, não concorda com a anistia e procura JK para dizer que a ordem e a disciplina ficariam difíceis de serem mantidas no Exército com aquela anistia. Mas JK retruca ao general Lott:

*“Manter a ordem e a disciplina no Exército é obrigação sua, ministro. Governar e saber o que é melhor para o país é função minha.”*

Além da anistia, JK ainda assinaria decretos tempos depois promovendo os rebeldes a patentes superiores na Força Aérea Brasileira. O líder da revolta, major Haroldo Veloso chegaria a brigadeiro, seria depois deputado federal pelo Pará e reconciliar-se-ia pessoalmente com JK, a quem visitou de repente no Rio em 1967, deu um abraço no Presidente que um dia quis derrubar e lhe pediu desculpas.

A resposta de JK mostra a grandeza da sua alma. Ele disse a Veloso:

*– O senhor não tem de pedir perdão e nem desculpas. Se eu tivesse a sua idade também teria feito o mesmo.*

Veloso estava realmente arrependido, tanto assim que compareceu nove anos mais tarde ao velório de JK no Rio, e ali chorou junto ao caixão, como conta o jornalista Murilo Melo Filho. (3).

Em dezembro de 1959, novo levante de oficiais da Aeronáutica liderados pelo mesmo Veloso. Eles desviaram aviões para Aragarças em Goiás. Novo fracasso. Os rebeldes pedem asilo político na Argentina, mas o Governo JK manda avisar que eles seqüestraram um avião comercial com passageiros civis, logo eram criminosos comuns e não teriam direito a asilo político.

Os rebeldes temem a extradição, que o Governo argentino anuncia que concederia se fosse pedido pelo Brasil. Mas em vez de pedir a extradição, JK manda um recado para eles pelo embaixador brasileiro em Buenos Aires:

*“Voltem para casa. No Brasil há lugar para todos os brasileiros.”*

Eles voltaram. Não foram perseguidos.

Outro episódio envolvendo militares da FAB contrários ao Presidente JK só foi inteiramente relatado quase cinco décadas mais tarde, pelo jornalista Pedro Rogério no seu livro “*Bela Noite para Voar*”.

Em maio de 1958 dois oficiais rebeldes da FAB saíram do Rio para Belo Horizonte para tentar derrubar o velho avião C-47 da Presidência da República no qual viajava JK. Seus cúmplices conseguem apagar as luzes do aeroporto da Pampulha e da base aérea de Lagoa Santa. O avião de JK chega à noite e sobrevoa uma cidade às escuras. A custo conseguem contato com um pequeno campo de pouso no bairro de Carlos Prates, providencialmente iluminado por faróis de automóveis para o pouso de emergência de um pequeno avião pilotado por uma moça.

Os pilotos do avião presidencial têm autorização de JK para tentar descer ali também e conseguem fazê-lo. Mas momentos antes um terceiro avião não identificado, justamente o velho biplano modelo *Wacco* que saíra do Rio para derrubar o avião de JK, também pousa na pista iluminada – e em sentido contrário ao do avião de JK. Milagrosamente não existe uma colisão, mas o avião rebelde capota no fim da pista. Seus dois pilotos, vestidos como civis, são detidos.

Enquanto isso, a pequena multidão que ali se concentrara para ver apenas o pouso do avião da moça - e acaba vendo três pousos seguidos – prorrompe em aplausos quando descobre que um dos passageiros é o Presidente Juscelino, logo carregado nos braços.

Resta um problema: O que fazer com os dois irresponsáveis que quase bateram no avião presidencial? Eles se identificam como pilotos que vieram fazer “acrobacias” em Minas e alegam que tiveram pane de instrumentos e pousaram na única pista iluminada que avistaram.

Era mentira, mas JK, consultado, não tem dúvida: manda soltar os dois aviadores, que pensava serem acrobatas. E ainda diz com seu enorme coração:

*“Os rapazes não têm culpa de nada. Afinal de contas, pousaram no escuro e deu no que deu. Nem sabiam que o nosso avião vinha do lado oposto. Além disso, estão ganhando a vida como acrobatas. O Brasil precisa de gente assim, que trabalhe e divirta o nosso povo.”* (4).

Em fevereiro de 1959 um grupo de estudantes promoveu manifestação no Rio contra o economista Roberto Campos, que era diretor

do BNDES e um dos colaboradores do Plano de Metas do próprio JK. A Polícia chega e prende vários estudantes, inclusive o presidente da UNE, Alfredo Viana. Este telefona da delegacia para o Palácio do Catete e diz o que aconteceu. Segue-se um nervoso diálogo entre o chefe da Polícia, coronel Danilo Nunes, e o Palácio.

Ao fim de algum tempo, o próprio JK vem ao telefone e diz ao coronel:

*“Danilo, deixe de criar problemas para o meu Governo, solte os menino.”*

O coronel não se conforma e diz que eles estavam protestando contra um membro do Governo. JK retruca:

*“O mesmo direito que eu tenho de manter o Dr. Roberto Campos os estudantes têm de protestar contra ele. Portanto, ponha-os em liberdade.”*

A ordem é cumprida. Os estudantes são soltos.

JK era um brasileiro genuíno no seu sentimento de conciliação, como vimos anteriormente. E tratava bem seus adversários políticos.

No ano de 1960, o último do seu Governo, realizaram-se as eleições presidenciais. O candidato da Oposição, Jânio Quadros, percorre o Brasil fazendo comícios e criticando o Governo JK. Ele vem a Brasília pela primeira vez no dia 30 de agosto.

Num gesto tipicamente seu, de homem sem mágoas para com os adversários, Juscelino manda um assessor de alto nível ao aeroporto dar as boas vindas a Jânio Quadros em nome do Presidente. Jânio fica agradecido com esse gesto e resolve fazer uma visita de cortesia ao Presidente no Palácio da Alvorada. JK o trata com toda a cordialidade.

Ao tomar posse no ano seguinte, entretanto, Jânio faria um violento discurso contra Juscelino e abriria numerosos inquéritos contra o seu Governo.

Outro exemplo que acho importante destacar aqui para mostrar o espírito bem brasileiro de JK em matéria de tolerância e de conciliação foi a chamada *Frente Ampla*, um assunto do qual ninguém mais fala nos dias de hoje.

*Frente Ampla* foi o nome de uma união política inventada por Carlos Lacerda, que tinha sido jornalista e deputado federal da UDN e o maior adversário de JK em toda a sua vida.

Mas os tempos mudam e algumas pessoas também.

Em 1966, com JK cassado e vivendo no exílio em Lisboa, Lacerda não era mais nem deputado e nem governador da Guanabara e estava brigado com o marechal Castello Branco, que ajudara a eleger Presidente. Aparentemente arrependido do golpe de 64, que o excluiu do cenário, Lacerda criou uma *Frente* para reunir grandes líderes civis para se opor ao Governo, fora do partido artificialmente criado na época, o MDB - Movimento Democrático Brasileiro.

Lacerda queria agora unir-se com JK e também com João Goulart, que ele havia ajudado a derrubar em 1964 e estava exilado no Uruguai.

Lacerda manteve entendimentos com Juscelino por meio de intermediários para convencer o ex-presidente a assinar junto com ele um manifesto pedindo o fim da ditadura e a redemocratização do País. É fácil imaginar o escândalo que isso causou. Muitos amigos de JK acharam a proposta um perigo. Outros a apoiaram.

Juscelino, sempre conciliador e aberto ao diálogo, mandou dizer que estava pronto a se entender com o seu antigo e maior inimigo. Lacerda então pegou o avião e foi a Lisboa. No dia 19 de novembro de 1966 os dois apertaram cordialmente as mãos na capital portuguesa, na presença da imprensa internacional, e assinaram um documento político da maior importância. Depois JK escreveu um artigo na revista *Manchete*, no qual afirmou:

*“O governador Lacerda teve triunfos, muitos dos quais, entretanto, se misturaram à amargura de uma destruição. Estavam ali, na sala da residência do meu longo exílio, dois homens cujas lideranças haviam percorrido caminhos bem opostos. Como iríamos nos entender falando linguagens tão diferentes? Disse-lhe que, no meu entender, o de que o Brasil mais precisava era de paz.*

*Precisávamos pregar a paz e não o ressentimento.*

*Não houve discussão. Lacerda já trazia a mesma idéia. Impunha-se, pois, virar a página e sepultar o passado. O perdão exige mais grandeza do que o ódio.*

*Creio que demos um grande exemplo de coragem, passando por cima de mágoas e ressentimentos e estendendo a mão ao adversário de ontem. Perseguido e vilipendiado, era a única*

*coisa que eu podia fazer longe de minha pátria. Continuei fiel aos princípios pelos quais sempre lutei.”*

Anos mais tarde no seu livro de depoimento a jornalistas do *Jornal da Tarde* de São Paulo, que são uma espécie de seu livro de memórias, Carlos Lacerda também comentou o encontro e a reconciliação com Juscelino em Lisboa.

E com as palavras de Carlos Lacerda – o maior adversário de JK em sua vida – encerro a minha breve e modesta intervenção neste Seminário:

*“Juscelino foi, sem dúvida, um dos homens mais simpáticos que já encontrei na vida. Fazer oposição a Juscelino só tinha uma dificuldade, porque motivos não faltavam. Só tinha uma dificuldade: a simpatia pessoal dele, que era irresistível. E ele era um homem sem ódios. Essa qualidade ele tinha. Eu diria que ele tinha até demais.” (5)*

*\*Luiz Adolfo Pinheiro (im memoriam)  
Acadêmico do IHG-DF*

#### **Notas:**

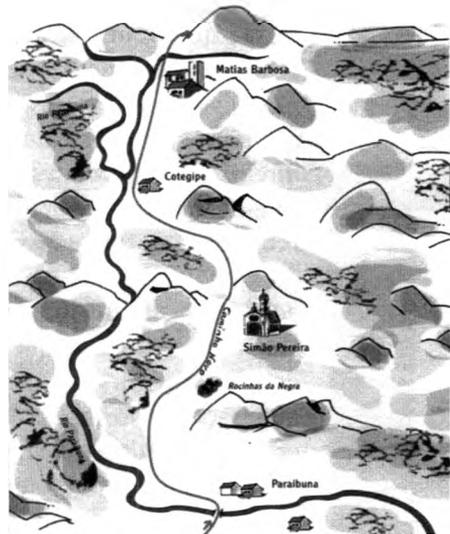
- (1) Carlos Castello Branco: *Os Militares no Poder*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1977, p. 124.
- (2) Carlos Heitor Cony: *JK, o Estadista do Desenvolvimento*, Senado Federal, Brasília, 1991, p. 92.
- (3) Murilo Melo Filho: *Testemunho Político*, Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1997.
- (4) Pedro Rogério Moreira: *Bela Noite para Voar - Um folhetim estrelado por JK*, Thesaurus Editora, Brasília, 2001, p. 319.
- (5) *Depoimento*, de Carlos Lacerda, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1977, 3ª edição em 1987.

## PRESENÇA DE TIRADENTES NA ROCINHA DA NEGRA

*Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira\**

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no seu nº 375, de abril/junho 1992, publica curiosa matéria assinada por Wilson de Lima Bastos tirando dúvidas sobre a existência da propriedade “Rocinha da Negra”, situada no atual Município de Simão Pereira.

Para ter acesso à região aurífera da Província de Minas Gerais foi aberto um caminho, que partindo de Parati, transpunha a Serra do Mar, passava por São João del Rei, São José del Rei (Tiradentes), Antonio Dias até atingir Vila Rica (Ouro Preto). A abertura deste caminho ficou a cargo de Garcia Rodrigues Paes (filho do bandeirante Fernão Dias) que o deu por concluído por volta de 1707. Posteriormente, para evitar a pirataria no trecho marítimo entre Parati e a Corte, no Rio de Janeiro, novo traçado foi feito, partindo de Porto da Estrela, transpondo a Serra do Mar nas imediações de Petrópolis, passava por Sebolas (Cebolas), Madureira (Paraibuna), “Rocinha do Simão Pereira”, Borda do Campo (Congonhas) até atingir Vila Rica. Este novo caminho ficou sendo chamado de Caminho Novo.



*Figura - 1*  
*Caminho Novo*

A matéria do articulista citado menciona relatos de diversos cientistas viajantes, constatando a existência da “Rocinha da Negra”, tais como: John Mawe (1809), Johann Emmanuel Pohl (1817) e Richard Francis Burton (1867). Poderíamos citar muitos outros viajantes que passaram e deixaram relatos sobre a região, como Saint-Hilaire (1817/18) na expedição à Província de Minas Gerais, acompanhado por Langsdorff; também Hermann Burmeister que, em 1850, passou pela Rocinha da Negra e foi-se encontrar com Peter Lund em Lagoa Santa.

Do artigo da Revista do I.H.G.B. o que de fato chama a atenção é a venda de uma propriedade de Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier) em consequência da sua prisão.

Procedida a devassa sobre todas as suas atividades relacionadas ao movimento libertador, foram arrolados todos os seus bens materiais. Transcrevo, a seguir, documento que trata da venda (extraído da referida matéria), como espólio do Alferes, à José Cerqueira Leite (cujo nome, na verdade, era José Leite de Cerqueira) da fazenda da Rocinha da Negra:

“Pelo presente de minha letra e firma, digo eu que entre os bens que administro da testamentaria do falecido capitão Jerônimo da Silva Ferreira sobrou enfim uma sesmaria de terras de cultura na paragem chamada o Porto do Menezes no Sertão da Mantiqueira cuja sesmaria pertencia à testamentária de arrematação, execução que foi atestada ao alferes Joaquim José da Silva Xavier pela Ouvidoria desta Comarca havendo dúvida sobre ela com a que foi concedida à Fazenda da Vargem muito anterior esta desinteirou vindo ficar aquela remanescente, ou parte que ficou depois de desinteirada da Vargem qualquer que ela seja assim e na forma que apropriado e administro sendo de fato tudo vendido ao sr. Capitão José de Cerqueira Leite pelo preço e quantia de cem mil réis que ao fazer desta recebi, dei toda quitação e como obrigação dele comprador pagar à Cúria, enfim nele cedo e transfiro todo domínio, posse, Direito, ação que como titular tenho direta primazia, cujo título entreguei ao comprador. E que ele a fique possuindo

como sua, que sua sendo por si e seus terceiros, assim será sem embaraço, ou contradição alguma, seja nela empossado pela cláusula constitui, e com clareza firmo o presente.

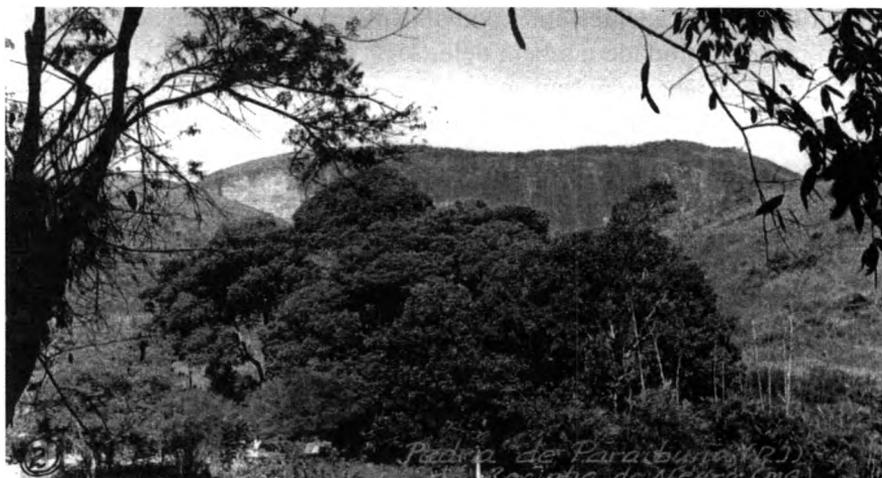
Vila de São José, 2 de dezembro de 1817.

Manoel Costa Magalhães

Como testemunhas: José Antônio de Campos Manoel Ferreira..."

Conclui o articulista: Pelo exposto e transcrito, não há mais motivos para que se diga e se ouça “não passa de lenda a presença de Tiradentes na Rocinha da Negra”.

A aquisição por Tiradentes do sítio da Rocinha da Negra proporcionaria ao Alferes a busca de ouro nas águas irrequietas do rio Paraibuna. (Fig.1) Como já conhecia bem a região, devido as suas andanças pelo Caminho Novo, resolveu comprar o sítio situado nas paragens entre Simão Pereira e o Registro de Paraibuna. (Fig. 2) “Não logrou sucesso suas atividades mineradoras, nem seu temperamento ajudava no exercício de trabalho preso a um trato de terra... O fato é que a atividade não lhe deu lucros, antes, gerou dívidas e os bens aplicados nessa atividade foram à penhora” após sua prisão. (José Crux Rodrigues Vieira).



*Figura - 2 - Região da antiga Rocinha da Negra, vendo-se ao fundo a pedra de Paraibuna.*

No dia 9/4/1781, conforme documento assinado por D. Rodrigo José Menezes(Nota 1), Tiradentes é nomeado pela Rainha D. Maria I (“A Louca”) para comandar a Patrulha do Caminho Novo. A estrada era vital para a economia lusa e, devido ser a única via de escoamento das riquezas minerais para a Corte, era infestada por assaltantes, assassinos, ladrões e contrabandistas, deixando em sobressalto as caravanas que por ali transitavam.

Em julho de 1780 o Governador Rodrigo José Menezes determinou a abertura do Trecho do Caminho Novo compreendido entre o Registro do Paraibuna e Porto do Menezes.

O Governador Rodrigo José Menezes(2) encarregou da construção desse trecho do caminho ao Tenente-Coronel Manoel do Valle Amado (casado com uma das filhas de José Leite de Cerqueira), um dos moradores da região, e a Tiradentes. Pelas instruções baixadas o alferes deveria cooperar *quando estiver da sua parte para que se execute com toda a celebridade tão necessária obra para a segurança dessa capitania.*

Tiradentes apresentou-se ao Tenente-Coronel, para início dos trabalhos. Mal tinham sido iniciados, Amado retirou-se para tratar de outros assuntos e Tiradentes ficou encarregado de tudo. Superando muitos obstáculos, chegou à barra do rio Preto, no chamado Porto do Menezes.

Em 1784 foi concluída a construção do quartel para abrigar a brigada militar da qual Tiradentes era o comandante e cuja construção do prédio teve a responsabilidade também dele.

Este casarão, agora sem as sacadas, gradis, janelas e portas originais, ainda existe e foi recentemente tombado pelo IPHAN(Fig. 3). Neste sobrado,



*Figura - 3  
Quartel da Brigada  
Militar do Caminho Novo.  
Também serviu como  
Registro (Paraibuna-MG)*

além do quartel, funcionou como Registro (posto alfandegário) (3) durante o período de construção da ponte para transpor o rio Paraibuna(4), (Fig. 4).



*Figura - 4  
Imperial ponte do  
Madureira, sobre o rio  
Paraibuna unindo as  
Províncias do Rio de  
Janeiro e de Minas  
Gerais (Gravura de  
Rugendas)*

No dia 14/6/1789 foi feito o seqüestro da propriedade de Tiradentes na Rocinha da Negra, conforme documento da época, publicado nos Autos da Devassa, vol.6:

“... ao pé da Rocinha da Negra, na paragem chamada o Porto do Menezes... Freguesia de Simão Pereira, do Caminho Novo do Rio de Janeiro, aonde eu, Escrivão adiante nomeado fui junto ao Meirinho Geral... em cumprimento da precatória retro,... fez o dito seqüestro e apreensão em um sítio com casas de vivenda, senzalas e monjolo, tudo coberto de capim, do mesmo Porto do Menezes e barranco do rio Paraibuna, com todos os seus pertences de matas virgens, capoeiras, em que se compreendem oito Sesmarias de uma a outra parte do rio e assim mais com todas as terras e águas minerais compreendidas dentro das ditas Sesmarias, serviços de regos e água para monjolo, cujas terras e matos partem com terras de José Pinto, com quem mais deva e haja de partir, tudo pertencente ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, e seqüestrados na forma da mesma precatória retro... esta certidão conferi e pela achar sem coisa que dúvida faça, subscrevi e assinei nesta dita Vila de São João del Rei...”

Esta propriedade seqüestrada de Tiradentes, motivo do artigo já citado e que muito me chamou a atenção, foi vendida, na época, ao capitão José Leite de Cerqueira por cem mil réis.

## OS CERQUEIRA LEITE

Importante família de abastados proprietários rurais estabelecidos em Minas Gerais, que teve princípio em Manuel Cerqueira de Souza, casado com Mariana Leite. Foram pais do Capitão José Leite de Cerqueira (Cerqueira Leite, como o designavam seus descendentes)

Por volta de 1785, José Leite de Cerqueira estabeleceu-se na Rocinha da Negra com seus 1092ha de terra. Casou-se com D. Anna de Jesus, possuidora de bens de fortuna. O casal teve os seguintes filhos: D. Mariana, casada com um oficial do exército; D. Bernardina, esposa do Tenente-Coronel Manoel do Valle Amado, do qual já falamos; D. Rita, morreu solteira; Cônego João Marciano Cerqueira Leite, chefe do Partido Liberal em 1842, quando da revolução liberal; Ildefonso Cerqueira Leite, dono da fazenda da Várzea, morreu solteiro; Desembargador Francisco de Paula Cerqueira Leite, proprietário da fazenda do Porto Athayde; Coronel Albino Cerqueira Leite, milionário, dono das fazendas do Cabuí, Rocinha da Negra e do Lima, esta adquirida do Barão do Pontal; e o Desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, Barão de S. João de Nepomuceno, possuidor de grande cultura, deu seu nome à Vila de Simão Pereira.

Como se vê, quem herdou as terras que pertenceram à Tiradentes foi o Coronel Albino Cerqueira Leite (Fig. 5) que fixou residência na fazenda do Cabuí que foi uma das fazendas de maior produção cafeeira de Minas

*Figura - 5*  
*Correspondências*  
*dirigidas ao Capitão*  
*Albino Cerqueira Leite*  
*com endereços do*  
*Registro do Paraibuna*  
*e da fazenda do Cabuí,*  
*datadas de 15/11/1866*  
*e 14/12/1906*



Gerais, isto até a década de 1930. Era casado com D. Ignácia Luisa de Mello Cerqueira.

Hoje, após a decadência da cultura do café e cana-de-açúcar na região e com a desativação do transporte ferroviário, culminando com a demolição inconseqüente e criminosa do belo prédio da estação ferroviária de Paraibuna, e com a morte de seus proprietários, a fazenda do Cabuí restou abandonada e teve demolida a sua sede. Resta apenas o cemitério que guarda os restos dos membros da família Cerqueira Leite.

*\*Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira nasceu em 28/1/1935 em Monte Serrat (Mun. de Comendador Levy Gasparian-RJ). Formado em Geografia e Antropologia pela URJ. Tem curso de Arqueologia pelo Instituto Brasileiro de Arqueologia-RJ; "Solos do Brasil" e "Sambaquis e Concheiros" pelo Museu Nacional-RJ. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do DF; da Academia de Letras e Música do Brasil; da Academia de Letras e Artes do Planalto-Luziânia; da Academia de Trovadores do DF; do Instituto da Poesia Internacional-RS; do Instituto Cultural da Vale Cariariense-CE; da Associação Nacional de Escritores-DF; da Associação Filatélica e Numismática de Brasília; presidente da Casa do Poeta Brasileiro-seção Brasília.*

#### **Notas:**

(1) "O Governador Luiz de Menezes que também era inteligente em mineralogia, determinou que Tiradentes examinasse se a formação dos ditos sertões (cortados pelo Caminho Novo) poderia dar ouro de conta, se os campos eram dilatados e abundantes de campo geral, se os rios davam vão para canoas e que de tudo tirasse configuração cartográfica, e fizesse o censo dos moradores, medisse a distância do Rio de Janeiro, e indicasse lugares para Registros..." (Brasil Gersen)

(2) D. Rodrigo José Menezes sucedeu, em 1780, no governo da Província de Minas Gerais à D. Antonio de Noronha. Estabeleceu "registros" em todas as gargantas da Mantiqueira e nas margens do rio Preto e Paraibuna para coibir o contrabando do ouro do termo do Ajuruoca. Foi substituído em 10/10/1783 por Luiz da Cunha Menezes, Conde de Lumiares. (Austriano de Carvalho)

(3) Consta que o primitivo Registro de Paraibuna foi instalado em 1711 em terras da antiga fazenda do Paraibuna à margem direita do rio homônimo. Administrou-o o coronel Luiz Alves de Freitas Belo. Ali nasceram suas filhas: Bernardina, que casou-se com Joaquim Silvério dos Reis e Mariana Cândida que casou-se com o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, Regente do Império e foi progenitora do Marechal Duque de Caxias.

(4) Construída pelo Capitão José Antonio Barbosa Teixeira (cognominado de “capitão tiramorros”), foi inaugurada no dia 2/5/1824 pelo Imperador D. Pedro I e recebeu a denominação pomposa de “Imperial Ponte do Madureira”. Era construída em madeira de lei e coberta com telhas e sustentada por pilares de pedra e argamassa. Após o seu incêndio em 1842 pelos revoltosos “liberais”, foi reconstruída em ferro e em 1928 foi toda remodelada em concreto-armado, sendo inaugurada nessa modalidade, pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Sr. Antonio Carlos de Andrade, no dia 10/8/1929. Os pilares são os originais.

Obs. A antiga rocinha do Simão Pereira fora posteriormente designada de Rancharia e São Pedro do Alcântara (em homenagem a um dos filhos de José Leite de Cerqueira). Após sua elevação à sede municipal em 16/11/1961, voltou a chamar-se Simão Pereira.

#### **Bibliografia:**

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Revista nº 375, abr/jun. 1992

Márcio Santos – Estradas Reais

Raphael Olivé – Guia Estrada Real

José Roberto Vasconcelos Nunes – Contribuição à História Econômica de Levy Gasparian; Separata – Tiramorros e a Ponte de Paraibuna

Hermann Burmeister – Viagem ao Brasil

José Crux Rodrigues Vieira – Tiradentes: A Inconfidência Diante da História – 1º vol.

Brasil Gersen – O Ouro, o Café e o Rio

Austríliano de Carvalho – Brasil Colônia e Brasil Império

Governo de Minas Gerais – Câmara dos Deputados – Autos da Devassa da Inconfidência Mineira

Prefeitura Municipal de Simão Pereira – Folheto: 30 anos de Emancipação

Oscar Vidal Barbosa Lage e Albino Esteves – Álbum do Município de Juiz de Fora ( 1915).

Auguste de Saint-Hilaire – Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Luiz José Stehling – Juiz de Fora – a Companhia União e Indústria e os Alemães.

Raimundo José da Cunha Matos – Geografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837).

João Maurício Rugendas – Viagem Pitoresca Através do Brasil

## **FORTIFICAÇÕES HISTÓRICAS DO BRASIL**

(Ontem e hoje, a benemérita ação da Força Terrestre)

*Manoel Soriano Neto\**

Tudo teve início quando os intrépidos lusitanos decidiram defender e guardar o imenso território brasileiro, por eles galhardamente descoberto e desbravado.

Assim, num trabalho ciclópico, foram erigidas, pela engenharia militar portuguesa, inúmeras fortificações em locais estratégicos, muitas vezes longínquos e desprovidos de quaisquer meios de subsistência.

Luso-brasileiros ergueram, ao longo de dois séculos e meio, mais de 350 fortificações, chamadas de fortalezas, fortes, fortins, redutos, redentes, presídios, hornaveques, vigias, baterias, feitorias, portões, trincheiras, tranqueiras e casas fortes.

A partir da construção desses primeiros baluartes de nossas soberania e integridade territorial, nasceram as principais cidades brasileiras, máxime as localizadas à beira-mar. Naturalmente, a maior concentração de fortificações ocorreu nas mais importantes localidades de então: Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos. O Forte do Presépio - que deu origem à cidade de Belém - foi o primeiro a ser construído (em 1616) na Amazônia, testemunhando, pois, a presença da Força Terrestre naquela cobiçada região, há pelo menos 387 anos...

Grande parte dessas memoráveis construções, hoje imponentes monumentos, encontra-se sob administração do Exército Brasileiro.

O mais antigo dos fortes não desaparecidos com o passar dos tempos, é o Forte dos Reis Magos, construído na cidade de Natal, no ano de 1598, sítio histórico mantido pelo Exército em parceria com a prefeitura natalense e principal atração turística daquela cidade.

Em Pernambuco, o monumental Forte do Brum abriga um museu histórico-militar, bastante procurado por visitantes de várias regiões do Brasil; o mesmo ocorre com o recentemente reformado Parque Histórico Nacional dos Guararapes, mantido pela 7ª Região Militar, local venerável onde foram travadas as duas batalhas dos Guararapes, gênese da nacionalidade e do Exército Brasileiro.

A Bahia é o estado que mais fortificações oferece à visitação, merecendo ser citados os fortes de São João da Barra, Santa Maria e do Barbalho, entre outros. O Exército e a Secretaria de Turismo de Salvador desenvolvem um projeto para a restauração e exploração turística dos fortes de São Pedro, Mont Serrat e Santo Alberto, os quais atraem milhares de turistas.

O Rio de Janeiro é cenário de um belíssimo complexo histórico-turístico. As fortalezas de Santa Cruz junto com os fortes de Rio Branco, São Luiz, Pico e Imbuí, localizados em Niterói, são constantemente visitados por significativo número de pessoas. O Forte de Copacabana, onde se sedia o Museu Histórico do Exército, avulta de importância como superlativo centro de história militar, cultura e turismo.

O Sul do Brasil também foi aquinhoado com a construção de várias fortificações, destacando-se o sistema triangular de defesa, em derredor da cidade de Florianópolis, Capital do estado de Santa Catarina, formado pelas fortalezas de São José da Ponta Grossa, Santa Cruz do Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonas, conjunto esse que está sendo recuperado e liberado à população. Cumpre citar, outrossim, por seu incomensurável valor histórico, o sítio do Forte Jesus, Maria e José, construído em 1737, marco de fundação do atual estado do Rio Grande do Sul.

Por derradeiro, por assumir singular relevo, cumpre-nos citar o Forte Príncipe da Beira, no estado de Rondônia, construído durante sete anos, no século XVIII, em região inóspita e de difícil acesso, cuja edificação constituiu-se em uma verdadeira epopéia. Hoje, o Forte (que foi “redescoberto” no século passado pelas andanças do Marechal Rondon) é uma das mais belas preciosidades históricas de nosso glorioso passado e invejável atração turística, recebendo visitantes de todo o Brasil. O Exército, responsável pela manutenção permanente daquela majestática fortificação, é também curador de um pequeno museu lá existente.

Inúmeros outros monumentos arquitetônicos da engenharia militar, jurisdicionados patrimonialmente ao Exército, poderiam ser mencionados:

em face da limitação do texto, reportamo-nos tão somente a alguns deles, julgados de relevância e que nos foram legados pelos bravos lusitanos.

Atualmente, a maioria desse relicário da história-pátria é aberta ao público. Destarte, o glorioso e invicto Exército de Caxias vem desenvolvendo junto à população brasileira, uma ação de alto valor pedagógico e patriótico, com vistas à preservação de nossa memória, de nosso legado histórico, de nossas prístinas tradições, de nossos valores paradigmáticos e imperecíveis, de nossa identidade, do orgulho nacional, de nossa alma, enfim.

Nos dias atuais, quando a cobiça internacional se volta para a nossa Amazônia e para a Base Espacial de Alcântara (aliás, localizada na “Amazônia Legal Brasileira”), que o exemplo de luso-brasileiros de nossa proto-história sirva de luzeiro aos abnegados militares que prestam inestimáveis serviços nos longes da Pátria, na defesa da soberania nacional, como vêm fazendo o Exército Brasileiro desde 1616, na região amazônica...

Não apenas por tudo isso, os integrantes da Força Terrestre Brasileira orgulham-se pelo fiel cumprimento, desde sempre, de suas missões constitucionais e sentem-se ufanos pelo reconhecimento dos brasileiros, tão bem caracterizado no magistral conceito do saudoso e consagrado sociólogo Gilberto Freyre, que disse: “O Exército é a mais lídima e representativa das instituições nacionais. Ele é o verdadeiro índice do povo brasileiro”.

*\*Manoel Soriano Neto  
Acadêmico do IHG-DF*



## ROSA NA ESTRADA

*Napoleão Valadares\**

Quando a Associação dos Urucuianos em Brasília elegeu Guimarães Rosa seu patrono, deu-nos na telha de promover uma conferência sobre o escritor dos gerais. A escolha recaiu na pessoa do tio de Guimarães Rosa, o professor Vicente Guimarães, que morava no Rio. Dito e feito. Convidamos o professor, ele topou, e foi um grande evento o daquela noite no Centro de Convenções.

Pouco depois, veio morar em Brasília nada menos do que um filho do professor, o moço Vicente Guimarães Júnior, que nos procurou e informou que aqui se encontrava também um outro parente, colega de infância e grande amigo de Guimarães Rosa, que muito podia falar sobre o escritor cordisburguense. E não precisou muita conversa para que combinássemos e fôssemos ter com esse parente, Francisco Guimarães Moreira, conhecido como Chico Moreira.

Fomos Vicente Guimarães Júnior, Alan Viggiano, Marlan Rocha e eu. No elevador, Marlan ia brincando: – Pois é, eu com esta cara de índio e este gravador na mão, vão achar que sou o Juruna. O moço Vicente perguntava a Alan se dava para escrever uma crônica ou qualquer coisa sobre aquele encontro. Alan, quase calado, doido para ouvir os casos do sertão. E eu, cá comigo, pensando: Se ele não escrever, eu escrevo.

No que a gente entra, a surpresa. A casa era de D. Elza, minha conhecida, mulher do deputado João Herculino, filha de Chico Moreira. Sabendo ao que vínhamos, chamaram o velho Chico, homem alto e louro, que não se fez de rogado. Foi contando o caso da viagem que Rosa fez pelo sertão, montado na mula Balalaica, tangendo boiada. A viagem, em maio de 1952, tocando umas trezentas reses da fazenda Sirga para a fazenda São Francisco, durou nove dias. A Sirga, na barra do Rio de Janeiro, pouco abaixo de Três Marias. E a São Francisco, onde Chico morava naquela época, fica perto de Araçáí.

Dos peões, Manuel Nardi, o Manuelzão, era capataz. Zito, por nome João Henrique Ribeiro, e mais Santana, Bindóia, Gregório, Sebastião de Jesus. Na culatra, um peão especial, o Dr. João Guimarães Rosa, que Chico chama de Joãozito e que tinha um gibão com bolsos, onde guardava a caderneta de notas, querendo sempre saber o nome de tudo quanto era lugar. De noite, à luz da lamparina, passava a limpo o que escrevia no correr do dia.

Chico, bem velho, ouvindo mal, dá uma risada e conta mais, lembrando. Na viagem, deitaram-se à sombra duma árvore, para bom descanso. Zito soltou a tropa, assim perto, dando lombo. Rosa dormiu e parecia sonhar (podia estar sonhando com o sertão “do tamanho do mundo”, como ele disse em *Grande Sertão: Veredas*). Com pouco, acordou num pulo. Balalaica, que estava por perto, espantou-se e correu. Lá vai Zito atrás da tropa...

Mais coisa? Chico Moreira acaba por nos mostrar outra estrada: Pedro Moreira Barbosa, seu primo, médico de Belo Horizonte, esse é que muito sabe sobre Joãozito.

*\*Napoleão Valadares  
Acadêmico e 2º Secretário do IHG-DF*

## ANGOLA – reflexões

*Nina Tubino\**

Desde 1982 quando passei a desenvolver atividade cultural voltada para a lusitanidade, especialmente depois que ingressei no Elos Internacional da Comunidade Lusíada, tenho estado atenta ao que ocorre nesse país, irmão nosso em língua e cultura. E penso que nós brasileiros devemos deixar de olhar tanto para nossas próprias mazelas e estender a vista para além do oceano que divide nossas terras das terras africanas.

A África sempre esteve alijada do pensamento brasileiro. Dela só aprendemos na escola sobre os escravos que eram trazidos para trabalhar nas fazendas dos nossos antepassados onde eram tratados como mercadoria. Contava meu avô português que eles eram selvagens aprisionados nas tribos do centro da África e vendidos no litoral à mercadores que os embarcavam em navios para o Brasil.

Hoje sabemos que não foi bem assim, e o nosso grande poeta dos escravos, Castro Alves, deixou narrado em seus poemas a triste história desses seres humanos. Mas conhecer mais sobre aquele continente e seus povos sempre foi desejo meu e, aos poucos, fui desvendando alguns dos seus mistérios. Povos diversos uns dos outros mas todos irmanados nas mesmas lutas políticas, econômicas e sociais.

Modernamente, os países africanos envolvidos no processo de globalização, passaram a fazer parte da mídia escrita e televisionada contudo, o que vemos nos noticiários é a miséria do povo, suas doenças e as lutas internas, passando para o mundo a impressão de que aqueles países são formados ainda, por tribos selvagens, povos ignorantes e miseráveis.

Este não é um fenômeno novo, ainda ocorre com o Brasil lá fora, pois os documentários brasileiros feitos por cineastas estrangeiros e levados para as televisões americanas são sempre mostrando a miséria, a doença, os crimes e as favelas brasileiras e nunca a vida do povo que trabalha, luta e progride.

Razões essas que levaram-me a escrever sobre Angola, um país que prospera, e luta para crescer. Um país que tem para 2005 a previsão de elevar seu PIB para 16%.

A República Popular de Angola ocupa uma área de 1.246.700 Km<sup>2</sup> e tem uma população em torno de 12 milhões de habitantes. Seu território é do tamanho do estado do Pará e sua história começou em 1575 com a fundação de Luanda.

A partir de 11 de novembro de 1975, quando conquistou sua independência de Portugal, Angola passou por uma fase de instabilidade política com três, depois dois partidos políticos lutando pelo poder. Luta que se arrastou até 2002. Durante mais de 20 anos de lutas políticas com braço armado, mesmo com os transtornos sociais e econômicos enfrentados pelo governo, Angola conseguiu um razoável desenvolvimento decorrente do esforço do governo e do apoio oferecido por empresas internacionais que lá se instalaram e estão gerando crescimento econômico com emprego para a população. Alguns países, inclusive Portugal, têm ajudado o país a erguer-se. O Canadá e o México mantêm acordos bilaterais com Angola nos setores econômico, técnico, científico, educativo e cultural. A partir de 2003 também outros países passaram a firmar acordos de cooperação com o governo de Angola, é o caso da Polônia, Suécia, África do Sul, Estados Unidos que retirou os embargos comerciais, a China, Espanha e Portugal. A União Européia está apoiando os projetos humanitários. O Japão é hoje o país que mais tem colaborado para a reconstrução de Angola atendendo as áreas de saúde, educação, tecnologia, telecomunicações, desminagem etc.

Angola tem, tal como o Brasil, um subsolo rico em minérios, cobre, ouro, níquel, calcário, mas especialmente diamante e petróleo. A maioria das minas de diamante estiveram durante quase todo o período de guerra sob o domínio da Unita que exportava para a Europa, os chamados “diamantes de sangue”. Era com os lucros desse contrabando que Stavinci mantinha a guerra contra o governo do presidente José Eduardo dos Santos. Em novembro de 2004 a Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola (Sodiam), inaugurou um Escritório de Representação, na Bélgica, para comercializar o diamante. A exportação do produto pelo governo foi, em 2004, na ordem de seis milhões de quilates, orçados em 788 milhões de dólares.

No centro-oeste do país está a província de Kwanza onde a produção de café tem aumentado. Em 2003 foram produzidas 1.600 toneladas de café arábico, tipo exportação só na província de Amboiva, mas a região conta com 400 fazendas de café. Há de se considerar que esta foi uma região dominada pela Unita e ainda minada.

A safra agrícola 2004/2005 está prevista para atingir 1 milhão de toneladas de cereais.

O governo prevê a recuperação econômica do país até 2006 e estabeleceu metas otimistas no Orçamento Geral do Estado aprovado pela Assembléia Nacional. Vejamos: taxa de inflação anual de 15%, crescimento real do produto interno bruto (PIB) de 16,1%, sendo que deste, 21,4% corresponde ao setor petrolífero. O governo vai conseguir reduzir o déficit orçamentário nos bens de serviço, nos subsídios e na administração pública.

Nas metas do governo para 2005/06 estão a recuperação da infraestrutura física do Estado, a recuperação de uma economia integrada e auto-sustentável, a reintegração social e produtiva dos refugiados de guerra, a estabilidade monetária e cambial com redução da inflação e as eleições gerais em 2006, entre outras.

Angola é hoje um país promissor, talvez seja a hora dos brasileiros retomarem o caminho de volta dos africanos que ajudaram a construir a civilização brasileira. Indiretamente e do ponto de vista espiritual, o Brasil tem uma dívida de gratidão para com a África.

Já há muitas empresas brasileiras atuando em Angola. Fala-se muito na Construtora Norberto Odebrecht que lá está a algum tempo, mas também estão lá a Andrade Gutierrez Empreendimentos Ltda, Bel-House (casas pré-fabricadas), Braspectro, Climed (clínica médica), Furnas Centrais Elétricas, Scania do Brasil Ltda, Senamar (Serviço de Navegação Marítima), Serpro (processamento de dados), Teleredes (telecomunicações), Emans (Empresa Amazônia de Serviços), Panela de Barro e outras.

Na agropecuária já há um grupo de empresários paulistas, membros da Associação Comercial de Araçatuba, desenvolvendo projetos em parceria com a província de Huambo para o plantio da soja e produção de leite através de intercâmbio tecnológico e informativo que inclui a Faculdade de Ciências Agrárias de Huambo.

Li, em um boletim do Consulado de Angola no Brasil, que o país está carente de cidadãos com formação superior e universitários com

experiência técnico-profissional.

Na área da cultura Angola tem feito muito pelos intelectuais nacionais e também propiciado o intercâmbio com a cultura de outros povos. Exemplo disso é a presença constante de artistas brasileiros, especialmente cantores, bandas e grupos de teatro em Luanda. A União das Cidades Luso-Afro-Americo-Asiáticas (UCCLA), realizou na capital angolana a 20ª Assembléia Geral e elegeu Luanda a cidade lusófona da cultura em 2005. Tal decisão levará para Luanda, projetos de intercâmbio cultural variados, realização de debates e festivais com a presença das demais cidades de língua portuguesa.

A CPLP tem atuado de forma eficiente e permanente na reconstrução de Angola especialmente na área da saúde com os médicos militares do serviço de assistência médica da CPLP. Trabalham eles no combate às doenças endêmicas nas áreas de população mais pobre. E na área da cultura a CPLP faz o intercâmbio com os demais países lusófonos divulgando a arte e a cultura regional angolana fora do país.

Por iniciativa da CPLP e em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), médicos angolanos estão concluindo seus cursos de pós-graduação no Brasil. Uma novidade é que, em 2004, ocorreu o primeiro vestibular brasileiro fora do Brasil e realizado em Angola. Nele 200 candidatos foram aprovados para cursar as universidades referidas. Os cursos são nas áreas de saúde, ciências exatas e tecnológicas. Em Angola a única universidade que oferece tais cursos é a Agostinho Neto em Luanda que não consegue atender toda a demanda.

A realização do vestibular no exterior para universidades brasileiras é pioneira e resultou de uma parceria da Fundação Eduardo Santos (Angola) com a Fundação Vunesp, Vestibulares Unificados do Estado de São Paulo e as universidades envolvidas. A manutenção dos estudantes será feita com bolsas das empresas Sonangol, Catoca, ELF e Odebrecht. O convênio estabelece uma meta para cinco anos podendo ser prorrogado.

Na área da magistratura a Fundação Eduardo Santos assinou acordos de cooperação com o Instituto Nacional de Estudos Jurídicos a fim de que a instituição venha apoiar a formação de magistrados angolanos em escolas da magistratura brasileira.

No que toca ao turismo, Angola tem muito a ser mostrado e é meta do governo criar um plano estratégico para que até 2010 o país tenha dado um salto de qualidade no setor. Esse projeto prevê a melhoria da infra-estrutura, aumento da capacidade hoteleira com redução de preços, aumento da oferta de mão-de-obra especializada, redução da elevada carga tributária das empresas de turismo e investimentos em marketing.

Angola é hoje um país que promete. A ONU reconheceu recentemente que os direitos humanos fizeram progresso no país depois de 2002. Reconhece o representante da ONU que já há no país uma nova visão das instituições do Estado e também do cidadão e da sociedade civil organizada em relação aos direitos humanos. E o presidente José Eduardo Santos reafirmou em discurso pronunciado nas festividades do dia 11 de novembro de 2004, o seu propósito de realizar as eleições gerais em 2006 o que representa uma abertura política plena.

Os assuntos abordados aqui mostram um panorama, ainda que pálido, do muito que poderia ser dito sobre este país irmão, onde se fala a nossa língua portuguesa e de onde foram trazidos tantos dos nossos hábitos.

Sabemos hoje que nossa ligação com Angola não foi de mão única. A viagem não teve apenas o sentido Angola/Brasil. O acadêmico e ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, Alberto da Costa e Silva, estudioso dos assuntos africanos escreve que no século XVI foram encontrados, no Congo, 500 indivíduos provenientes do Brasil (mamelucos e ameríndios dedicados a diferentes profissões). Em 1641, conta ele, as expedições holandesas que saíram do Recife para conquistar os domínios portugueses em Angola levaram 200 ameríndios e alguns mamelucos seus aliados. E nas expedições que mais tarde saíram do Brasil para a reconquista do território português de Angola em poder dos flamengos, a tropa era formada predominantemente de gente nascida no Brasil. Após a expulsão dos holandeses de Angola, alguns não voltaram. Diz Costa e Silva que um pouco do Brasil ficou na África e conseqüentemente em Angola.

Em 2004, um fotógrafo brasileiro, Milton Guran, realizou em Luanda, uma exposição de fotos de africanos descendentes de brasileiros que nos séculos XVIII e XIX, emigraram para Benin e outros pontos da África Ocidental. São os agudas que todos os anos se reúnem para comemorar a festa da Irmandade do Bonfim em Benin. As fotos mostram a influência

brasileira na vida e na cultura dos agudas. Na arquitetura foi fotografada por ele uma mesquita em estilo colonial brasileiro.

O centro-sul da África ainda tem muito a mostrar. Talvez lá estejam guardados os maiores segredos da pré-história dos povos. O século XXI, com a globalização e os avanços tecnológicos que virão, por certo será responsável pela revolução sócio econômica que se fará na história dos povos africanos.

*\*Nina Tubino  
Acadêmica do IHG-DF*

## BRASÍLIA E SUA VOCAÇÃO PARA A ARTE

*Oswaldo Sergio (Dinho)\**

Após uma semana de muito trabalho e com o compromisso assumido de escrever um texto sobre Brasília e seus 45 anos, aproveitei a noite para dar uma volta pela cidade em busca de inspiração, já que não pretendo escrever outra vez sobre os fatos históricos que todos nós conhecemos: *Antecedentes; Construção e Inauguração.*

Durante meu passeio, ao andar pela Esplanada dos Ministérios, percebo que Brasília tornou-se o monumento símbolo da integração nacional. Ao ser construída, expandiu fronteiras e ocupou o vazio territorial do nosso país, mudando seu desenvolvimento que durante séculos esteve voltado para o litoral. Exerceu suma importância na política desenvolvimentista do governo do presidente Juscelino Kubitschek, cuja meta básica foi o crescimento econômico e social do Brasil.

Obra de dois grandes artistas, Lucio Costa, defensor da idéia que *escrita e prancheta* devem convergir num mesmo ideal de vida e estilo, buscando sempre *aspectos novos e decisivos* na formação da arquitetura moderna no Brasil e Oscar Niemeyer, defensor da forma que cria beleza e tem em sua forma a própria justificativa, não temendo a monumentalidade desde que justificada, que justas, ou não, do ponto de vista social nos comove, *beleza que se impõe na sensibilidade do homem.*

O primeiro foi quem projetou a cidade com seu sistema urbano, e o segundo com a arquitetura arrojada de seus prédios. Há quem pense que Brasília é apenas uma cidade administrativa ou só a capital da República. Engana-se. Brasília nasceu como uma obra de arte, exemplar único de um projeto que teve como prioridade a relação do homem com o espaço que ocupa. Viver em Brasília é dividir, de maneira harmoniosa, nosso espaço físico com a grandiosidade de seus monumentos, exercendo assim, uma

interferência passiva em sua existência. Viver em Brasília requer uma *sutil sensibilidade*. O espaço que ocupamos é um exercício diário e constante de integração do homem com a arte.

A cidade tem, desde o início de sua construção, uma vocação nata para a arte, aqui podemos conviver diariamente com todos os seus segmentos. Brasília é reconhecida nacionalmente por sua produção cultural. Já nasceu rica em cultura, acolheu gente vinda de todos os cantos do país, com seus diferentes costumes e culturas — achei o tema que estava procurando: Brasília e sua vocação para a arte — em recente pesquisa no livro escrito pela professora Maria de Souza Duarte “A Educação pela Arte - O Caso Brasília” alguns dados interessantes devem ser lembrados:

Em 1956, deu-se o início do plano educacional voltado para a educação e cultura, elaborado pelo MEC/INEP, que contou em sua elaboração com a participação de Paulo de Almeida Campos, Ernesto Silva, Nair Durão Barbosa Prado e Anísio Teixeira, defensor da escola pública na teoria e na prática, como local propício para a construção da consciência social, onde o indivíduo adquirisse valores, onde haveria condições para formar o ser social, e que *saber*, é um conjunto de conceitos e operações, *trabalho de grupo*, cada um dependendo de todos e todos dependendo de cada um. Local de transformação contínua, agente de reconstrução e revisão social, que não cuidando de interesses vocacionais ou especiais, não será educativa e nem cultural.

Esse pensamento resultou na criação, junto a NOVACAP, do Departamento de Educação e Difusão Cultural. Concluído em 1957, o plano educacional definiu a competência do Governo do Distrito Federal quanto à promoção da educação elementar, da educação média, da formação do professor primário e na promoção de atividades culturais através da Fundação Educacional e Fundação Cultural do Distrito Federal, criada em 17 de junho de 1960, que teve como seu primeiro Diretor, Ferreira Gullar, Poeta, Escritor, Artista Plástico e Diretor Teatral. Ferreira Gullar elabora o projeto do Museu de Arte Popular e inicia sua construção. Revê sua postura poética, até então muito marcada pelo experimentalismo, e passa a não atuar nos movimentos de vanguarda. Fica no cargo até outubro de 1961.

Com suas atividades integradas com a Fundação Educacional, a Fundação Cultural atuou como núcleo de irradiação e estímulo à cultura local — que se imaginou essencialmente candanga — resultado da migração

de brasileiros de todas as regiões do país, na sua maioria, nordestinos, que atuaram como co-autores da cidade. Brasília tornou-se a junção do mais antigo — a cultura vinda da mão-de-obra operária — com o mais novo do Brasil — o urbanismo de Lucio Costa e a arquitetura de Oscar Niemeyer.

Juntamente com a preparação do plano elaborado para Brasília, outras atividades artísticas e culturais tiveram lugar importantes na cidade, promovidas por diversas pessoas que fazem parte da história de Brasília. Refiro-me, por exemplo, à vinda do pintor Felix Barrenechea, trazido por Israel Pinheiro, em 1957. O intuito era realizar em Brasília o Centro Cultural que ele imaginava construir no Peru. Barrenechea ficou hospedado no Catetinho e pintou um quadro de uma cascatinha próximo ao local, fez uma escultura em barro e o perfil de Israel Pinheiro, com carvão, em uma porta do antigo palácio. No ano seguinte, transferiu-se para Brasília e sua mulher, Lola Barrenechea, foi responsável pela montagem, a pedido de Israel Pinheiro, da primeira Biblioteca de Brasília - "Biblioteca Visconde de Porto Seguro", que funcionou de 1959 à 1961, em duas casas geminadas na quadra 707/708 Sul.

Ainda em 1957, o maestro Levino Ferreira de Alcântara trouxe de Anápolis, passando por Corumbá, um coral infantil para animar os trabalhadores no Núcleo Bandeirante. Nas poucas horas de descanso, os candangos cantavam músicas de sua terra batendo em latas.

No mesmo ano, a NOVACAP cria o Clube Paranoá para divertimento de seus funcionários, onde se realizam os primeiros bailes da cidade.

Em 1958, foram realizados alguns eventos artísticos com fins beneficentes: o primeiro concerto de música de câmara no salão do Clube Paranoá, com a cantora Diva Pieranti, o primeiro desfile de modas e o primeiro espetáculo de dança com Eros Volússia, no Brasília Palace Hotel. Segundo relato de Alfredo Ribeiro, o Brasília Palace Hotel foi também palco de um espetáculo de música popular, com artistas como Marlene e Emilinha Borba, sob o comando de Grande Otelo.

Foi no Brasília Palace Hotel que Talita de Abreu (Katucha) deu início às primeiras atividades de cinema em Brasília. Convidou amigos e freqüentadores do bar do hotel para fundar um Clube de Cinema. Uma vez por semana, numa sala do hotel, faziam-se as projeções. Obdego Batista e Valter Galante ficavam na porta, cobrando as entradas. Os filmes vinham de São Paulo, trazidos pela FAB e o dinheiro dos ingressos eram empregados

no aluguel de novos filmes. Desse Clube, nasceu o Cota Mil Iate Clube, sob o comando de Teodoro Bayma de Carvalho, Gilberto Scarpa e Talita.

Inaugura-se, nesta época, o Cine-Teatro Cultura, local onde o pessoal se encontrava em sua sala de espera muito bem arrumada.

Acontece em 1959, o primeiro lançamento de livro: “Brasília, uma realização em marcha”, de Mário Gicovate, e a primeira exposição de pintura, de Inezil Pena Marinho, no restaurante do SAPS. Organiza-se também a “1ª Semana de Arte de Brasília”, com uma série de eventos: exposição de pintura, palestras e a primeira representação teatral de Brasília, com a peça “O mal entendido”, de Camus, apresentada por alunos da Escola de Arte Dramática de São Paulo, além de outros espetáculos teatrais, no Cine-Teatro Cultura: Festival de Teatro do Pascoal Carlos Magno, “Eles não usam black-tie”, “Pintado de alegre” e “Chapetuba Futebol Clube”, pelo Teatro de Arena de São Paulo e “O sorriso de Pedra”, com Henriette Morineau. Com esse último espetáculo, organizado por Talita de Abreu em benefício de crianças carentes, seria inaugurado o auditório da Escola-Parque, o que não aconteceu porque o auditório pegou fogo, quatro dias antes.

Como em toda cidade, alguns bares e restaurantes tornam-se locais de encontro: Chez Willy e o Olga’s Bar, primeira boate da Cidade Livre, o bar do Carlinho, na Vila Planalto, os bares do Hotel Nacional e do Brasília Palace Hotel, com um quadro permanente de dez músicos e dez mulatas, onde se apresentaram os melhores cantores do Brasil.

Em 1961, no primeiro aniversário da cidade, a Fundação Cultural trouxe a Escola de Samba da Mangueira e grupos folclóricos, entre eles o Bumba-meu-boi do Teodoro que aqui se instalou, tornando-se patrimônio cultural da cidade.

Outro evento transformado em festa popular da cidade foi a Festa dos Estados, que teve início em 1962, na entre quadra 107/108 Sul. O evento tinha o objetivo de arrecadar recursos para a Casa do Candango, obra assistencial inaugurada em junho de 1960, e que surgiu porque Frei Demétrio servia, à noite, uma sopa para os candangos que chegavam em caminhões e eram despejados na porta da Igrejinha.

Nos anos finais da década de 60 e anos iniciais de 70, a Livraria Encontro, no Hotel Nacional, transformou-se em ponto de encontro de artistas e intelectuais, funcionando também como Galeria de Arte. Mais

tarde o Beirute, onde acabo de passar na porta. firmou-se na cidade e é hoje o ponto de encontro de artistas e intelectuais. O local foi chamado por Irlam Rocha Lima de *Baixo Leblon do Planalto*. Acho que vou dar uma paradinha, melhor não, está muito cheio. vou para um lugar mais tranqüilo, acredito que o texto está pronto, agora é só digitar.

À professora Maria de Souza Duarte o meu respeito pelo trabalho, e um abraço carinhoso. À Brasília, minha cidade, mais uma vez, Feliz Aniversário.

*\*Oswaldo Sergio (Dinho)*

*Design Gráfico e Secretário Executivo do IHG-DF*



## **O ACADÊMICO DE DIREITO NAS ORIGENS DE BRASÍLIA**

*Paulo de Azevedo Marques\**

Nas comemorações do XC da fundação do Centro Acadêmico XI de Agosto, os acadêmicos de Direito devem ser lembrados por sua participação pioneira na jornada do ontem para o futuro, que desbravou os sertões de geografia brasileira, Brasília.

A Semana Nacional Mudancista é uma das mais belas páginas da história do centro Acadêmico XI de Agosto, do Centro Acadêmico XI de Maio (de Goiás) e da universidade brasileira. (A palavra mudancista é um neologismo dos propugnadores da mudança, Sebastião de Araújo e Paulo Azevedo Marques).

Realizou-se na tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a velha e sempre nova Faculdade, por iniciativa dos referidos centros acadêmicos, em março de 1957. Foi marco histórico da presença do acadêmico de Direito nas origens de Brasília, de importância fundamental e fator decisivo para mobilizar a opinião pública em favor da mudança da capital para o Planalto Central.

A finalidade do conclave era contribuir, de modo inquestionável e honesto, para a concretização de um imperativo constitucional que atravessou toda a história da vida republicana.

“A mudança da Capital Federal implica acurados estudos econômicos, políticos e sociais. O aproveitamento de regiões incultas do Brasil tornar-se-á realidade. À juventude brasileira, portanto, está confiado o magno problema, que vem desafiando o esforço de tantas gerações”, proclamava o manifesto do XI de Agosto de XI de Maio aos universitários brasileiros.

Integraram a organização de honra da Semana Mudancista o presidente Juscelino Kubitschek; os governadores de então, Jânio Quadros e José Ludovico de Almeida; e o Deputado Ulysses Guimarães, presidente

da Câmara Federal; os magníficos reitores Alípio Correa Neto, Emílio José Sallim, Henrique Pegado e Paulo de Tarso Campos. Os empresários foram representados por seus líderes Lídio Lunardi, Íris Meinberg, Brasília Machado Neto, Antonio Divisate, Roberto Carvalho Vidigal e Geremia Lunardelli.

Políticos da mais alta expressão, ministros, OAB, UNE, reitores e universitários de todo o país prestigiaram o evento. As teses e debates mereceram ampla divulgação, por toda a imprensa. Notável foi a participação, na organização dos professores Pinto Antunes, Gama e Silva, Siqueira Ferreira, Ernesto Leme. Gofredo Telles Junior, Ataliba Nogueira, Mario Mazagão, Miguel Reale, Colemar Natal e Silva, Ernani Cabral Loyola Fagundes e Jerônimo Queiroz.

As teses dos universitários versaram sobre temas de grande atualidade no âmbito de História, do Direito, da Economia, da Engenharia, Arquitetura, Urbanismo e da Sociologia. O curso de extensão universitária “Problemas da Mudança da Capital”, promovido pela Universidade de São Paulo, foi ponto alto da Semana Mudancista. Conferencistas do curso foram Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP; Pedro Calmon, magnífico reitor da Universidade do Brasil; Celso Melo Azevedo, prefeito de Belo Horizonte; José Augusto Bezerra, presidente do Conselho Nacional de Economia; deputado federal Hebert Levy, senador Jerônimo Coimbra Bueno; os professores Miguel Reale, Colemar Natal e Silva e o Ministro Clóvis Salgado.

Durante a Semana Mudancista foi planejada, com a Fundação Coimbra Bueno, a Jornada Bandeirante Brasília-Santos, tendo por objetivo a implantação do primeiro polígono de asfalto do Brasil, baseado na rota dos bandeirantes rumo ao Oeste. A estátua à justiça, de autoria de Alfredo Ceschiatti, localizada na Praça dos Três Poderes, que seria um grande monumento a ser doado à Nova Capital pelo povo de São Paulo e de Goiás, foi iniciativa da Semana Mudancista.

A Semana Mudancista, nas palavras do presidente Juscelino, foi efetivo, independente e desinteressado apoio da Universidade e dos jovens acadêmicos para mudar a Capital Federal para o Planalto Goiano. Os universitários brasileiros sob liderança do Centro Acadêmico XI de Agosto e do Centro Acadêmico XI de Maio, foram o rosto e os protagonistas da História, que se funde no bronze e na memória, a caminho dos séculos. Quando Brasília era “um debate e um enigma, um sonho e um conflito, os jovens acreditaram no amanhã”.

A Semana Mudancista foi, antes de tudo, uma opção idealista pela nacionalidade. As Faculdades de Direito do Largo de São Francisco e da Universidade Federal de Goiás, e os seus centros acadêmicos, são berços de mestres e de homens públicos de grandeza moral e cívica e de uma só fé.

O governo do Distrito Federal, na pessoa de seu líder José Aparecido de Oliveira, no dia 11 de agosto de 1987, homenageou o Centro Acadêmico XI de Agosto e o Centro Acadêmico XI de Maio, “realizadores pioneiros, em nome dos estudantes de Direito de todo o País, de movimento universitário que levou à mudança da Capital para o coração do Brasil.”

O Centro Acadêmico XI de Agosto inscreveu-se na pré-história de Brasília. Não transigiu com a Constituição. Fez-se a Capital da Esperança.

*\*Paulo de Azevedo Marques  
Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto e da  
Semana Nacional Mudancista em 1956*



# **CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA**

*P<sup>o</sup>. José Carlos Brandi Aleixo\**

## **I – INTRODUÇÃO**

Inicialmente muito agradeço, e com grande emoção, à conceituada Câmara Legislativa do Distrito Federal a generosa outorga do título de cidadão honorário de Brasília. Faço-o particularmente ao autor da proposta meu prezado ex-aluno deputado do PT, Wasny de Roure, de nome assim como de méritos cívicos e cristãos incomuns. Expresso, outrossim, meu sentido reconhecimento, à deputada Eurides Brito, colega de magistério na Universidade de Brasília, brilhante educadora, que benevolmente me acolheu em nome de seu partido, o PMDB. Meus agradecimentos, outrossim, ao Embaixador do Equador Diego Ribadeneira e a meu presidente da Academia Brasiliense de Letras Dr. Antonio Carlos Osório pelas cordiais palavras proferidas. Receba cada pessoa presente meu sincero muito obrigado.

\* Texto revisto e ampliado, sobretudo nas notas, do discurso pronunciado na Assembléia Legislativa do Distrito Federal, em 5.4.2002.

Saúdo, cordialmente, as autoridades religiosas e civis, os integrantes do Corpo Diplomático, os presidentes e membros de Academias, Associações, Comunidades, Educandários, Institutos e outras sociedades amigas.

Cumprimento, afetuosamente, meus irmãos Heloisa e Maurício, minha sobrinha Lúcia e minha prima Beatriz Helena.

Por providencial coincidência esta solenidade ocorre no ano das comemorações do centenário do nascimento de Pedro Aleixo. Passou ele

pela enriquecedora experiência de vereador, deputado estadual e deputado federal. Aprendi de meu saudoso pai a estimar sobremaneira o Parlamento. É ele fundamental para a existência, preservação e aprimoramento da democracia. Ausculta e representa os anseios do povo, promove a independência e o equilíbrio dos poderes. Elabora as leis que nos governam.

Minha primeira visão de Brasília ocorreu, na Espanha, em 1960, através de um documentário que o saudoso jornalista Sérvulo Tavares Paes enviou de Madri a Comillas onde estudava Teologia. A epopéia de sua construção despertou na terra de Dom Quixote grande admiração e entusiasmo. Poucos anos depois quando cursava Ciência Política, em Washington, chegou-me a destinação de trabalhar em Brasília, provinda do Provincial, Padre Marcelo de Carvalho Azevedo, aqui presente.

Em 1968 ao regressar ao Brasil, após quase dez anos ininterruptos de ausência, recebi do Reitor Caio Benjamin Dias, o honroso convite para lecionar na Universidade de Brasília.

Os trinta e três anos de Brasília ampliaram de diversas formas meu círculo de amizades e relacionamentos, acadêmicos, cívicos e religiosos. São valiosas dádivas que muito agradeço à Divina Providência.

Brasília, como o demonstra cabalmente a vasta bibliografia a seu respeito, é tema inesgotável. Permito-me deter-me, hoje, brevemente que seja, em duas de suas dimensões: a religiosa e a internacional.

## **II – VOCAÇÃO ESPIRITUAL DE BRASÍLIA**

Brasília caracteriza-se, indelevelmente, por sua acentuada vocação espiritual. Ela nasceu sob o signo da cruz. Lucio Costa assim descreveu sua inspiração para o Plano de Brasília: “A presente solução nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.”<sup>1</sup>

Em 1957, no dia 3 de maio, festividade da Santa Cruz, o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, oficiou a primeira missa solene em Brasília, no ponto mais alto do Plano Piloto, a 1.173 metros. Foi, na feliz expressão de nosso grande historiador Adirson Vasconcelos “o batismo espiritual da cidade”. Assinalou o celebrante na homilia os três marcos culminantes da vida nacional: “O descobrimento em 1500, a Independência, em 1822, e a fundação da nova capital.”<sup>2</sup> Na conclusão da cerimônia

ênfatiou o Presidente Juscelino Kubitschek: “Hoje é o dia da Santa Cruz... Dia em que Brasília, ontem apenas uma esperança e hoje, entre todas, a mais nova das filhas do Brasil, começa a erguer-se, integrada no espírito cristão, causa, princípio e fundamento de nossa unidade nacional... Que Brasília se modele na conformidade dos altos desígnios do Eterno, que a Providência faça desta nossa cidade terrestre um reflexo da cidade de Deus; que ela cresça sob o signo da Esperança, da Justiça e da Fé.”<sup>3</sup>

Nesta mesma data, dirigindo-se aos candangos disse o presidente, em verdadeira oração: “Agradeço a Deus o que foi feito. Sem a sua vontade esta cidade não seria construída. Com o pensamento na cruz em que foi celebrado o Santo Sacrifício, peço ao Criador que mantenha cada vez mais coesa a unidade nacional. Que nos dê sempre esta atmosfera de paz, indispensável ao trabalho fecundo e conserve em vocês, obreiros de Brasília, o mesmo espírito forte com que erguestes a grande cidade.”<sup>4</sup>

As cerimônias de inauguração de Brasília começaram a 0’ hora de 21 de abril de 1960 com a Santa Missa celebrada pelo Cardeal Manuel Cerejeira, Legado Pontifício, em altar onde foi colocada a Cruz de Ferro que acompanhou o Almirante Pedro Álvares Cabral na nau capitânia em que ele avistou terras do Brasil.

Guilherme de Almeida, príncipe dos poetas brasileiros, em sua “Prece Natalina a Brasília”, ênfatiou, com exemplos, a persistência da cruz na história e na geografia brasileiras: a constelação do Cruzeiro do Sul que orientou naus, a insígnia de Cristo nas Caravelas, a cruz no primeiro nome da terra descoberta; o nome cruzeiro de sua moeda; e a estrutura da nova Capital. Escreveu ele: “Agora e aqui é a Encruzilhada Tempo-Espaço, caminho que vem do passado e vai ao futuro. Caminho do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste. Caminho de ao longo do mundo; agora e aqui todos se cruzam pelo sinal da Santa Cruz.” Uma mensagem cosmopolita de fé e de esperança.

O mesmo vate testemunha e registra:

“Provindas de Belém, Porto Alegre, Rio e Cuiabá – Norte-Sul, Este-Oeste, vão avançando firmes as quatro pontas de aço. É o Brasil que tem um encontro marcado consigo mesmo em Brasília, pelo sinal da Santa Cruz. Há mais de dois anos, imaginei e cumpri para Brasília um brasão de armas.

Achei fascinante por a serviço de uma cidade que só tem futuro uma ciência e arte que só tem passado: sobre um fundo verde, quatro flechas de ouro partindo de um ponto central, uma para cima, outra para baixo, outra para a direita, outra para a esquerda. Assim, era a cruz que elas desenhavam, a Cruz de Brasília.

Desferidas do centro, significavam a ação centrífuga do Poder. Dirigindo-se aos quatro pontos cardeais sugeriam também uma rosa-dos-ventos. Daí o lema latino que inventei ser como um grito de corajoso desafio ao futuro: “*Venturis ventis*, isto é, aos ventos que hão de vir”. Vejo agora se realizar, com uma lógica que não previ, a Cruz de Brasília que idealizei: Duas forças opostas são mesmo necessárias para formá-las: primeiro, a centrípeta; depois a centrífuga. Afluir para refluir. Está certo. Vai indo rumo a Brasília a Caravana de Integração Nacional. Depois, de Brasília partirá o Poder.”<sup>5</sup>

Em um almoço ecumênico de parlamentares, ouvi do então deputado Aldo Fagundes, o seguinte comentário: a cruz, com suas duas dimensões, a vertical e a horizontal, ensina-nos a inseparabilidade do amor a Deus e do amor ao próximo. É muito significativo que o Crucifixo no plenário desta Casa recorde permanentemente a todos os que nela trabalham e aos que a visitam estes altos ideais.

### III – VOCAÇÃO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

A vocação internacional de Brasília antecede seu nascimento oficial. Em 1883, Dom Bosco, na Europa, anteviu, em sonho, o surgimento de nova civilização no Novo Mundo, entre os paralelos 15 e 20. A construção de Brasília repercutiu intensamente no país e no exterior. Comprova-o o fato de que ela foi construída por brasileiros de todas as regiões do país e visitada por numerosas pessoas de todos os quadrantes do mundo. São exemplos: 1) Em 1957: os Embaixadores de Portugal Antonio Faria e da França Bernard Hardion (2-4) <sup>6</sup>; o Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi (3-5) <sup>7</sup>; o Presidente de Portugal Francisco Higinio Craveiro Lopes (21-5) <sup>8</sup>; o Prefeito de Nova Iorque Robert Wagner (17-11) <sup>9</sup>; 2) Em 1958: o Presidente do Paraguai Alfredo Stroessner (3-5) <sup>10</sup>; o Presidente de Honduras Ramon Villeda Morales e Sra. (9-6) <sup>11</sup>; o Príncipe Takahito Mikasa e sua esposa Yukiro, irmão do Imperador japonês Hiroito (15 e 16-6) <sup>12</sup>; o Embaixador

de Portugal Manuel Rocheta (30-6) <sup>13</sup>; o Presidente eleito, da Colômbia, Alberto Lleras Camargo (30-6) <sup>14</sup>; o Escritor norte-americano John dos Passos (26-7) <sup>15</sup>; o Secretário de Estado dos Estados Unidos John Foster Dulles e Sra. (6-8) <sup>16</sup>; o Escritor inglês Aldous Huxley (19-8) <sup>17</sup>; o Ministro francês Louis Jacquinot, emissário do Presidente De Gaulle (27-8) <sup>18</sup>; o Presidente da Itália Giovanni Gronchi (8-9) <sup>19</sup>; o Prefeito de Baton Rouge John Christian (13-11) <sup>20</sup>; a Prefeita de São João, de Porto Rico, Felicia de Gauthier (19-11)<sup>21</sup>. Neste mesmo ano por iniciativa de Assis Chateaubriand, Embaixador do Brasil em Londres, desde maio de 1957, vieram a Brasília a Sra. Rosemary Claire Porter (bisneta de Hipólito José da Costa, fundador, em 1808, na capital inglesa, do jornal Correio Braziliense) e a bailarina Margot Fonteyn (Margaret Hookham). <sup>22</sup> **3**) Em 1959: o Príncipe dos Países Baixos, Bernhard de Lippe-Blasterfeld (20-2) <sup>23</sup>; a Duquesa de Kent e a Princesa Alexandra (15-3) <sup>24</sup>; o Presidente da Câmara dos Deputados da Bolívia German Quiroga Galdo (28-3) <sup>25</sup>; o Grão Duque e a Duquesa de Luxemburgo (abril) <sup>26</sup>; o Primeiro Ministro de Cuba Fidel Castro (30-4) <sup>27</sup>; o Presidente da Indonésia Achmed Sukarno (19-5) <sup>28</sup>; a Ministra das Relações Exteriores de Israel Golda Meir (26-6) <sup>29</sup>; o Primeiro Ministro do Japão Nobosuke Kinshi (26-7) <sup>30</sup>; o Cineasta Frank Capra (25-8) <sup>31</sup>; o Ministro da Cultura da França André Malraux (25-8) <sup>32</sup>; o escritor e ator cinematográfico britânico David Niven (11 e 12-9) <sup>33</sup>; o jornalista e novelista português José Maria Ferreira de Castro (10-10) <sup>34</sup>; o Ministro francês de Finanças Antoine Pinay (10-10) <sup>35</sup>; o pintor francês Georges Mathieu (17-11) <sup>36</sup>; o Escritor chinês Lin Yutang<sup>37</sup>; o Chanceler do Equador Carlos Tobar Zaldumbide (dez.) <sup>38</sup>; o Chanceler da Colômbia Julio César Turbay Ayala (dez.) <sup>39</sup>; o Chanceler da Venezuela Ignácio Luis Arcaya (dez.) <sup>40</sup>; o Governador argentino de Córdoba Arturo Zanicheli <sup>41</sup>; **4**) Em 1960: o Presidente do México Adolfo Lopez Mateos e Sra. (21-1) <sup>42</sup>; o Presidente dos Estados Unidos Dwigth Eisenhower (23-2) <sup>43</sup>; o Legado Pontifício, Arcebispo de Lisboa, Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira (20-4) <sup>44</sup>.

Em 21 de abril de 1960, aniversário do martírio de Tiradentes, Brasília foi inaugurada e tornou-se, oficialmente, a capital do país. Os festejos contaram com a presença de muito povo e de altas autoridades civis, religiosas e militares, do Brasil e do exterior. Desde então a cidade passou a receber número crescente de visitantes ilustres. Vale ressaltar, a título de exemplo, o nome do Imperador da Etiópia Hailé Selassié, o primeiro monarca

reinante a visitar Brasília (13 e 14-10-1960) e o segundo a vir ao Brasil, precedido só pelo Rei dos Belgas, Alberto (1922) <sup>45</sup>; cabe também recordar que o 7 de Setembro de 1972 foi o último prazo para que as Embaixadas se estabelecessem em Brasília, perdendo seus membros, no Rio de Janeiro, a partir desta data, os privilégios próprios do corpo diplomático.

A leitura de periódicos e livros sobre este período permite acrescentar vários outros nomes assim como alguns gestos e palavras de visitantes que enaltecem a epopéia de Brasília e sua missão de contribuir para união dos estados do país e em círculos concêntricos de todos os povos do planeta.

Geralmente o programa da visita de Altas Autoridades estrangeiras a Brasília incluía uma solenidade de entrega, pelo governo anfitrião, do terreno destinado à construção da sede da sua embaixada. Vários dísticos comemorativos assinalaram os eventos.

Vale ressaltar que várias delas presentearam o governo anfitrião com mudas de plantas. Foram assim oferecidos aos jardins do Palácio da Alvorada: uma sequóia, pelo Embaixador dos Estados Unidos John Moors Cabot <sup>46</sup>; uma cerejeira entre dois pinheiros, pelo Príncipe japonês Mikasa e Sra. <sup>47</sup>; uma muda de magnólia, símbolo de vários estados americanos, pelo Secretário de Estado John Foster Dulles <sup>48</sup>; um cipreste florentino pelo Presidente italiano Giovanni Gronchi <sup>49</sup>; um loureiro ("*tinus nigra*") pelo Príncipe Bernard, dos Países Baixos <sup>50</sup>; uma oliveira, colocada entre as árvores trazidas por Foster Dulles e Giovanni Gronchi, pela Ministra de Relações Exteriores de Israel, Golda Meir <sup>51</sup>.

Distinguidos visitantes teceram calorosos comentários sobre Brasília e seus construtores em geral e o Presidente Juscelino Kubitschek em particular. A título de ilustração citam-se alguns.

O escritor John dos Passos publicou na edição de abril de 1959 da Revista Seleções, artigo de muita repercussão.

Aldous Huxley, autor de Admirável Mundo Novo, declarou: "Vim diretamente de Ouro Preto a Brasília. Que jornada dramática através do tempo e da história. Uma jornada do ontem para o amanhã, do acabado para o que está prestes a começar, de conquistas antigas às novas promessas." <sup>52</sup>

O grande jornalista francês James de Coquet, enviado pelo "Figaro", em artigo sobre Brasília, chamou-a "A Capital do ano 2000". <sup>53</sup>

Para o Presidente Giovanni Gronchi "a futura capital do Brasil é uma obra digna dos tempos romanos". Viu no seu erguimento a monumentalidade

da capital de seu país e o sentido romano da perenidade. As duas cidades celebram como data oficial de seu nascimento o 21 de abril. <sup>54</sup>

Fidel Castro ao terminar sua visita a Brasília disse a Juscelino Kubitschek: “É uma felicidade ser jovem neste país, presidente.” <sup>55</sup>

Yuri Gagárin, o primeiro astronauta russo dirigindo-se a JK declarou: “A idéia que tenho presidente, é a de que estou desembarcando num planeta diferente, que não a terra.” <sup>56</sup>

Sobre Brasília e seu fundador disse o Ministro francês de Cultura André Malraux em 24 de agosto de 1959: “Quase todas as grandes cidades nascem espontaneamente em derredor de um lugar privilegiado. Que a História contemple conosco, neste momento, o primeiro despertar de uma cidade que a vontade humana fez surgir! Se, renascer a velha paixão das inscrições nos monumentos, gravar-se-á sobre os que aqui vão nascer: audácia, energia, confiança. Não se trata de vossa divisa oficial, mas talvez da que vos dará a posteridade... É chegada a hora de compreender que a obra que começa a erguer-se diante de nós é a primeira das capitais da nova civilização... Esta Brasília sobre o seu gigantesco planalto é de certo modo a Acrópole sobre o seu rochedo. Salve, Capital intrépida, que recorda ao mundo estarem os teus monumentos ao serviço do espírito. Um murmúrio de glória acompanha o bater das forjas que saúdam vossa audácia. Vossa confiança e o destino do Brasil, enquanto se ergue a Capital da Esperança.” <sup>57</sup>

No Congresso Extraordinário Internacional reunido de 16 a 24 de setembro de 1959, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, o conceituado arquiteto William Hollford assessor de urbanismo do governo Britânico e planificador da Capital da Rodésia, (Zimbabue), um dos membros do Júri encarregado de escolher, em concurso, no Plano Piloto da nova Capital disse: “Em Brasília aprendemos como se constrói uma cidade”. <sup>58</sup>

O Presidente Eisenhower ao contemplar a fila de tratores colocados ao longo do Eixo Monumental disse ao seu anfitrião brasileiro: “Esta é a grande e a verdadeira batalha. A grande batalha, porque é a batalha da paz.” <sup>59</sup>

Favorecida também por sua situação geográfica, Brasília, depois de inaugurada continua a impulsionar, intensamente, a política externa do país.

Nas proximidades da cidade irmã de Planaltina ocorre fenômeno singular conhecido como o de “Águas Emendadas”, de Brasília. De um grande manancial partem filetes do líquido precioso que tomando direções

diversas chegam, através das bacias hidrográficas do Tocantins, do Paraná e do São Francisco, ao Norte, ao Sul e ao Nordeste do país. Unem-se os hemisférios Norte e Sul. Uma das missões da nova capital é ser pólo irradiador.

Depois da Declaração Conjunta de Buenos Aires (27.1.1967) e da Ata de Santa Cruz de La Sierra (20.5.1968), Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, animados de um firme espírito de cooperação e solidariedade, subscreveram em 23 de abril de 1969, em Brasília, o Tratado da Bacia do Prata com o particular propósito de promover a integração física da região por meio de programas concretos de cooperação.

Brasília acelerou o “tempo amazônico”. O povo focalizou melhor o interior do país. Cumpriu-se a profecia do Cardeal Motta proferida na primeira missa solene neste cerrado, em 3 de maio de 1957: “Brasília vai ser o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional”. A construção da rodovia Belém-Brasília induziu centenas de milhares de brasileiros a estabelecerem-se às suas margens. Como também os países vizinhos da área passaram a dar maior importância à Amazônia criou-se o clima propício para a iniciativa brasileira de propor a criação do Tratado de Cooperação Amazônica. Foi ele assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, pelos Chanceleres de oito países.

A cooperação entre os membros de muitos organismos multilaterais propicia melhores condições para a superação de divergências bilaterais. Brasília em 1998 foi cenário jubiloso para a assinatura do Tratado de Paz entre dois países amazônicos, Equador e Peru.

Em setembro de 2000 Brasília hospedou altos representantes dos 12 países independentes da América do Sul. O importante encontro, o primeiro da história, objetivou promover a infra-estrutura da integração regional, maior comércio, consolidação da democracia e combate ao narcotráfico. A Segunda reunião, programada para julho deste ano, em Guaiquil, comprova a continuidade da iniciativa que poderá levar os países membros a uma **ALCSA**, (Associação de Livre Comércio Sul Americana).

Os constituintes de 1986, em Brasília, incluíram no artigo quarto da Magna Carta o seguinte parágrafo único: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Transferida a capital nacional para o interior, o governo continuou atento a maritimidade do Brasil, não descuidando das experiências e ensinamentos dos mais de quatro séculos em que a Administração Central esteve nas belas cidades litorâneas de Salvador (1549-1763) e Rio de Janeiro (1763-1960). Neste contexto vale citar a iniciativa exitosa de Brasília e de outras capitais da América Latina e da África no sentido de que a Organização das Nações Unidas declarasse o Atlântico Sul “zona de paz e cooperação”. Resolução desse teor foi aprovada em Assembléia Geral em 27 de outubro de 1986.

Em Brasília a política externa brasileira soube também forjar idéias e figuras de linguagem, para promover a justiça, a igualdade e a solidariedade entre os povos. Permito-me citar o entendimento do Ocidente como um conjunto de valores filosóficos e humanísticos não atado a rígidas fronteiras geográficas. Vale também recordar a apologia da interdependência horizontal entre os estados com a exclusão da interdependência vertical, baseada esta na inaceitável subordinação de uns a outros.

A dimensão internacional de Brasília comprova-se também pela presença nela de uma centena de ilustres missões diplomáticas e de organismos intergovernamentais. Muitos de seus integrantes abrilhantam esta solenidade com sua honrosa presença.

É pertinente assinalar que a partir de sua transferência para Brasília, em 1976, o Instituto Rio Branco começou a receber estudantes regulares de nações amigas, particularmente da África e da América Latina. Vários deles regressaram a esta capital como diplomatas de seus países. Muito me apraz rever ex-alunos nestas circunstâncias. Um deles, presente neste recinto, é o Conselheiro Daniel Oliveira, Encarregado de Negócios do Cabo Verde.

### **III – GRATIFICANTES EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS E CÍVICAS**

Com a vênua e benevolência dos presentes, ressalto, sumariamente, algumas experiências acadêmicas e cívicas que me foram particularmente gratificantes.

No meu primeiro semestre de Universidade de Brasília, em 1969, ministrei, no horário extracurricular, de 7 às 8 horas da manhã, para mais de

70 alunos, como matéria optativa, um curso de Relações e Organizações Interamericanas. Senti neles grande desejo de ampliar seus conhecimentos sobre o mundo exterior.

Na mesma UnB iniciei, em nível de pós-graduação, em 1980, uma série de seis Cursos de Especialização em América Latina. Distribuíram-se, seus estudantes em números aproximadamente iguais, entre cidadãos do Brasil e de outros países da área. Estudaram juntos as numerosas realizações, dificuldades e desafios da região. Formaram-se entre muitos deles sólidas amizades e houve inclusive matrimônios binacionais que são formas importantes de integração. Um exemplo é o da professora Alejandra Pascual, da Argentina, aqui entre nós, e de seu colega de turma Mauro Teixeira de Figueiredo, brasileiro. Ela é professora de Direito Internacional Público na UnB. Os cursos realizados, a cada dois anos, de 1980 a 1990, contaram com amplo apoio dos reitores desse período: José Carlos de Almeida Azevedo, presente nesta solenidade, Christovam Buarque e Antonio Ibañez.

Através de aulas, conferências e escritos contribuí, modestamente como nos exemplos anteriores, para a correção da grave injustiça que excluía os analfabetos do sufrágio. Eram punidos, sem culpa, duplamente. O Estado e a Sociedade não colocavam escolas a seu alcance. Chegados à maioria não podiam obter o título eleitoral, precisamente por não terem aprendido a ler e escrever. Ainda há, na minha opinião, outra discriminação a ser eliminada. Os analfabetos tornaram-se alistáveis, mas ainda permanecem legalmente inelegíveis. (Artigo 14, § 4, da Constituição de 1988).

Recordo finalmente a participação em movimentos cívicos para que os brasilienses lograssem o direito de escolher seus governantes do Executivo e do Legislativo, assim como seus representantes nas duas Casas do Congresso. Nesta tarde é esta ilustre Assembléia que me distingue com o galardão insigne de cidadão honorário.

#### **IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Brasília é a cidade em que vivi mais tempo de minha vida, quase a metade dela, e muito mais que em Belo Horizonte, onde nasci e da qual parti aos treze para seguir minha vocação religiosa. Vale recordar que há também muitos elos entre a capital mineira e o mundo exterior. Após

planejamento inspirado nos exemplos de Washington (1800) e de La Plata (1882), foi inaugurada em 1897.

Este novo vínculo com Brasília torna-me mais consciente de minha cidadania mundial. Marco Aurélio, imperador filósofo, considerava-se romano e cosmopolita. Romano por seu nascimento e família. Cosmopolita por sua condição de ser humano. Estóico via todos os povos como componentes da mesma humanidade, sem desigualdades entre eles. E, sem dúvida, o Cristianismo reforçou e consolidou esta dimensão universal ao ensinar-nos que Deus é o pai de todos nós, fazendo-nos, conseqüentemente irmãos, uns dos outros.

Julgo esta condecoração grande privilégio, mas também alta responsabilidade. Associo-me a seleta plêiade de personalidades ilustres, distinguidos com a mesma comenda, muitas das quais nos honram com seu comparecimento a esta cerimônia.

Com freqüência ao receber homenagens meu pai por um lado agradecia sensibilizado a generosidade dos seus promotores e, por outro, humildemente, pedia a Deus a graça de corresponder aos encômios ouvidos. É exatamente o que faço neste momento de tantas emoções para mim. Muito obrigado a todos. E “*Deo gratias*”.

*\*P<sup>o</sup>. José Carlos Brandi Aleixo  
Acadêmico do IHG-DF*

## Notas

1) KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2. ed. 2002. p. 70; VASCONCELOS, Adirson. **Memorial Brasília. Português-English-Español**. Brasília: Ed. União, 1995. p. 101; VITOR, E.D’Almeida. **História de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1980. Anexo 1. Relatório Lúcio Costa, p. 198; PENNA, José Osvaldo Meira. **Quando mudam as capitais**. Brasília: Senado Federal, 2002. Anexo Relatório sobre o Plano Piloto, de Lúcio Costa, p. 416.

2) MOTTA, Carlos Carmelo de Vasconcellos. **Brasília: terra de fé**. Discurso por ocasião da primeira missa celebrada em Brasília, no dia 3 de maio de 1957; VASCONCELOS (1995).

Op. cit. p. 66-67; VASCONCELOS, Adirson. **A epopéia da construção de Brasília**. Brasília: Ed. do autor, 1989. Na p. 46 do mesmo livro aparece foto do Presidente Kubitschek e comitiva junto ao Cruzeiro, de 2.10.1956. O livro de TAMANINI, L. Fernando. **Brasília: memória da construção**. 2. ed. Brasília: Projecto, 2003, registra: “o Marechal José Pessoa, Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, em 1955, pediu ao governador de Goiás: construção de campo de pouso, erguimento de uma cruz no ponto mais alto da região, e abertura de uma estrada.” (p. 107); Bernardo Sayão escreveu, à margem do campo de pouso, com cal, em letras de quase cinco metros, o nome Vera Cruz (p. 108); em 2.10.1956, no campo de pouso reparado desceu o Presidente Kubitschek com comitiva de mais de vinte pessoas e visitou o grande Cruzeiro (p.110); Bernardo Sayão e Peixoto da Silveira ergueram uma cruz tosca e bela que foi substituída por grande Cruzeiro de aroeira, ao pé da qual Dom Carlos Carmelo celebraria em 3.5.57 a primeira missa oficial de Brasília (p.115); fotografia da cruz erguida por Bernardo Sayão e Peixoto da Silveira (p. 129); BURETI, Ugo. **Reminiscências soltas... (e até líricas) de um candango**. Brasília: Royal Court, 1997. p. 154; ALEIXO, José Carlos Brandi. O Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal**. Brasília, v. 2, n.2 p. 71-80, 1999. Inspirado na idéia dos três marcos exposta pelo Cardeal MOTTA, Manoel França Campos publicou: **Brasília - 3º Marco**. 2. ed. Brasília: Ed. Horizonte; SILVA, Ernesto. História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade. 4. ed. Brasília: Linha Gráfica, 1999. Cap. XXVI. Primeira missa, p. 185-189; O nº 5, de maio de 1957, da **Revista Brasília**, RJ, p. 1-19 está dedicado à celebração da primeira missa. Ibidem, v. 1, n.7, p. 14-15, jul. 1958, publica a íntegra do discurso do Cardeal Motta.

3)KUBITSCHKE (2002). Op. cit. p. 89.

4)Idem. p. 370.

5)ORICO, Osvaldo. **Brasil, Capital Brasília**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1961. p. 241-2.

6)VASCONCELOS(1989). Op. cit. p. 99. “Os embaixadores de Portugal e França, Antonio de Faria e Bernard Hardion, visitam Brasília, em companhia do Presidente Juscelino e do urbanista Lúcio Costa, no “Viscount” presidencial. A primeira pista no aeroporto é inaugurada com este pouso e entregue ao tráfego, neste 2 de abril”.

7)Ibidem. p. 123. À p. 143 lê-se: O embaixador do Vaticano no Brasil, dom Armando Lombardi, visitou as obras da futura capital, em companhia do monsenhor Carmine Rocco, com quem vai ao local da embaixada e celebra missa na Ermida de Dom Bosco. Coincidentemente, neste mês [maio de 1958] comemora-se a passagem do primeiro ano de celebração da primeira missa de Brasília...”; VITOR, E. D’Almeida. **História de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1980. p. 87-88.

8)BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório** 1957. p. 70: “Na nova Capital. Presidente de Portugal inaugurou uma placa comemorativa no local onde será erigido o Monumento à Comunidade Luso-Brasileira”; MORAES, Dicamor. **História de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1992. p. 51”: Brasília... recebeu a visita do Presidente Craveiro Lopes, de Portugal... Era o primeiro chefe de estado a visitar Brasília. Hospedou-se no Catetinho”; **Brasília**,RJ, v.1, n.6, p.4-5, jun. 1957.

9)VASCONCELOS(1989). Op. cit. p. 105; **Brasília**, RJ, v. 1, n.11, p. 21, nov. 1957.

10)**Jornal do Brasil**, RJ, 4-5-1958 p. 15. Reportagem de José Fernandes. “Brasília é uma realidade disse o gen. Stroessner ao ver o Palácio da Alvorada”. O general João Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai foi o primeiro Chefe de Governo do Sul a ser convidado pelo Sr. Juscelino Kubitschek para visitar Brasília futura capital do Brasil. Viajando 12 horas (ida e volta de avião Assunção-Brasília) o Presidente Stroessner passou apenas 18 horas na Cidade, em construção, cumprindo movimentado programa-recepção, visitas, jantar, entrevistas – recebendo, por outro lado homenagem inédita da NOVACAP: cerca de 160 viaturas, das duas mil que trabalham em Brasília, alinhadas, saudaram com buzinas e o roncar de seus motores o Presidente paraguaio... chegando às 17 horas em Brasília, o Sr. Alfredo Stroessner, que se encontrava acompanhado de diversos de seus Ministros de Estado, membros do Corpo Diplomático e do Marechal Zenóbio da Costa (Embaixador do Brasil no Paraguai) foi recebido pelo Sr. Juscelino Kubitschek que o aguardava no aeroporto juntamente com o Ministro Macedo Soares (das Relações Exteriores) e demais representantes do governo Brasileiro. Após os cumprimentos protocolares, os dois Chefes de Estado e as comitivas rumaram para o Palácio da Alvorada... Rumando, a seguir, para o Brasília Palace Hotel... os dois Presidentes prepararam-se para o jantar, antes assistindo a uma exposição do Sr. Israel Pinheiro sobre Brasília... a seguir, a Rádio Nacional de Brasília, inaugurada no dia anterior, apresentou seu primeiro show, diretamente do Hotel, alegrando os presentes com números do repertório guarani e nacional...

... Hoje [4.5.1958], pela manhã, cumprindo a segunda parte do programa, os Presidentes (após entrevista coletiva concedida pelo visitante...) visitaram as obras de Brasília. Na Praça dos três Poderes, o Sr. Alfredo Stroessner acionou o botão da máquina que bateu a primeira estaca da obra do Palácio da Justiça... O ponto culminante das solenidades foi atingido com a oferta ao Presidente do Paraguai do terreno (100 x 250) onde será erguida a futura Embaixada do país vizinho. Falaram na oportunidade o Embaixador José Carlos Macedo Soares e o Sr. Eulogio Estigarribia, Presidente da Câmara Legislativa do Paraguai, o primeiro fazendo o oferecimento e o outro agradecendo; KUBITSCHKEK (2002). Op. cit. p. 164: “No dia 2 de maio, Brasília recebeu a visita do ilustre presidente do Paraguai, o general Alfredo Stroessner, que já se hospedou no Brasília Palace Hotel, ainda em fase de acabamento. Nesse dia inaugurou-se extra-oficialmente a Rádio Nacional de Brasília, cujo locutor, Leoni Mesquita, divulgou, para todo o país, os detalhes da recepção ao chefe da nação vizinha e amiga. Teve lugar igualmente, nesta lista, a inauguração da iluminação da pista do aeroporto e foi iniciado o serviço regular telegráfico entre Brasília e o Rio de Janeiro.”

11)**Jornal do Brasil**, RJ, 6.6.1958 p. 9. “Chegará amanhã ao Rio o Presidente de Honduras: recepção no Santos Dumont. O Presidente da República de Honduras, Sr. Ramóm de Villada Morales, desembarcará amanhã no Aeroporto Santos Dumont, viajando em seu avião particular, acompanhado de sua esposa, Sra. Alexandrina Bermúdes de Villeda Morales e de numerosa comitiva, integrada por Ministros de Estado e parlamentares hondurenhos e suas respectivas esposas [vinte pessoas]; **Tribuna da Imprensa**, RJ, 10.6.1958, p. 6: “Regressou presidente hondurenho. Num vôo direto Brasília-Tegucigalpa regressará hoje a Honduras o

Presidente Ramón Villeda Morales. O presidente hondurenho fez um giro completo pela América, encerrando-o no Rio de Janeiro com uma visita de três dias. Ontem a convite do Sr. Juscelino Kubitschek o presidente Moraes visitou Brasília”; **Correio da Manhã**, RJ, 12.6.1958 p. 8: “Agradecimento de Honduras. Mala Diplomática. Após visitar Brasília enviou ao anfitrião, a seguinte mensagem: “Profundamente impressionado pelo rápido desenvolvimento da futura capital do Brasil, congratulo-me com V. Exa. pelo seu decidido empenho em dotar esse país de uma metrópoli geograficamente condicionada para promover o integral desenvolvimento da Nação. Com minha esposa reiteramos a V.Exa. e Senhora Kubitschek os nossos agradecimentos pelas gentis atenções que nos dispensaram.” (Visita honrosa. **Brasília**, RJ, 2(18):21, jun. 1958). Ainda em 1958 o presidente Villeda Morales nomeou o Sr. Maurício Shashoua Consul Geral de Honduras em Brasília (**Brasília**, RJ, v.2, n.23, p. 19, nov. 1958)

12)**Jornal do Brasil**, RJ, 10.6.1958 p. 13: “Príncipe Mikasa vai ficar 7 dias no Rio de Janeiro. O Príncipe Takahito Mikasa, que representará o Imperador Hirohito nos festejos do cinquentenário da emigração japonesa para o Brasil, chegará ao Rio de Janeiro amanhã. Deverá desembarcar no aeroporto do Galeão, acompanhado de sua Alteza Imperial Yukiro Mikasa, sua esposa; do Embaixador Shinrokuro Hidaka; do Sr. Minoru Kuroda e Senhora Myio Amo, respectivamente Mestre e Dama de cerimônia da Casa Imperial... Programa: ... Dia 15 de junho (domingo). Visita a Brasília. **Brasília**, RJ, 2(18):17, jun. 1958.

13)VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 160-162. Anteriormente em 24.4.59 o Embaixador Manuel Rocheta, em solenidade no Palácio das Laranjeiras, entregou ao Presidente Juscelino Kubitschek uma imagem de Nossa Senhora de Fátima, oferta da Revista Portugal-Brasil, destinada a Brasília. Foi ela esculpida em cedro brasileiro e ornamentada com ouro do Líbano. De 2 metros e 40 centímetros e de 200 quilos veio de Portugal ao Brasil a bordo do navio Vera Cruz. (**Jornal do Brasil**), RJ, 25.4.1959 p. 9). A cerimônia de entrega de credenciais em Brasília com os discursos do Embaixador Manuel Rocheta e do Presidente Kubitschek está em **Brasília**, RJ, v.2, n.18, p. 10-12, jun. 1958.

14)**Jornal do Brasil**, RJ, 22.6.1958 p. 9: “Presidente Lleras Camargo chegará quarta-feira para visita oficial ao Brasil... Programa... Dia 29 de junho (domingo): 15 horas - Partida para Brasília – 17 horas. Chegada a Brasília. Dia 30 de junho (segunda-feira). Inauguração do Palácio Alvorada em Brasília. 17 horas. Partida para o Rio de Janeiro.”

15)VASCONCELOS (1989). Op. cit. 145: “O escritor norte-americano John dos Passos também visita Brasília, em julho. Permaneceu 5 dias e escreveu na revista **Seleções (Reader’s Digest)**: Brasília - uma capital surge no sertão”. Tomo XXXV, nº 207 pp. 33-38, abr. 1959, ai c lê: “É como visitar Pompéia às avessas”.

16)Reformulação do Pan-americanismo para fortalecer o continente. **Correio da Manhã**, RJ, 7.8.1958 p. 10. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório 1958**: [o Secretário de Estado norte-americano, John F. Dulles] assinou, em Brasília, com o Ministro de Estado das Relações Exteriores [Negrão de Lima] uma declaração conjunta, na qual se manifesta o completo apoio dos dois governos ao movimento renovador da unidade do Hemisfério Ocidental.” P. 31; KUBITSCHKE (2002). Op. cit. p. 202-204; VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 147.

17)VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 147; MIRANDA, Antonio. **Brasília: capital da utopia: visão e revisão**. Brasília: Thesaurus, 1985. p. 77-8; KUBITSCHKE (1989). Op. cit. p. 240.

18)**Jornal do Brasil**, RJ, 23.8.58 p. 3: “Antecipada a sua chegada marcada para o dia 25, o ministro francês Jacquinet aproveitará o fim de semana para visita a Brasília. Coluna Mala Diplomática; **Correio da Manhã**, RJ, 27.8.1958 p. 8: “O ministro Louis Jacquinet esteve, a convite do presidente da República, em visita a Brasília, em companhia do embaixador da França e Sra. Bernard Hardion, do seu chefe de gabinete, Almirante Hughes Vinel, do Conselheiro Jean Ponsolle, do secretário René Lalouette e do secretário Antonio Celso de Souza e Silva, do Gabinete do ministro das relações exteriores. O ministro Louis Jacquinet percorreu demoradamente as áreas em que se realizam as obras da futura capital, o Palácio da Alvorada, o Hotel, e viu também o terreno em que se erguerá a embaixada da França.”

19)**Jornal do Brasil**, RJ, 21.8.1958 p. 5. “Presidente Gronchi irá a Brasília, São Paulo e R.G. do Sul: programa... comercial, diplomática e política a próxima visita do Presidente Gronchi ao Brasil... Visita histórica por ser a primeira... que um Chefe de Estado italiano, faz ao Brasil e à própria América”... [nas palavras do Embaixador da Itália no Brasil Blasco Lanza D’Ageta]; **Jornal do Brasil**, RJ, 9.9.1958, p. 5: “Brasília é obra digna dos tempos romanos”; BRASIL. MRE. Op. cit. p. 30; p. 68: “ Em Brasília foi homenageado com um almoço no Palácio da Alvorada, ao qual se seguiu a cerimônia da entrega do terreno em que será construída a futura sede da Missão Diplomática no Brasil; BURESTI, Ugo. **Reminiscências soltas... (e até líricas) de um Candango**. Brasília: Royal Court, 1997. p. 189: “Na comitiva do Presidente Gronchi se encontrava, na qualidade de Ministro do Exterior, o senador Amintore Fanfani – Aretino como eu – que ficou surpreso de me ver tão longe de casa.”; TAMANINI, L. Fernando. **Brasília: memória de construção**. 2. ed. Brasília: Projecto, 2003. p. 241. Ver também notas 51 e 56.

20)VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 151.

21)**Tribuna da Imprensa**, RJ, 20.11.58, p. 6. “A prefeita [de San Juan, Porto Rico], seguiu ontem para Brasília, a convite do Sr. Kubitschek.”; VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 151.

22)VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 142-145. Margot Fonteyn visitou Brasília na companhia de sua mãe e do Embaixador Assis Chateaubriand. Escreveu ela que um jornal de Manaus resumiu assim suas impressões sobre a futura capital do Brasil: Brasília é como Pompéia ao contrário” (Miss Fonteyn thinks Brasília is like Pompei in reverse”); **FONTEYN, Margot: an auto-biography**, Londres, 1975, p. 176. Esta auto-biografia foi publicada também em Nova Iorque, em 1976, pela Editora Knopf e distribuída pela Randon House. Margot, descendente de brasileiro, nascida na Inglaterra, (Reigate, Surrey), casada com Roberto E. Arias, então Embaixador do Panamá no Reino Unido, considerava-se muito ligada a estes três países.

23)**Jornal do Brasil**, RJ. 21.2.1959 p. 4: “Pilotando o ‘Viscount’ presidencial, o Príncipe Bernhard foi ontem, em companhia do Sr. Juscelino Kubitschek a Brasília. Chegou às 11 horas, plantou um exemplar de “*tinus nigra*” nos jardins do Palácio da Alvorada, fotografou pontos pitorescos da cidade, almoçou, ouviu um discurso, pronunciou dois. Visitou e inaugurou obras e conheceu os campeões mundiais do basquetebol, que cumprimentou pelo sucesso em Santiago do Chile... Depois do almoço disse ao Presidente: “Estou certo de que os esforços gigantescos que V. Exa. hoje se impôs, serão coroados por nova e maior prosperidade do Brasil”. ... Mais tarde o Presidente entregou ao Encarregado de Negócios da Holanda o terreno em que será construída a Embaixada Holandesa”;BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Relatório 1959**. Brasília, 1959. p. 49. Ele lançou a pedra fundamental da futura sede desta embaixada. (**Brasília**, RJ, v. 3, n. 26, p. 20, fev. 1959).

24)BRASIL. MRE. (1959) Op. cit. p.50; VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 169-70.

25) VASCONCELOS (1989). p. 171.

26)Idem. p. 171. Notas. Comentários; **Jornal do Brasil**, RJ. 22.4.59 p. 6. O **Correio da Manhã**, RJ de 22.4.1959, p. 3 noticia a presença do príncipe Jean Clervoux, herdeiro de Luxemburgo, e de sua esposa a princesa Josephine Charlotte, irmã do rei da Bélgica em festa nos jardins do Palácio Itamarati no Rio de Janeiro. A revista **Brasília**, RJ, v. 3, n. 28, p. 18, abr. 1959, informa que os príncipes sobrevoaram a barragem de Três Marias, visitaram demoradamente o palácio da Alvorada e assistiram a missa das 18hs na Igreja Nª. Sra. de Fátima.

27)**Correio da Manhã**,RJ. 01.5.1959, p. 1; p. 8. “Fidel Castro desceu em Brasília precisamente às 9:00 horas [de 30 de abril], e no aeroporto local foi recebido pelo chefe do governo brasileiro. Ao desembarque do primeiro ministro cubano, que viajou acompanhado do embaixador de seu país, e demais membros de sua comitiva, estiveram presentes o chanceler Negrão de Lima, militares e auxiliares do presidente da República. Após troca de cumprimentos, Fidel Castro juntamente com o presidente Juscelino embarcou num helicóptero com destino ao Palácio da Alvorada. Antes do almoço, que se realizou na futura residência presidencial. Fidel Castro conferenciou na biblioteca, demoradamente, com o chefe do Governo brasileiro e, em seguida, fez várias declarações aos representantes da imprensa e da rádio; **Jornal do Brasil**, RJ, 01.5.59 p. 9 e 14: “Fidel visitou Brasília com Juscelino: não houve discursos. Fidel Castro conversou, hoje [30.4.59], durante hora e meia com o Presidente Kubitschek, no Palácio Alvorada, participou de um banquete (sem discursos). Com todos os barbudos, a comitiva do chefe do governo e diplomatas convidados visitou as obras da nova capital.”; **Brasília**, RJ, v.3, n. 28, p. 2-3, abr. 1959. Ver também nota 57.

28)**Correio da Manhã**, RJ. 20.5.1959, 1º cad. p. 9. “Presidente Sukarno visitou Brasília. O presidente Sukarno, da Indonésia, visitou ontem as obras da nova capital, em companhia do Sr. Juscelino Kubitschek. Recebido pelo Sr. Juscelino Kubitschek o presidente Sukarno, em sua companhia, rumou de helicóptero, para o Palácio da Alvorada, observando de passagem as principais obras em andamento. Durante o almoço que se seguiu, no Palácio, com a presença dos dois chefes de Estado e demais membros das comitivas presidenciais e autoridades locais o Sr. Juscelino Kubitschek ofereceu ao Presidente Sukarno um seu retrato com dedicatória e dizeres alusivos à visita. Ao fim do banquete, o chefe do governo brasileiro,

dizendo da satisfação que sentia ao receber, em Brasília, o presidente Sukarno, realçou que os dois países, Brasil e Indonésia, com 60 e 90 milhões de habitantes, respectivamente, têm, no momento um só objetivo: a luta contra o subdesenvolvimento. Respondendo à saudação do presidente JK o sr. Sukarno, expressando-se em inglês, não escondeu a sua admiração pelo nosso país, destacando o progresso por ele observado em vários setores da vida nacional, inclusive com a construção de Brasília que enalteceu. Findo o almoço, o Sr. Sukarno e o presidente Juscelino Kubitschek visitaram, na Av. das Embaixadas o lote 20 onde será erguida, futuramente, a nova sede diplomática da Indonésia em nosso país, **Jornal do Brasil**, RJ. 19.5.59 p. 9. “Sukarno almoça em Brasília”;BRASIL. MRE (1959). Op. cit. p. 48.

29)Rumo a Brasília. **Jornal do Brasil**. RJ. 27.6.1959; **Correio da Manhã**, RJ. 27.6.1959, p. 2. Ver também nota 53.

30)**Correio da Manhã**, RJ. 28.7.1959 p. 5. “Visitou Brasília o “Premier” japonês: Atendendo o convite da presidência da república, o Sr. Nobosuke Kinshi primeiro ministro japonês, e demais membros e sua comitiva, em companhia do ministro Negrão de Lima, e do embaixador do Japão, e outras autoridades visitaram as obras de construção de Brasília. Recebidos pelo Sr. Israel Pinheiro, no aeroporto, o premier nipônico, e demais membros e comitiva, dirigiram-se ao local, onde será brevemente construído o prédio destinado a abrigar a sede da representação diplomática de seu país. E ali, em presença das autoridades, escreveu as suas impressões em um livro destinado aos visitantes ilustres... Em seguida o Sr. Nobusuki Kinshi visitou o Palácio da Alvorada e depois de percorrer as suas dependências, inspecionou o local, onde está sendo construído, por um técnico japonês um jardim característico daquele país asiático. Ao almoço o primeiro ministro japonês foi saudado pelo ministro Negrão de Lima”; **Jornal do Brasil**, RJ. 29.7.1959, p. 5.

31)Frank Capra filmou do alto Brasília que André Malraux visitava; **Jornal do Brasil**, RJ. 26.8.59, p. 2; **Brasília**, RJ, v.3, n. 33, p. 20, set. 1959. Agradecendo ao Presidente Kubitschek o convite para visitar Brasília escreveu Frank Capra: “ Numa época em que o mundo receia a sua destruição, o senhor está construindo e edificando para o futuro, em tão emocionante escala que isso deve constituir, um tônico restaurador para um mundo deprimido.” Qualificou Brasília de uma das modernas maravilhas do mundo.

32)Ibidem, Ver nota 51.

33)David Niven comentou a propósito do presidente anfitrião: “Um homem fascinante com uma família muito simpática, seu orgulho e alegria era a controvertida cidade de Brasília, que estava semiconcluída na ocasião. Quando chegamos a Brasília, o presidente nos levou de helicóptero e apontava encantado enquanto voávamos através dos arranha-céus inacabados da sua nova capital, pousando finalmente nos gramados da única estrutura terminada da cidade, e o seu próprio Palácio da Alvorada, par passarmos lá o fim de semana. – Amanhã – ele disse – eu e você vamos inaugurar oficialmente o lago que estamos enchendo de água”; BOJUNGA, Cláudio. **JK, o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 673. A inauguração do lago ocorreu em 12 de setembro de 1959, aniversário natalício do Presidente. David Niven escreveu suas memórias.

34)VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 177; PINAY e CASTRO em Brasília. **Jornal do Brasil**, RJ. 19.10.1959, p. 4: "Acompanhado do ministro Antoine Pinay e do escritor português Ferreira de Castro o Presidente da República irá amanhã a Brasília".

35)PINAY e CASTRO em Brasília. **Jornal do Brasil**. RJ. 19.10.1959 p. 4; VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 177.

36)KUBITSCHKEK, Juscelino. **A marcha do amanhecer**. São Paulo: Bestseller, [1962?], p. 84; **Brasília**, RJ. v. 3, n. 35, p. 17, nov. 1959: "Eu (George Mathieu) vi Brasília de avião, de automóvel, a pé e de helicóptero. E fiquei fascinado. Era preciso ser Paul Valery para falar de Brasília...nunca o mundo teve tantas razões de esperança do que convosco brasileiros.

37)Visitas de personalidades e intercâmbio de pessoas; BRASIL. MRE (1959). Op. cit. p. 45.

38)Esteve no Brasil de 3 a 12 de dezembro de 1959. Na Declaração Conjunta comprometeram-se a construir em Brasília e Quito dois Edifícios das Embaixadas do Equador e do Brasil nos terrenos doados reciprocamente pelos dois governos. BRASIL. MRE (1959). Op. cit. p. 26; KUBITSCHKEK (1962?). Op. cit. p. 240.

39)Esteve no Brasil de 13 a 20 de dezembro de 1959 a Declaração Conjunta brasileiro-colombiana foi assinada no dia 17.12.59; KUBITSCHKEK (1962?). Op. cit. p. 240.

40)Ibidem. p. 240.

41)VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 177.

42)PALACIOS, Guilherme. **Intimidades, conflictos y reconciliaciones. México y Brasil 1822-1993**. p. 272-273. Há fotografias. Visita de López Mateos a Brasília; **Jornal do Brasil**, RJ. 22.01.1960 p. 11; VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 192; p. 194. O Presidente mexicano após visitar várias obras da cidade disse, dirigindo-se aos trabalhadores: "Magníficos são vocês, trabalhadores brasileiros que com suas mãos e com seu valioso trabalho levantaram essa cidade. É meu grande desejo que aqui se inicie um novo ciclo para o Brasil, o ciclo maravilhoso em que a par de seu desenvolvimento espiritual e cultural encontre nessa soberba terra soluções definitivas e perduráveis, pois esse é o ponto de partida do grande ciclo de ouro do Brasil." (MASCARENHAS, Geraldo. A obra prima do Presidente; **Brasília**, RJ. v. 4,n. 27, p. 4, jan. 1960).

43)**Jornal do Comércio**, RJ. 24.2.1959, 1º cad. p. 1. Brasília aclamou Eisenhower ontem... Eisenhower e Juscelino Kubitschek trocaram efusivos cumprimentos ao som das salvas de artilharia... O presidente Eisenhower recebeu a chave de Brasília das mãos do Sr. Israel Pinheiro, em meio aos aplausos de centenas de pessoas. ... O cortejo parou em uma plataforma rodoviária onde fora instalado um palanque... A cerimônia na plataforma teve início às 15 horas. Na ocasião, os presidentes Eisenhower e Juscelino Kubitschek procederam à leitura das Declarações, durando a cerimônia de 50 minutos... Às 16.30 horas foi inaugurada a placa comemorativa da visita do presidente Eisenhower... Na oportunidade do lançamento da pedra fundamental da Embaixada dos EUA em Brasília, o presidente JK, num gesto aplaudidíssimo pelos presentes, ergueu o mais que pode a colher de pedreiro (de prata) com que selou a pedra oferecida ao presidente Eisenhower pela municipalidade de Teresópolis.". **Jornal do Brasil**, RJ. 23.2.1959:

Eisenhower verá hoje exposição das metas de Juscelino em Brasília... Vistas as metas, Eisenhower seguirá para a área das Embaixadas (20 minutos de automóvel da Plataforma) onde inaugurará o monumento comemorativo da sua visita a Brasília. O monumento é de mármore branco, tem quatro metros de altura e a seguinte inscrição: “ Marco comemorativo da visita do general D. Eisenhower Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte a Brasília, sendo Presidente da República o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nesta ocasião os dois Presidentes reafirmaram a unidade espiritual da América e a resolução de defender a democracia e combater o subdesenvolvimento no Continente.”; **Jornal do Brasil**, RJ. 24.2.1959 p. 4. “comprimento do tapete e engano de hora atrasaram descida de Ike em Brasília... Ao chegar ao pé da escada, ainda formava um rolo que tocava o primeiro degrau. Após alguns instantes de constrangimento um trabalhador correu agachado e cortou o tapete a faca e, então, o visitante desceu. Encaminhando-se depois em direção das autoridades que o aguardavam, cumprimentou o Embaixador Moors Cabot e foi apresentado ao Sr. Israel Pinheiro, Presidente da NOVACAP que lhe fez a entrega da chave simbólica da Cidade – um bonito trabalho em ouro e prata, num estojo de veludo azul... Os Presidentes Kubitschek e Eisenhower firmaram em Brasília uma declaração conjunta, em que reafirmam em Brasília uma declaração conjunta, em que reafirmam a sua solidariedade aos princípios aprovados por todas as nações do Continente, nos quadros da Operação Pan-americana, e asseguram o seu apoio aos organismos que formulam medidas para o desenvolvimento econômico do Hemisfério.”; KUBITSCHKE (1962?). Op. cit. p. 90; Osvaldo Orico registra em **Brasil capital Brasília**, p. 220-224, a impressão do Presidente Eisenhower: “Por diversas razões Brasília fascina os cidadãos dos Estados Unidos. Em primeiro lugar, Vossa decisão de erigir uma bela cidade em inculta região, faz-nos lembrar nossa própria decisão, tomada há muitos anos, de transferir a capital de nossa jovem pátria de Filadélfia para o Distrito de Columbia. Em segundo lugar, esta aventura de pioneiros recorda-nos o avanço envolvente de nossas próprias fronteiras - a conquista do Oeste Norte-americano -, um processo que só se concluiu quando eu ainda era jovem. Evidentemente tendo agora testemunhado a rapidez com que se completa Brasília compreendo hoje porque é o Brasil denominado um “país apressado”. Eisenhower em Brasília; **Brasília**, RJ, v. 4, n. 38, p. 2-5, fev. 1960.

44) **Jornal do Brasil**. RJ. 21.4.1960, p. 5. “Patriarca de Lisboa chegou às 19 horas e à meia noite rezou 1ª Missa de Brasília. O Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, Legado do Papa João XXIII às festas da inauguração desta Capital, foi recebido como Chefe de Estado e convidado de honra por todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas presentes em Brasília... O Presidente Juscelino Kubitschek foi o primeiro a cumprimentá-lo... A cruz da primeira missa do Brasil [celebrada por Frei Henrique de Coimbra, em 1500, na presença de Pedro Álvares Cabral] foi colocada no altar erguido na Praça dos Três Poderes às 23h, 30m, em cerimônia solene com a presença do Legado e da Missão Pontifícia [desta faziam parte os parentes de Pedro Álvares Cabral, Dom Vasco Maria de Figueiredo Cabral e Dom Vasco Manuel de Figueiredo Cabral]; KUBITSCHKE, Juscelino. **A mancha do amanhecer**. São Paulo: Bestseller, [1962?], p. 98-103.

45) KUBITSCHKE (2002). Op. cit. p. 440.

46) VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 175.

47) **Jornal do Brasil**, RJ. 17.6.1958, p. 7; TAMANINI. Op. cit. p. 240.

48) **Correio da Manhã**, RJ. 7.8.1958 p. 10. “Um pouco mais tarde no Palácio da Alvorada realizou-se a cerimônia do plantio de um pé de magnólia, a árvore adotada como símbolo em alguns estados da federação norte-americana. O plantio foi efetuado pelo Sr. Dulles e sua esposa, em presença de todos os embaixadores americanos acreditados junto ao nosso governo e que foram especialmente convidados para a solenidade. Após a visita às dependências do Palácio da Alvorada, seguiu-se um jantar em que o chefe do governo do Brasil homenageou o visitante”.

49) **Jornal do Brasil**, RJ. 9.9.1958. “Ainda na parte da tarde o Sr. Gronchi, acompanhado do presidente Juscelino Kubitschek plantou nos jardins do Palácio um cipreste florentino destinado a assinalar a sua presença neste país”.

50) **Jornal do Brasil**, RJ, 21.2.1959, p. 4.

51) **Correio da Manhã**, RJ. 27.6.1959, p. 2. “Entre as árvores plantadas por Fuster Dulles e Giovanni Gronchi, a Sra. Golda Meir, ministra das Relações Exteriores de Israel, plantou uma oliveira ontem em Brasília. No jardim do Palácio da Alvorada, tendo ao seu lado o chanceler Negrão de Lima e o embaixador de Israel Sr. Arie Arouch, a Sra. Meir colocou o arbusto no lugar indicado pelo Sr. Israel Pinheiro e cobriu-o com terra santa, trazida do Monte Zion, de Jerusalém... Durante o almoço, a ministra israelense recebeu das mãos de Negrão de Lima de volta o saquinho que continha antes, a terra de Jerusalém, agora preenchido com terra de Brasília. “Vou leva-lo comigo, lembrando-me eternamente dessa viagem. E como a terra por mim trazida servirá por base a uma árvore do futuro, também a parcela de terra brasileira ficará ao pé de uma árvore nova, numa escola de Jerusalém.”

52) BOJUNGA. Op. cit. 557.

53) ORICO. Op. cit. p. 91; VASCONCELOS (1989). Op. cit. p. 175.

54) Brasília é obra digna dos tempos romanos; **Jornal do Brasil**, RJ, 9.9.1959, 1º cad. p. 5; TAMANINI. Op. cit. p. 219.

55) KUBITSCHKE (2002). Op. cit. p. 258.

56) MORAES, Dicamor. **História de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1992, p. 52; TAMANINI, L. F. **Como foi Brasília um dia**. Brasília: Projecto, 2003. p. 42-6.

57) **Jornal do Brasil**, RJ. 26.8.1959, p. 01; VASCONCELOS, Adirson de. **A Epopéia da Construção de Brasília**. Brasília: Ed. do autor, 1989. p. 189; TAMANINI. Op. cit. p. 219; MALRAUX, André. **Palavras no Brasil. Discours au Brésil**. Organização de Edson Rosa da Silva. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura. Ed. Bilingüe, 1998, p. 34-35;41; MALRAUX, André. **Brasília na palavra de André Malraux**. Rio de Janeiro: Presidência da República. Serviço de Documentação, 1959 (texto original, em francês e tradução portuguesa, p. 24).

58) ORICO, Osvaldo. Op. cit. p. 105.

59) KUBITSCHKE (2002). Op.cit. p. 467.

# EPÍTOME DA PRIMEIRA IMPrensa NO DISTRITO FEDERAL

*Nonato Silva\**

*“A imprensa é a vista da nação.”*

*Rui Barbosa*

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Toda iniciativa, quer intelectual quer material, é como um rio que se origina de um fiozinho d’água, na sua forma mais simples, porém promissora. E, avolumando-se, dia a dia, com o reforço dos tributários, que recebe, dentro em pouco, torna-se “torrente bravia que da praia arreda o mar.” (Gonçalves Dias).

E a história, os fatos, as iniciativas, os impulsos, as idéias repetem-se, sempre no alvorecer das realizações, como ponto de partida das atividades factuais.

Assim foi o que aconteceu com a imprensa brasileira. É, também, o que acontece com a imprensa brasiliense.

Motivos vários e necessidades palpáveis impulsionaram a criação e a organização da imprensa incipiente no Distrito Federal.

Aqui, o conceito de imprensa, tal na espécie qual no gênero, implica, essencialmente, jornalismo, porque imprensa e jornalismo são irmãos siameses.

Para uma imprensa incipiente nem tudo são águas cristalinas que deslizam mansas, nas dobras do conhecimento e da vontade.

A imprensa, para os efeitos da comunicação, remonta a milhares de séculos.

Da árvore da ciência do bem e do mal, no paraíso terreal, passando pelas tábuas da lei de Moisés, pelos éditos e editos romanos, até chegar a nós, a imprensa teve altos e baixos, glórias e inglorias, colorações e incolorações, tonalidades e intonalidades.

Malsinações, por vezes, toldaram-lhe a trajetória, no desfilar dos séculos, com vitórias e derrotas.

Tanto que Jefferson, num passado, não muito longe, assim se expressava: “Se dependesse de minha decisão termos um governo sem jornais ou jornais sem governo, não hesitaria um momento em preferir a segunda alternativa.”

Para Ghandi “a imprensa é uma grande potência, mas, como uma torrente em fúria, submerge a planície e devasta as colhetas; da mesma forma, uma pena sem controle serve para destruir.”

Mas, já Rui Barbosa diz que, pela imprensa, “a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.”

Ao lado dessas considerações filosóficas, sociais, políticas e históricas, a imprensa serve, à necessidade, para informar, divulgar, historiar, instruir, construir.

Tanto que levou ela a Balzac, assim, ponderar: “Se a imprensa não existisse, seria preciso inventá-la”, máxime, no que tange à comunicação de massa.

Ao mesmo tempo, convém atentar-se, sem omiti-lo, para os outros meios de comunicação, que assumem papel destacado, principalmente, quando utilizam o som e a imagem para alcançar ampla difusão e preencher os espaços aonde o jornal e a revista não chegam. É o que acontece com rádio e televisão, fotografias e cinemas.

É que nas grandes mutações por que passa a sociedade, bem como nos grandes acontecimentos e empreendimentos, a imprensa sempre se fez e se faz presente. E nada escapa à sua visão, devendo estar consciente para espelhar a verdade e fazer história. Porque toda informação deve ser calcada em análise profunda e aprofundada.

## A IMPRENSA PROTO-HISTÓRICA

Vale dizer-se que “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade”, máxime, quando surdem situações social,

cultural, educacional, econômica e política, no seio de organizações e de pessoas.

O Brasil, nos primórdios do século XIX, detona sua imprensa áulica, com preâmbulos e símbolos que aqui se expõem.

Nélson Werneck Sodré, em sua monumental *História da Imprensa no Brasil*, vislumbra: “A característica principal da fase proto-histórica da imprensa brasileira, válida apenas do ponto de vista cronológico, foi a iniciativa oficial, de que o aparecimento da *Gazeta do Rio de Janeiro* constitui o primeiro fato.”

Este jornal, dirigido por frei Tibúrcio José da Rocha, publicou seu primeiro número em 10 de setembro de 1808, sendo oficial, “feito na imprensa oficial”.

Impresso em Londres, aparece, também, o *Correio Brasiliense*<sup>1</sup> que teve “papel específico, sem dúvida”, “mas é discutível a sua inserção na imprensa brasileira, menos pelo fato de ser feito no exterior, o que aconteceu muitas vezes, do que pelo fato de não ter surgido e se mantido por força de condições internas, mas de condições externas.”

Seu primeiro número circulou em 1º de junho de 1808. “Três meses antes” de circular a *Gazeta do Rio de Janeiro*. A *Gazeta* teve aval oficial. O *Correio*, o aval de Hipólito da Costa, seu fundador.

Este jornal manteve a liderança da imprensa da época, em “caráter nacional”, não importando a sua impressão no exterior, por tratar-se, apenas, de “circunstância”. Era um jornal tipicamente “doutrinário e não do tipo noticioso”, vendo o Brasil sob o “ângulo externo”, em “perspectiva externa”, em que “todos os nossos grandes problemas foram por ele tratados muito mais segundo as condições internacionais do que nacionais.”

Contudo, não deixou este paladino da imprensa de instigar a interiorização da capital do Brasil, aduzindo as mais justas e plausíveis razões.

---

<sup>1</sup> Ortografia de acordo com o disposto na Lei nº 2.623, de 21 de outubro de 1955.

## A REVISTA “brasília”

“Cronologicamente, a primeira publicação brasiliense será a revista BRASÍLIA, órgão da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap – cujo primeiro número, como os demais, a seguir, foi impresso” no Rio de Janeiro, “datada de janeiro de 1957”.

Ao molde do *Correio Brasiliense*, a revista **brasília** teve, assim, sua trajetória, correndo em linha reta.

Esta revista, editada pela Divisão Autônoma de Divulgação da Novacap, foi criteriosamente planejada, em 1956, para circular em 1957. Tem ela, como fundamento legal, o artigo 19 da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, que estatui a Novacap, quando estabelece a obrigatoriedade de divulgar mensalmente os atos administrativos da Diretoria e os contratos por ela celebrados, com a edição de um **Boletim**.

Foi aí que a Chefia da Divisão Autônoma da Divulgação, detentora dos serviços de relações públicas, ajuizou e sugeriu que, além do cumprimento daquele dispositivo legal, editando-se o **Boletim**, se editasse simultaneamente uma revista, batizada de Revista “brasília”, onde estampassem farto noticiário, artigos pertinentes, rico material fotográfico que expressassem a marcha da construção da Nova Capital do Brasil, que oferecessem informações e interesses, relativos ao monumental empreendimento. Tudo para manter o público a par do que aqui se estava realizando e do que se pretendia realizar.

Foi por isso que nasceu a Revista “brasília”.

E, desde o primeiro número, passou a revista a delinear e apresentar as obras em andamento, os planos urbanísticos e arquitetônicos em estudo e em execução, bem como opiniões de autoridades nacionais e internacionais, consubstanciadas em discursos, palestras, comentários, depoimentos, entrevistas, pronunciamentos, exaltação, tanto em prosa quanto em verso.

E o **Boletim**, propriamente dito, vinha apenas na parte final da revista, com a matéria que lhe era pertinente.

E a revista registrou tim-tim-por-tim-tim, as ações havidas na marcha da construção de Brasília, a partir da ereção do Catetinho.

Ao lado de farto noticiário, registrou, também, a chegada, aqui, da primeira carta vinda de Xaxim-SC, enviada por Joaquim L. da Silva;

o nascimento dos primeiros gêmeos, na Fazenda do Torto, Roberto e Ricardo, filhos de José Luís D’Alcântara e Maria Ana D’Alcântara; instalação da primeira estação de rádio, da Novacap, prefixo PTC-3, operada por Jaime Costa Ribeiro; a primeira padaria; a primeira farmácia; a primeira escola; o primeiro cinema; o primeiro hotel; o primeiro abatedouro; a primeira igreja; a primeira missa oficial; o primeiro sepultamento. Bem assim, todas as ações, empreendimentos e acontecimentos, bem como visitas de Chefes de Estados e demais autoridades estrangeiros.

Tem-se, pois, ser a Revista “brasília” o primeiro órgão de imprensa do Distrito Federal, sendo seu diretor, Nonato Silva, o primeiro jornalista, também, do Distrito Federal, fundador da imprensa autoctene.

E o fato de sua impressão acontecer no Rio de Janeiro não invalida sua autenticidade brasiliense, de vez que, no início, aqui era o ermo, depois um canteiro de obras, depois Brasília. Por isso, o material gráfico e fotográfico recolhido aqui era trabalhado no Rio de Janeiro.

E a Revista “brasília” tornou-se avalista e sentinela da construção da Nova Capital do Brasil.

## PRESENÇA DA MICROIMPRESA

Com a criação da Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, ensejando acomodação aos que ali chegavam, chegava, também, uma imprensa de pequeno porte, estampando fatos ali ocorridos, bem como o carinho para com a cidade que estava sendo construída.

Assim, circulavam, em 1957, *Hora de Brasília*, de Genaro Maltez, e *O Pioneiro*, de Mozart Parada.

Em 1958: *A Tribuna*, sem identificação da direção.

Em 1960: *O Candango*, de Mário Paiva; *Crítica de Brasília*, de Néelson Gato; *Informador Comercial de Brasília*, de Carlos Rodrigues; *Brasília em Foco*, de Lourival Pinto Bandeira.

Em 1961: *Diário de Brasília, Últimas Notícias, Acontecimentos*, de Edgar D’Almeida e Vítor e Brito; *Front*, de Venelois Xavier Pereira; *Estrela de Brasília*, revista, de Manuel Gimenes; *Jornal de Taguatinga*, de Paulo Linário Leal; *Brasília News*, de José de Castro; *Núcleo Bandeirante*, de Joaquim Garcia Neto e Osvaldo Mendes Soares.

Em 1962: *Miragem*, de Sérgio Ivan Casalado; *Tribuna de Brasília*, de José Santiago Naud; *Revista do Lar*, de Célson Carlos Batista de Oliveira; *A Pena*, da Escola Industrial de Taguatinga; *Sua Revista, Madame*, de Resende Filho; *W-3*, de Carlos Rodrigues; *7 Dias*, de Rui Pairão e Hermógenes Têssis; *Libertador Evangélico*, da Convenção Batista das Igrejas do Distrito Federal; *Senam*, do Serviço Nacional de Assistência aos Municípios; *Diário do Brasil*, de José Castelo Branco Uchoa.

Em 1963: *Vanguarda de Brasília*, de Almir Gajardoni; *Monitor de Brasília*, revista e jornal, de J. Guillon.

Daqui, por diante, a imprensa candanga ajustou-se normalmente, como acontece em qualquer centro urbano cultural.

## MACROIMPrensa

Em 1958, instala-se em Brasília o *DC-Brasília*, sob o comando do notável jornalista Elias de Oliveira Júnior. Era o *Diário Carioca do Rio de Janeiro*, editado em Brasília, porém impresso no Rio de Janeiro.

Em 1960, dirigido por José Maria Alkmim, implanta-se em Brasília o *Correio Brasiliense*, dos Diários Associados, impresso aqui, em oficinas próprias.

Em 1963, funciona, aqui, o jornal *Crítica*, fundado pelo desembargador Souza Neto.

Também, em 1963, circula *Folha de Brasília*, fundado e dirigido por Elias de Oliveira Júnior.

Em *Crítica* e em *Folha de Brasília*, mantinha eu colunas intituladas “Homens & Fatos” e “Letras & Artes”.

## POR ÚLTIMO

Devo, ainda, salientar, a título de ilustração, que a Revista “brasília”, sob minha direção, teve 81 números editados, com 1.630.000 exemplares. Nela imprimiram-se 18 discursos do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 8 do presidente da Novacap, Israel Pinheiro da

Silva, 14 de personalidades estrangeiras, 52 artigos de fundo, 77 artigos assinados, 33 poemas cantando as glórias de Brasília, exaltando-a, 320 notícias, e estampando 2.400 fotografias.

E aqui fica um modesto registro do epítome da nascente imprensa no Distrito Federal.

Brasília, 27 de outubro de 2003.

*\*Nonato Silva  
Acadêmico e 1º Vice-presidente do IHG-DF*



## O BRASIL QUE DAVA CERTO

*Ronaldo Costa Couto\**

*“O louvor dos mortos é um modo de orar por eles.”*

Machado de Assis (1839-1908), em *Dom Casmurro*.

Dizem em Minas que JK é o melhor presidente que o Brasil já teve e Tancredo o melhor presidente que o Brasil não teve.

Belo Horizonte, Palácio das Mangabeiras, 1983. O governador Tancredo Neves fala sobre JK: “Um grande político, um homem preocupado com o desenvolvimento econômico. Nunca entrei no gabinete do presidente JK sem o ver ao telefone, aos gritos, cobrando a conclusão de uma ponte, a conclusão de uma estrada, a conclusão de uma grande universidade, de uma grande realização de desenvolvimento”.

Kubitschek teria hoje cem anos. Nasceu em Diamantina, Minas, em 12 de setembro de 1902. É um político de quem se pode falar bem com sinceridade. O que mais impressiona nele é a capacidade de gerar esperança, sonhar, pensar grande e fazer acontecer. E a coragem quase inconseqüente: “Deus me poupou o sentimento do medo”.

Médico de formação, homem público a partir de 1933. Deputado federal, prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas. O presidente da modernidade, da afirmação nacional, da certeza de um grande povo, da confiança no país, da democracia e do desenvolvimento. Queria avançar cinquenta anos em cinco. Era impossível, claro. Mas ele tentou com tanta vontade e força que mudou o referencial de desenvolvimento do país. Mário Henrique Simonsen: “É fora de dúvida que no período em questão a estrutura econômica do país se modificou profundamente e que o desenvolvimento passou a figurar como a mais prioritária das preocupações de governo”.

Eleito presidente da República em outubro de 1955, JK assumiu no começo de 1956. Seu governo desenhou e executou ambicioso plano de metas. Trinta setoriais mais Brasília, meta especial e síntese. Pôs definitivamente o desenvolvimento na agenda nacional. Revolucionou a estrutura econômica, impressionou no exterior. Construiu Brasília em 42 meses, implantou a indústria automobilística, a indústria naval e outras, concretizou as hidrelétricas de Furnas e Três Marias, fez mais de treze mil quilômetros de rodovias e mais de três mil de ferrovias, multiplicou a produção de petróleo, impulsionou a siderurgia. A economia cresceu mais de 10% reais ao ano no triênio 1958-60. Cumpriu todas as metas. O produto interno bruto subiu quase 50% reais. Anos JK, anos dourados.

Parecia que o país finalmente dava certo. Democracia e desenvolvimento acelerado em clima de razoável estabilidade, apesar do assanhamento da inflação. Otimismo, confiança, elevação da auto-estima. Afirmção do empresário, do trabalhador, do engenheiro e arte dos brasileiros. Tempo do nascimento da bossa-nova, da afirmação do cinema novo, do brilho da engenharia, da arquitetura e do urbanismo, de obras marcantes na literatura, teatro, artes plásticas, escultura, de modernização da mídia e muito mais. Inclusive conquistas esportivas, como a do campeonato mundial de futebol de 1958, na Suécia, com Garrincha, Pelé, Nilton Santos e companhia.

Juscelino passa o cargo ao presidente Jânio Quadros no final de janeiro de 1961. Elege-se senador por Goiás. Menos de setenta dias depois do golpe de março de 1964, o governo militar cassa-lhe o mandato e suspende seus direitos políticos. Por motivação político-eleitoral, sabe-se hoje. Era considerado imbatível na disputa presidencial direta prevista para outubro de 1965. A candidatura já estava oficializada e tinha até *slogan*: “JK-65: cinco anos de agricultura para cinquenta de fartura”. Alvo de perseguições e de penca de acusações, nenhuma comprovada, ele amarga três anos de exílio. Retorna em 1967. É preso em dezembro de 1968, durante o parto do Ato Institucional nº 5. Impedido de fazer política, paixão maior, tenta refugiar-se na vida empresarial. Participa do controle e administração de banco privado, escreve livros de memórias. Depois compra tosa fazenda em formação no cerrado bruto de Luziânia, perto de Brasília, onde vive seus dois últimos anos.

Sul do estado do Rio de Janeiro, Resende, quilômetro 165 da Via Dutra, tarde cinzenta de 22 de agosto de 1976. *O poeta da ação* – na síntese mágica de Afonso Arinos de Melo Franco – explode feito estrela em acidente de carro. Comoção nacional. É sepultado em Brasília por um mar de gente sem medo que canta e chora amor e saudade dele. Há quem considere o desastre mal explicado, suspeito. Mas essa é outra história.

*\*Ronaldo Costa Couto é doutor em história pela Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV). Economista pela UFMG, foi jornalista, pesquisador e professor universitário. Secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro (governo Faria Lima) e de Minas Gerais (governo Tancredo Neves). Ministro do Interior (1985-87) no governo Sarney, função que acumulou com a de governador de Brasília no início de 1985. Ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no triênio 1987-89, cargo exercido simultaneamente com o de ministro do Trabalho no final de 1988. Autor dos livros Tancredo vivo [1995]; História indiscreta da ditadura e da abertura [1998]; Memória viva do regime militar [1999]; A história viva do BID e o Brasil [1999] e Brasília Kubitschek de Oliveira [2001], publicados pela Editora Record, do Rio de Janeiro.*



## RELAÇÃO NOMINAL DOS SÓCIOS ACADÊMICOS DO IHG-DF

Adalberto Lassance de Albuquerque  
Cadeira nº: 38  
Patrono: Antônio Americano  
do Brasil

Adison do Amaral  
Cadeira nº: 103  
Patrono: Benjamin Constant

Adonias dos Reis Santiago  
Cadeira nº: 44  
Patrono: Elias Brito Sobrinho

Affonso Heliodoro dos Santos  
Cadeira nº: 76  
Patrono: Juscelino Kubitschek

Afonso Ligório Pires de Carvalho  
Cadeira nº: 35  
Patrono: Mauro Augusto Teixeira  
de Freitas

Alarico Ottoni Ramos Verano  
Cadeira nº: 104  
Patrono: Guimarães Rosa

Alberto Martins da Silva  
Cadeira nº: 10  
Patrono: Deodoro da Fonseca

Aldo Vinholes de Magalhães  
Cadeira nº: 39  
Patrono: Alceu Amoroso Lima

Anderson Braga Horta  
Cadeira nº: 46  
Patrono: Medeiros de Albuquerque

Antônio Carlos Elizalde Osório  
Cadeira nº: 47  
Patrono: José Ludovico de Almeida

Antônio Pimentel  
Cadeira nº: 40  
Patrono: Evangelino Meireles

Antônio Temóteo dos Anjos  
Sobrinho  
Cadeira nº: 08  
Patrono: Clóvis Salgado da Gama

Anysio Alves Negrão  
Cadeira nº: 107  
Patrono: Alphonsus Guimaraens

Argemiro José Cardoso  
Cadeira nº: 02  
Patrono: Cora Coralina

Ari Cunha  
Cadeira nº: 28  
Patrono: Ernesto Dornelles

Armando José Buchmann  
Cadeira nº: 48  
Patrono: Donald Belcher

Arnaldo Serafim  
Cadeira nº: 115  
Patrono: Aires da Mata Machado

Áureo Mello  
Cadeira nº: 119  
Patrono: Filipe dos Santos

Branca Borges Góes (Bakaj)  
Cadeira nº: 45  
Patrono: Olavo Bilac

Carlos Fernando Mathias de Souza  
Cadeira nº: 11  
Patrono: João Capistrano de Abreu

Carlos Mário da Silva Velloso  
Cadeira nº: 51  
Patrono: Ribeiro da Costa

Cassiano Nunes Botica  
Cadeira nº: 52  
Patrono: Monteiro Lobato

Celita Oliveira Sousa  
Cadeira nº: 43  
Patrono: Pe. Primo Scussolino

Clodomir Padilha Alves da Silva  
Cadeira nº: 101  
Patrono: Ernesto Silva

Clóvis Sena  
Cadeira nº: 21  
Patrono: Getúlio Dornelles Vargas

Cyl Gallindo  
Cadeira nº: 25  
Patrono: Joaquim Cardozo

Danilo Gomes  
Cadeira nº: 54  
Patrono: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo

Dario de Souza Clementino  
Cadeira nº: 105  
Patrono: Pedro Aleixo

Denilda Martinez Cataldo  
Cadeira nº: 24  
Patrono: Eugênio Hussak

Dinair Andrade da Silva  
Cadeira nº: 56  
Patrono: Pedro Ludovico

Diniz Esteves  
Cadeira nº: 114  
Patrono: Aurélio de Lyra Tavares

Dorália Duarte Galessio  
Cadeira nº: 05  
Patrono: Cândido Mariano Rondon

Doryval Borges de Souza  
Cadeira nº: 20  
Patrono: Tiradentes

Edísio Sobreira Gomes de Matos  
Cadeira nº: 30  
Patrono: Hipólito José da Costa

Ernesto Silva  
Cadeira nº: 19  
Patrono: Mal. José Pessoa C.  
de Albuquerque

Fábio de Sousa Coutinho  
Cadeira nº: 74  
Patrono: Eurico Gaspar Dutra

Fernando Lourenço Fernandes  
Cadeira nº: 41  
Patrono: Domingos Jorge Velho

Flávio Mendes de Oliveira Castro  
Cadeira nº: 106  
Patrono: Barão Duarte da  
Ponte Ribeiro

Francisco Ferreira de Castro  
Cadeira nº: 58  
Patrono: Joaquim Nogueira  
Paranaguá

Francisco Ozanan Correia  
Coelho de Alencar  
Cadeira nº: 123  
Patrono: Jorge Pelles

Francisco Xavier da Silva Guimarães  
Cadeira nº: 59  
Patrono: Adroaldo Mesquita  
da Costa

Geraldo Campos  
Cadeira nº: 63  
Patrono: José Maciel de Paiva

Gilberto Amaral  
Cadeira nº: 60  
Patrono: Felinto Eptácio Maia

Guilherme Fagundes de Oliveira  
Cadeira nº: 61  
Patrono: Lauro Sodré

Hermenegildo Fernandes Gonçalves  
Cadeira nº: 14  
Patrono: Santiago Dantas

Humberto Gomes de Barros  
Cadeira nº: 62  
Patrono: Carlos Maximiliano

Jairo Valladares Pinto  
Cadeira nº: 66  
Patrono: André Malraux

Jarbas Gonçalves Passarinho  
Cadeira nº: 67  
Patrono: Nelson Carneiro

Jarbas Silva Marques  
Cadeira nº: 52  
Patrono: Segismundo de Araújo Mello

Joanyr de Oliveira  
Cadeira nº: 68  
Patrono: Domingues Velasco

João Batista Cascudo Rodrigues  
Cadeira nº: 69  
Patrono: Parsifal Barroso

João Carlos Taveira  
Cadeira nº: 70  
Patrono: Thomaz Antônio Gonzaga

João Henrique Serra Azul  
Cadeira nº: 71  
Patrono: Pe. Antônio Tomaz

Joaquim Roriz  
Cadeira nº: 09  
Patrono: Bernardo Sayão

José Adirson de Vasconcelos  
Cadeira nº: 27  
Patrono: Francisco A. de Varnhagen

José Antônio Prates  
Cadeira n°: 29  
Patrono: Darcy Ribeiro

José Carlos Brandi Aleixo (Padre)  
Cadeira n°: 72  
Patrono: Carlos Carmelo de  
Vasconcelos Mota

José Carlos Fonseca  
Cadeira n°: 07  
Patrono: Luiz Cruis

José Carlos Gentili  
Cadeira n°: 73  
Patrono: Dario Cardoso

José Geraldo Pires de Melo  
Cadeira n°: 127  
Patrono: Manuel C. de Sousa  
Bandeira

José Luiz de Moura Pereira  
Cadeira n°: 01  
Patrono: Barão de Mauá

José Santiago Naud  
Cadeira n°: 77  
Patrono: Luiz Carlos Prestes

Kurt Pessek  
Cadeira n°: 78  
Patrono: Juarez Távora

Lea Sayão C. de Araújo  
Cadeira n°: 22  
Patrono: Djalma Poli Coelho

Lélio Viana Lobo  
Cadeira n°: 79  
Patrono: Santos Dumont

Lenine Fiúza Lima  
Cadeira n°: 80  
Patrono: Pedro Américo

Léo da Silva Alves  
Cadeira n°: 64  
Patrono: Oscar Niemeyer

Leon Frejda Szklarowsky  
Cadeira n°: 13  
Patrono: Arthur Bernardes

Lincoln Magalhães da Rocha  
Cadeira n°: 82  
Patrono: Silvio Romero

Lourenço Fernando Tamanini  
Cadeira n°: 32  
Patrono: Lauro Müller

Lourierdes Fiúza dos Santos  
Cadeira n°: 83  
Patrono: Machado de Assis

Lucídio Guimarães de Albuquerque  
Cadeira n°: 118  
Patrono: José Sette Câmara

Lúcio Batista Arantes  
Cadeira n°: 91  
Patrono: Salviano Guimarães

Luiz Carlos Fontes de Alencar  
Cadeira n°: 75  
Patrono: João Alberto Lins e Barros

Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira  
Cadeira n°: 85  
Patrono: Edgard Roquete Pinto

Luiz Solano  
Cadeira nº: 86  
Patrono: Gelmires Reis

Luiz Van Beethoven Benício  
de Abreu  
Cadeira nº: 18  
Patrono: Duque de Caxias

Luiz Vicente Cernicchiaro  
Cadeira nº: 87  
Patrono: José Clemente Pereira

Lusitano Abrantes Malheiro  
Cadeira nº: 88  
Patrono: Vasco da Gama

Manoel Soriano Neto  
Cadeira nº: 89  
Patrono: Everaldo Backeuser

Márcio Cotrim  
Cadeira nº: 90  
Patrono: Josué Montello

Marcone Formiga  
Cadeira nº: 26  
Patrono: Assis Chateaubriand

Maria de Souza Duarte  
Cadeira nº: 03  
Patrono: Pompeu de Sousa

Mário de Almeida  
Cadeira nº: 100  
Patrono: Júlia Kubitschek

Mário Tomelin  
Cadeira nº: 93  
Patrono: Henrique Teixeira Lott

Maristela de Melo Neves  
Cadeira nº: 57  
Patrono: Jerônimo Coimbra Bueno

Mauro Cunha Campos de M. e Castro  
Cadeira nº: 94  
Patrono: Gilberto Freyre

Mercedes Gassen Kothe  
Cadeira nº: 108  
Patrono: Florestan Fernandes

Miguel Setembrino Emery de  
Carvalho  
Cadeira nº: 120  
Patrono: Viriato Correia

Napoleão E. Valadares  
Cadeira nº: 42  
Patrono: Carlos de Laet

Nestor Luiz Fernandes Barros dos  
Santos Lima  
Cadeira nº: 17  
Patrono: Augusto Tasso Fragoso

Newton Egydio Rossi  
Cadeira nº: 116  
Patrono: Alvarenga Peixoto

Nina Maria Harres Tubino  
Cadeira nº: 95  
Patrono: Jofre Mozart Parada

Olinda da Rocha Lobo  
Cadeira nº: 113  
Patrono: Cassiano Ricardo

Palmerinda Vidal Donato  
Cadeira nº: 109  
Patrono: Atilio Fontana

Paulo Cabral de Araújo  
Cadeira nº: 04  
Patrono: Tobias Barreto

Pedro Wilson Carrano de  
Albuquerque  
Cadeira nº: 12  
Patrono: Bartolomeu Bueno da Silva

Raimundo Nonato da Silva  
Cadeira nº: 97  
Patrono: Antônio Gonçalves Dias

Raul Bernardo Nelson de Senna  
Cadeira nº: 98  
Patrono: Israel Pinheiro da Silva

Romeu Barbosa Jobim  
Cadeira nº: 117  
Patrono: Bárbara Eliodoro

Rubem de Azevedo Lima  
Cadeira nº: 99  
Patrono: Neiva Moreira

Santa Alves Soyer  
Cadeira nº: 23  
Patrono: Ernesto Balduino  
de Almeida

Sérgio Mário Pasquali  
Cadeira nº: 33  
Patrono: João Batista Mascarenhas  
de Moraes

Sophia Wainer  
Cadeira nº: 110  
Patrono: Cyro dos Anjos

Vamireh Chacon de Albuquerque  
Nascimento  
Cadeira nº: 121  
Patrono: Joaquim Nabuco

Vera Lúcia Ferreira Ramos  
Cadeira nº: 34  
Patrono: Ernesto Ule

Victor José de Mello Alegria Lobo  
Cadeira nº: 15  
Patrono: Fernão Dias Paes Leme

William D. Almeida de Carvalho  
Cadeira nº: 111  
Patrono: Joaquim Felício dos Santos

#### **Sócio Emérito**

Benjamin Roriz  
Maria Luiza Dornas  
Pedro Henrique Lopes Bório

#### **Sócios Honorários**

Antônio Soares Neto (Toniquinho)  
Moacyr dos Santos França  
Lilia Portugal Magnavita

#### **Sócio Benemérito**

Hélio Lobato de Almeida

## **Ficha Técnica**

*Software*

PageMaker 7.0 - Photoshop 7.0

*Fonte*

Gleucester MT Extra Condensed - Corpo 41 e 12  
Times New Roman - Corpo 14, 11 e 9

*Formato*

220 x 155 mm

*Mancha Gráfica*

115 x 165 mm

*Papel Miolo 212*

Off-Set 75 g/m<sup>2</sup>

*Impressão Miolo*

Preto Escala Europa

*Papel Capa*

Cartão Supremo Royal 230 g/m<sup>2</sup> - Plástica

*Impressão Capa*

Azul Noite - B7184 - Cromos

*Edição Eletrônica e Capa:*

Oswaldo Sergio (Dinho)

*Apoio Editorial e Preparação dos Originais:*

Agnês de Lima Leite

*Fotolito e Impressão:*

Artcor Gráfica e Editora Ltda.





**Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal**  
SEP/Sul - Eqs. 703/903 - Conjunto "C" - Brasília-DF - CEP 70.390-039  
Tel. (61) 3224-6544 - 3226-7753 - Tel/Fax. (61) 3224-8467  
E-mail: ihgdf@terra.com.br

*Apoio Cultural*



[www.vitrinecandanga@terra.com.br](mailto:www.vitrinecandanga@terra.com.br)



Impressos Personalizados

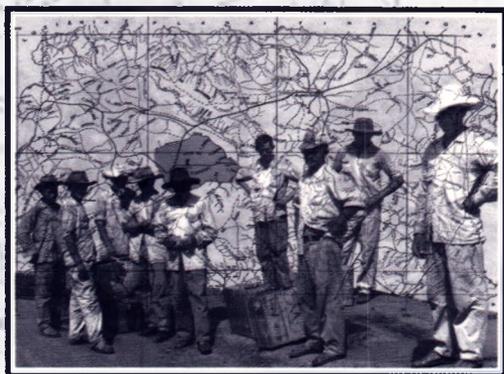
**A combinação perfeita**

Quadra 10 - Lote N° 18 - Subsolo - Vila Vicentina - Planaltina - DF

Fone: (61) 3389-6217 - Fax (61) 3389-4411

e-mail: [artecor@solar.com.br](mailto:artecor@solar.com.br)





**Capa: Composição de imagem do Mapa do Distrito Federal - Atlas Histórico/1894 - Missão Cruis e foto da chegada de Candangos à Brasília/1959.**

---

**FAC**  
FUNDO DA ARTE  
E DA CULTURA

**Secretaria  
de Cultura**



**GDF**  
Governo do Distrito Federal